

PÓS EM REVISTA
**Revista do Programa de Pós-
Graduação da UNIUV**

Pós em Revista

Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – Uniuuv

Reitor

Prof. M.e Alysson Frantz

Vice-reitor

Prof. Dr. Lúcio Kürten dos Passos

Supervisão editorial

Profª Dra. Angela Maria Farah

Editores responsáveis

Profª M.ª Edite Siqueira

Prof. Dr. Wanilton Tadeu Dudek

Revisão

Profª M.ª Fahena Porto Horbatiuk

Supervisão gráfica

Profª M.ª Julliana Biscaia

Diagramação

Eduarda Benvenutti

Ficha Catalográfica elaborada por Anicleto Luíz de Lima, (9ª CRB, n. 1825)

P887

PÓS EM REVISTA: Revista do Programa de Pós-Graduação da UNIUV./ Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória. Conselho Editorial. Vol.1, n.1./ União da Vitoria (PR) UNIUV, 2018.

Anual, 2018.

ISSN 2595-914X

1. Revista. 2. Pós-Graduação. 3. Especialização. 4. Comunicação. 5. Estratégica. 6. Percepção. 7. Reportagens. 8. Webjornalismo.

CDD – 070

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons



Conselho Editorial da Uniuuv
Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856
Bairro São Basílio Magno
Cep: 84.600-530 União da Vitória- Paraná
e-mail: conselhoeditorial@uniuv.edu.br



Câmara de avaliação da Pós em Revista

Prof. M.e Alysson Frantz

Prof. Dr. Lúcio Kürten dos Passos

Prof. Dr. Wanilton Tadeu Dudek

Profª Dra. Simone Santos Junges

Profª Dra. Ana Paula da Silva Yamauti

Prof. Dr. Roberto Ari Guindani

Prof. M.e Ademir de Mattos

Profª M.ª Edite Siqueira

Prof. Dr. Everton Grein

Câmara de avaliação editorial do Conselho Editorial

Ciências Humanas

Profª M.ª Fahena Porto Horbatiuk
Prof. Dr. Caio Ricardo Bona Moreira
Profª Dra. Kelen dos Santos Junges
Profª Dra. Simone Santos Junges
Prof. Dr. Wanilton Dudek

Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Lúcio Kürten dos Passos
Profª M.ª Julliana Biscaia
Profª M.ª Ana Cristina Araujo Bostelmam
Prof. M.e Fernando César Gohl
Profª M.ª Marivanda Bortoloso Pigatto
Prof. M.e Ademir Rodrigues de Mattos
Profª M.ª Maria Genoveva Bordignon Esteves
Prof. M.e Odelir Dileto Cachoeira
Profª M.ª Josiane Bendlin Gasparoto

Ciências da Saúde

Prof. M.e Alysson Frantz
Profª Dra. Thaís Regina Kummer

Profª Dra. Edna Zakrzewski Padilha
Prof. Dr. Fabrício Rutz da Silva
Profª M.ª Jucélia Iantas
Profª Dra. Gisele Fernandes Dias

Ciências Exatas e da Terra

Prof. Dr. Alexandre Manoel dos Santos
Profª M.ª Edna Satiko Eiri Trebien
Profª M.ª Juliane Boiko Bohone
Prof. M.e Marcos Cesar Kujiv Muller

Engenharias

Prof. Dr. Alexandre Manoel dos Santos
Profª M.ª Mayara Ananda Gauer
Profª Dra. Ana Paula da Silva Yamauti
Profª M.ª Juliane Boiko Bohone
Prof. M.e Ademir Rodrigues de Mattos
Profª M.ª Lisandra Cristina Kaminski

Presidente do Conselho Editorial

Profª Dra. Angela Maria Farah

Reitor

Prof. M.e Alysson Frantz

Vice-reitor

Prof. Dr. Lúcio Kürten dos Passos

Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV



SUMÁRIO

- Comunicação estratégica nas empresas: estudo de caso “a frase da semana”** 13
 Eduardo Götz Mayer
- Sistema previdenciário brasileiro: cenário atual e perspectivas.....**33
 Alex Mussio Fernandes
- Novo código de processo civil e as alterações na perícia contábil....**53
 Viviane Zawadzki
- Videolocadoras: declínio e empreendedorismo.....**81
 Douglas Klaus Bindemann
- AI-5 e o jornalismo local: como o jornal “O Comércio” retratou o decreto.....**97
 Marielli Barato
- O feminismo abordado pelos *youtubers*: uma análise dos vídeos de Jout Jout.....**121
 Aline Graef
- Características que sustentam as reportagens longform na internet ...**141
 Fábio Rodrigues
- A charge como elemento informativo, crítico e satírico no jornal Aconteceu.....**157
 Thaís Guimarães de Lima
-

CONTENTS

Strategic communication in business: case study “the sentence of the week”	15
Brazilian prevention system: current scenario and perspectives.....	35
New code of civil procedure and changes in accounting expertise.....	55
Video rental: decline and entrepreneurship.....	83
AI-5 and local journalism: how the newspaper “O Comércio” retracted the decree.....	99
The feminism addressed by youtubers: an analysis of Jout Jout’s videos.....	123
Characteristics that keep as longform reports on the internet.....	143
Charge as an informative, critical and satyric element in “Aconteceu” newspaper.....	159

EDITORIAL

Caro leitor,

É com grata satisfação que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV – apresenta o primeiro volume da *Pós em Revista*. Nesta edição contamos com artigos inéditos, fruto de pesquisas produzidas por alunos e professores dos cursos de especialização da UNIUV.

A pluralidade dos temas reforça a tarefa do nosso Programa de Pós-Graduação: promover a especialização nas diversas áreas em que atua nos níveis de graduação, possibilitando a continuidade de estudos para toda a comunidade regional.

Temas relacionados a problemas regionais têm destaque nesta edição. Novidades no campo da Administração resultaram em artigos que abordam os avanços da indústria regional da erva-mate, assim como pesquisas sobre as transformações ocorridas nas relações comerciais, gerada pelos processos de reorganização da esfera econômica nas últimas décadas.

Na área da Comunicação, o estudo sobre o papel da imprensa regional durante a ditadura militar reforça a importância de compreendermos a função do jornalismo nos processos históricos. Nos temas atuais, referentes às transformações na comunicação digital, os artigos trazem discussões sobre o fenômeno dos *youtubers* e as novas linguagens utilizadas no *webjornalismo*.

Como tudo relacionado à pesquisa, a *Pós em Revista* é um espaço fértil para discussão, reflexão crítica e novas abordagens, que pretende estabelecer diálogos entre as pesquisas regionais, nacionais e globais.

Ótima leitura a todos.

Wanilton Dudek
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Comunicação estratégica nas empresas: estudo de caso “a frase da semana”

Eduardo Götz Mayer²

Resumo

A frase da semana é uma ferramenta que a empresa Pormade criou com o objetivo de estabelecer a comunicação entre a equipe externa e interna da empresa, de forma estratégica, ou seja, ela procura obter soluções para problemas evidenciados ou sugestões referentes às mudanças que venham a ocorrer. Por isso, o interesse da direção na participação total dos seus colaboradores nas decisões estratégicas da empresa. E quando esta começa a influenciar nos comportamentos inovadores, criativos e dinâmicos dos profissionais significa que o resultado está sendo alcançado. O problema era quantificar e qualificar esse impacto. Portanto esta pesquisa procurou entrevistar alguns colaboradores e analisar as respostas das participações da Frase da Semana.

Palavras-chave: Comunicação estratégica. Percepção. Impacto da ferramenta.

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo e Especialista em Liderança, Pessoas e Negócios (MBA), pelo Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV). E-mail: eduardo-mayer@hotmail.com

Strategic communication in business: case study “the sentence of the week”

Eduardo Götz Mayer

Abstract

Week's Quote is a tool that Pormade created to establish a strategic communication between the external and internal staff. It seeks solutions to problems highlighted or suggestions for changes that may occur. It explain the company interest on the full participation of its employees. And when it begins to influence the innovative behavior, creative and dynamic, it means that the result is being achieved. The problem is that the impact of this tool was only alleged and there was no evidence that has reached the objectives. The problem was to quantify and qualify this impact. So, this research tried to interview some employees and analyze the replies of Week's Quote.

Keywords: Strategic communication. Perception. Impact.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa diz respeito à comunicação interna da empresa Pormade – Portas de Madeiras Decorativas LTDA, tendo como objeto de estudo a “Frase da Semana”.

A Frase é uma ferramenta que a empresa adotou como meio de comunicação para divulgar informações sobre o mercado, produção e prestação de serviços. Contudo o impacto dessa prática, em sua gestão estratégica, ainda é desconhecido. Motivo esse que leva a verificar a percepção dos colaboradores, por meio de depoimentos, respostas das participações das frases e pesquisa aberta e fechada, tanto do processo produtivo, quanto o administrativo da empresa em relação às informações compartilhadas, ao ponto de quantificar e qualificar esse impacto no ambiente de trabalho.

Desde o início de sua prática, a Frase tem despertado grande interesse por parte da Direção da empresa Pormade, visto que a comunicação como um processo estratégico influencia nos comportamentos inovadores, criativos e dinâmicos do ponto de vista estratégico e dos valores culturais da empresa (CARDOSO, 2006).

Quando a comunicação é utilizada dessa maneira, ela se torna intangível para a organização, ou seja, ela reflete o comportamento, a identidade e a personalidade da empresa, além de ter a capacidade de parametrizar a produção, difusão e recepção desses comportamentos. Ainda, permite gerar efeitos estáveis e duradouros nos *stakeholders* (MEIRINHOS, 2014).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 COMUNICAÇÃO NAS EMPRESAS

Inicialmente, a comunicação foi implementada nas empresas para estabelecer apenas o contato com o cliente, persuadir os públicos-alvo e obter lucro. Focava diretamente nas negociações e buscava o entendimento dos empresários quanto a sua importância e necessidade da comunicação no ambiente corporativo (MEDEIROS, 2010).

Para Kunsch (2009), essa foi denominada como “Comunicação Empresarial” e foi utilizada até o ano de 1970. A partir disso, começaram estudos visando a uma perspectiva estratégica, o que assumiu uma conotação menos instrumental e mais complexa da informação (MEDEIROS, 2010).

Essa nova visão permitiu a ampliação e integração das estruturas organizacionais em uma comunhão de ideias e diálogo entre as estruturas organizacionais, integrando-as em uma "Comunicação Organizacional" (KUNSCH, 2003).

A comunicação é a base da existência de todas as organizações. A diferença está na forma como ela é utilizada. Seja de forma planejada e organizada, seja com base na intuição e sem planejamento (TAVARES, 2009).

O problema é que muitas empresas seguem uma comunicação desorganizada, sabendo-se que 60% de todos os problemas administrativos resultam da ineficiência na comunicação (TAVARES citado por DRUKER, 2009). O autor ainda complementa que, no Brasil, esse percentual pode ser elevado por questões culturais e descrédito atribuído à comunicação das organizações.

Para Terciotti (2013), a comunicação implica uma transferência de significados entre as pessoas e, para que seja capaz de produzir um efeito real, precisa ser compreendida pelos envolvidos no processo comunicativo.

Sendo assim, é imprescindível trabalhar de forma planejada e, quando isso ocorre, os funcionários e sua família são motivados e integrados, o clima da empresa torna-se favorável, agilizando a tomada de decisão, a eficácia dos processos, com proatividade e colaboração para a descentralização das atividades, além de criar uma boa imagem da empresa diante da sociedade (TAVARES, 2009).

O que vai depender é a maneira e o fluxo que a empresa vai adotar para transmitir as informações para o público desejado, seja ascendente (de baixo para cima), seja do subordinado para o superior, na hierarquia descendente (do superior para o subordinado), horizontal (entre pessoas do mesmo nível hierárquico) ou a comunicação transversal, a qual a Pormade utiliza (comunicação descentralizada e flexível – fluxo de comunicação que se dá em todas as direções) (MOURA, 2007; SALOMÃO, 2010).

2.2 FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO "FRASE DA SEMANA"

A frase da semana teve um início interessante. É uma ideia que foi criada na empresa Pormade entre 1998 e 1999 (Informação Verbal)³. Essa prática estabelece a comunicação entre a equipe externa (vendedores, representantes e assistentes técnicos) e a equipe interna (administrativo e produção), evidenciando problemas clássicos de obra, sobre serviços prestados ou qualidade do produto recebido ou instalado, além de informar mudanças planejadas que ocorreram dentro da fábrica.

Como bônus, os colaboradores são remunerados pela participação.

“Primeiro eram distribuídos vales de CDs de música ou brindes que os fornecedores mandavam para a empresa” (Informação Verbal)⁴.

Em 2006, a frase popularizou-se em toda a fábrica e passou a ser semanal, adquirindo o nome que até hoje é utilizado “Frase da Semana” (Informação Verbal)⁵.

A ferramenta foi incluída no Programa de Erros, Tesouros, Inovações e Melhorias (PETIM) da empresa. A sua participação passou a equivaler a 2 pontos no programa e depois de um certo número de participações e quantidade de pontos acumulados, os colaboradores recebem o valor do prêmio em vale-alimentação. (Informação Verbal)⁶.

Rego (1986) já comentava que a organização para utilizar-se de um processo de comunicação eficaz e a ser consumida naturalmente por seus colaboradores, deveria associar o conhecimento técnico às atitudes, valores e normas da empresa. Ainda, Cardoso (2006) acrescenta que é preciso criar mecanismos para incentivar os colaboradores na participação de forma criativa e dinâmica.

A Pormade, por sua vez, tem utilizado esses mecanismos ao ponto de interagir na solução dos problemas. As opiniões coletadas pelos colaboradores são transformadas em ferramentas de tomadas de decisões e que ocorrem em sintonia com o nível estratégico, tático e operacional.

Logo, Bahia (1995) e Cardoso (2006) sugerem que a empresa, para atingir os resultados esperados, é primordial que se entenda a realidade, dinâmica e complexidade da comunicação, ou seja, a afetividade, subjetividade, diálogo com o ambiente interno e externo e principalmente a sua sinergia, o que vai além da recompensa de ordem remunerativa para engajamento dos colaboradores (REGO, 1986).

A Frase da Semana basicamente é a sugestão de um tema com características orientativas do ambiente de trabalho e mercado, com um toque de humor, mas sem perder a objetividade e clareza da informação. Ela é divulgada em murais entre setores da produção e e-mail para o administrativo interno e externo.

A interpretação da frase é redigida em um formulário padrão do centro de educação corporativa da empresa – UNICOP, conforme a Figura 01.

³ Notícia fornecida pelo Diretor Presidente Cláudio Antônio Zini, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em Janeiro de 2016.

⁴ Informação fornecida por Miriam Götz Mayer, Setor da Qualidade, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em Janeiro de 2016.

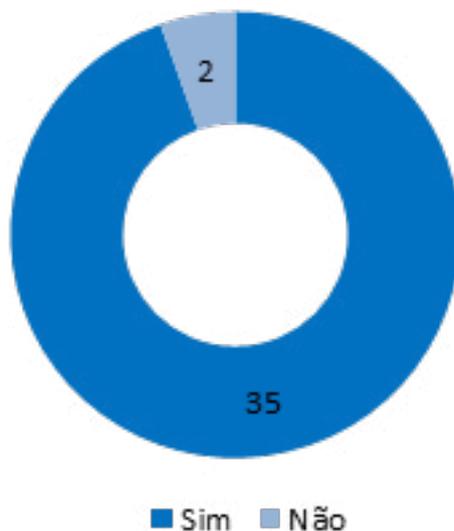
⁵ Informação fornecida por Claudenir de Jesus Gispiela, Setor Comercial, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em Janeiro de 2016.

⁶ Informação fornecida por Sueli Heppner e Sonia Fantin, Setor de Recursos Humanos, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em Janeiro de 2016.

Informação, Expedição, Engenharia, Vendas, Pós-Venda e Coordenadores do processo produtivo.

Do total de 478 funcionários da empresa, segundo a relação do mês de dezembro de 2015, disponibilizado pelo setor de Recursos Humanos da empresa (PORMADE, 2016), 115 foram entrevistados, equivalendo a uma amostragem de 24,06%. Entre estes, 37 são dos setores administrativos.

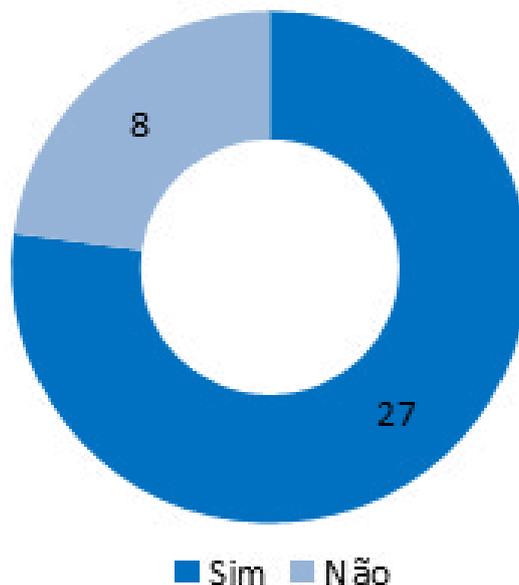
Gráfico 1 – Participações dos setores administrativos



Fonte: do Autor, 2016.

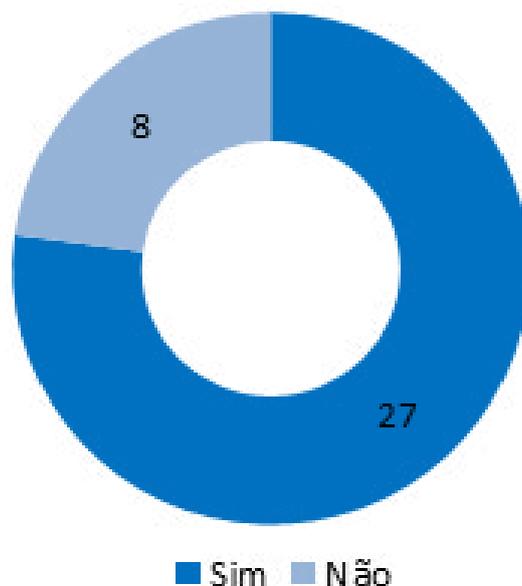
Dessa amostragem, 35 pessoas participam da frase e expressam a sua opinião referente ao tema abordado (gráfico 1). Para essas que participam da frase, 27 acreditam que a ferramenta tem impacto positivo em seus setores (gráfico 2) e atinge os objetivos esperados pela empresa (gráfico 3).

Gráfico 2 – Influência positiva no setor



Fonte: do Autor, 2016.

Gráfico 3 – Objetivos alcançados



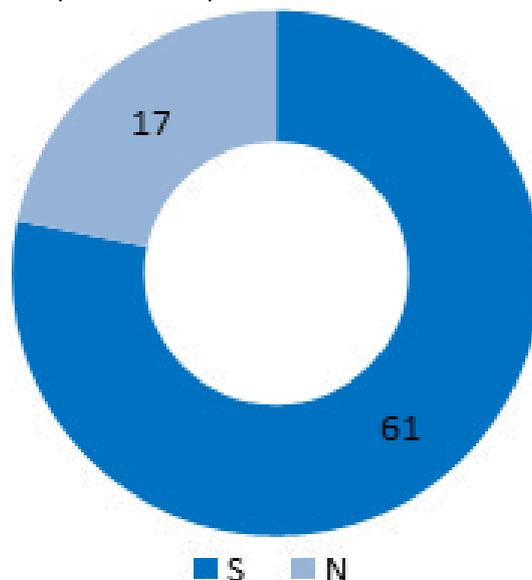
Fonte: do Autor, 2016.

2.3.2 Setor produtivo

Neste estão inclusos todos os setores produtivos de portas, batentes e guarnições – Linhas Pormade e DRZ.

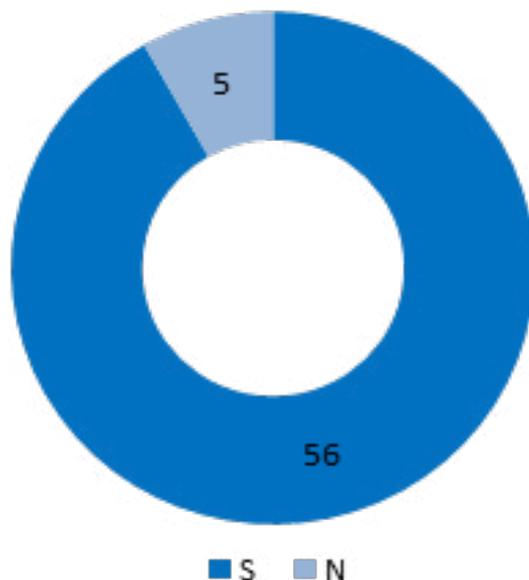
Da mesma amostragem entrevistada, 78 profissionais são do processo produtivo e das 61 pessoas que participam da frase da semana (gráfico 4), 56 afirmaram que a ferramenta influencia positivamente em seu setor (gráfico 5) e atinge os objetivos da empresa (gráfico 6).

Gráfico 4 – Participações do processo produtivo



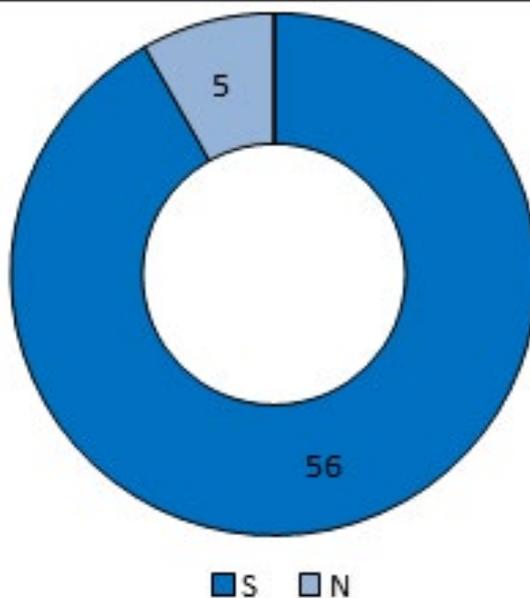
Fonte: do Autor, 2016.

Gráfico 5 – Influência positiva no setor



Fonte: do Autor, 2016.

Gráfico 6 – Objetivos alcançados



Fonte: do Autor, 2016.

Os entrevistados do questionário (ANEXO A) evidenciaram melhorias que ocorreram em seus setores, isso pela participação da frase da semana.

- utilização da frase como ação em determinadas reclamações de clientes e produto;
- maneiras diferentes de realizar o cadastro do pedido para aumentar a produtividade e melhorar a comunicação entre os setores;
- melhora no relacionamento com fornecedores de serviços (instaladores);
- atas de entrega de pedido. Documento essencial para dar con-

tinuidade ao cadastro deles. Os vendedores começaram a enviar corretamente.

e) acompanhamentos de obra e relatórios de visita;

f) a planilha de programação dos pedidos que foi melhorada e ficou mais fácil de interpretar as informações e entender a importância de sua função;

g) comunicação entre processos internos e externos;

h) informações que vieram a modificar produtos, processo em melhoria contínua;

i) fortalecimento da parceria com os instaladores. A importância de estar mais próximo deles.

Quando questionado aos colaboradores internos (produção e administrativo) e externos (equipe de vendas e assistência técnica) qual era a maior dificuldade na utilização da ferramenta, as respostas foram muitas: positivas e negativas.

Das dificuldades apontadas, todas se voltaram para situações pessoais e comportamentais, como: excesso de trabalho e, por sua vez, a falta de tempo, outras atividades tidas como prioridade, esquecimento, não entendeu o contexto da mensagem. Inclusive, as 14 pessoas (do total de 115 entrevistados) que responderam o questionário (ANEXO A), os que não participam da frase da semana, comentaram o questionário.

São situações que exigem uma cobrança maior da direção, pois é uma ferramenta dada como estratégica e tem cumprido a sua função. Podemos provar pelos depoimentos e respostas dos colaboradores.

“A frase da semana é uma maneira prática e eficiente de multiplicarmos nosso conhecimento sobre nossa rotina, nosso mercado e até sobre nossos problemas. Afinal, estamos numa empresa enorme e com gente espalhada por todo país”, diz Marcelo Costa (Informação Verbal)⁷. E os maiores interessados, segundo Baltazar Silva (Informação Verbal)⁸, deveriam ser os colaboradores externos (vendedores e assistentes técnicos), pela distância que estão dos acontecimentos da empresa, além dessa ferramenta ajudar a todos eles em grandes mudanças, de uma forma geral.

No caso de funcionários novos, eles possuem uma integração mais forte, quando participam ao ler e opinar sobre o assunto. “Quando en-

⁷ Informação fornecida por Marcelo Costa, Setor Comercial, da empresa Pormade. São Paulo – SP, em janeiro de 2016.

⁸ Informação fornecida por Baltazar Arouche Silva, Setor Comercial, da empresa Pormade. Belo Horizonte – MG, em janeiro de 2016.

⁹ Informação fornecida por Alice Meyer Vence, Setor Financeiro, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em janeiro de 2016.

¹⁰ Informação fornecida por Bianca Venturin, Setor de Tecnologia da Informação, da empresa Pormade. União da Vitória - PR, em janeiro de 2016.

trei na empresa, trabalhando na recepção, tudo ainda era muito desconhecido, e a frase da semana foi uma fonte de informações muito boa para que eu conhecesse mais a Pormade", comenta Alice Vence (Informação Verbal)⁹. E segundo Bianca Venturin (Informação Verbal)¹⁰:

Nesse pouco tempo, aprendi e me surpreendi com muita coisa aqui dentro; uma delas é a maturidade de toda a equipe, todos podem dizer o que pensam, podem opinar levantar argumentos e discussões, seja entre os colegas, seja diretamente com a diretoria da empresa. Com a frase da semana, todos ficam sabendo o que está precisando ser aprimorado dentro dos processos da empresa, e admiravelmente, todos podem comentar o que pensam sobre aquele assunto. Hoje em dia temos a tecnologia a nosso favor, temos ferramentas a nossa disposição para nos lembrar de nossos afazeres (alarmes, lembretes, e-mails, etc), então não tem desculpa para não fazer a frase da semana, basta se organizar. São raras as empresas que dão a oportunidade de todos participarem das decisões (e ainda ganhar um bônus para fazê-lo).

Para Maristela Castilho (Informação Verbal)¹¹, quanto mais explícitos forem os erros, menor será o sofrimento no futuro. E esse erro, se não for tratado com urgência, como é feito junto com a frase, isso custará para a empresa o dobro de tempo para solucionar, dinheiro, transtornos e até mesmo correr o risco de perder o cliente.

A comunicação de uma empresa é um sistema aberto, tal como é a organização. Este sistema é composto por uma pessoa responsável por transmitir uma mensagem (de quem), o meio escolhido para que essa troca aconteça (como), a mensagem (o quê), um decodificador (tradutor quando houver) e a pessoa que vai receber a mensagem (para quem). Ainda, para Rego (1986), há ingredientes que vitalizam o processo da comunicação e que não podem faltar:

São valores globais, acontecimentos do mercado, meio ambiente, clima organizacional, normas e políticas que a empresa Pormade tem-se preocupado em informar a toda sua organização e que para o mesmo autor, são necessárias e imprescindíveis para a implantação de projetos comunicacionais e às operações empresariais.

Ainda, podemos reforçar esse ponto de vista com Cardoso (2006), que informa a abrangência da comunicação, desde o clima organizacio-

¹¹ Informação fornecida por Maristela Castilho, Setor de Recursos Humanos, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em janeiro de 2016.

nal às relações institucionais, ou seja, tudo que diz respeito à posição social e ao funcionamento da organização.

A comunicação interna e externa são os tipos de ação mais importantes na estratégia de uma empresa, segundo Bahia (1995). Por isso, a direção da Pormade tem enfatizado e incentivado a participação da Frase da Semana, pois ela demonstra resultados. As opiniões dos colaboradores são válidas e importantes no direcionamento das estratégias.

Para demonstrar que a comunicação da Pormade tem sido aberta, receptiva, interativa e engajadora, seguem dois depoimentos de seus colaboradores:

Para Alice Vence (Informação Verbal)⁷ é de extrema importância a participação de todos, pois são assuntos de interesse da empresa. A Frase torna-se uma ferramenta de trabalho, além da participação na direção da empresa, ajudando nas tomadas de decisões.

É perceptível a oportunidade e liberdade dessa comunicação. Iago Fenker Krolikoski (Informação Verbal)¹² conclui expressando que “O maior valor de uma empresa são as pessoas” e é o que difere, segundo ele, uma equipe comum de uma equipe vencedora” e, por mais simples que seja a opinião dos colaboradores, “muitas vezes as ideias inovadoras estão escondidas em três linhas”.

3 CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada com perguntas abertas e fechadas, depoimentos e respostas das participações da própria Frase da Semana, foi possível quantificar o uso da ferramenta (96 profissionais de 115 entrevistados) em uma amostragem de 24,06% do total efetivo da empresa (478 profissionais), além de provar que a ferramenta tem influência positiva na gestão estratégica da empresa.

De acordo com suas respostas, a frase é uma forma que a empresa encontrou de manter contato direto entre os níveis hierárquicos, do estratégico ao operacional e de forma horizontal, como boas práticas e exemplos entre os colegas.

Não é de se admirar que a empresa Pormade atinja rankings de alto desempenho e ocupe posição entre as melhores empresas para se trabalhar, pois a sua comunicação é transparente em todos os setores; e os objetivos, metas e visão da empresa são fortemente enraizados nos seus colaboradores, ou seja, o alinhamento estratégico é nítido e entendido por todos.

Com isso, é possível afirmar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados com sucesso.

¹² Informação fornecida por Iago Fenker Krolikoski, Setor Financeiro, da empresa Pormade. União da Vitória – PR, em janeiro de 2016.

4 REFERÊNCIAS

BAHIA, B. J. **Introdução à comunicação empresarial**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/lkKZui>>. Acesso em: 12 maio 2015.

CARDOSO, O. O. **Comunicação empresarial versus comunicação organizacional**: novos desafios teóricos. RAP. Rio de Janeiro, Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/10.pdf>>. Acesso em 12 maio 2015.

CASTILHO, M.; COSTA, M.; KROLIKOSKI, I. F.; SILVA, B. A.; VENCE, A. M.; VENTURIN, B. **Resposta do Tema “Qual a Dificuldade em Participar da Frase da Semana?”**. Brasil, São Paulo, São Paulo, Pormade – Portas de Madeiras Decorativas LTDA, janeiro de 2016. Depoimento a Eduardo Götz Mayer.

GISPIELA, C. **Frequência e Denominação da Frase**. Brasil, Paraná, União da Vitória, Pormade – Portas de Madeiras Decorativas LTDA, janeiro de 2016. Entrevista a Eduardo Götz Mayer.

HEPPNER, S. B.; FANTIN, S. de F. **PETIM – Programa e Erros, Tesouros, Inovações e Melhorias**. Brasil, Paraná, União da Vitória, Pormade – Portas de Madeiras Decorativas LTDA, Janeiro de 2016. Entrevista a Eduardo Götz Mayer.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Comunicação organizacional**: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva, 2009. V.1

MAYER, M.G. **Participação da frase da semana**. União da Vitória, Paraná - Pormade – Portas de Madeiras Decorativas LTDA, janeiro de 2016. Entrevista a Eduardo Götz Mayer.

MEDEIROS, J. B. **Manual da secretária**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRINHOS, G. S. **Plano de comunicação**. Instrumento estratégico de gestão. Revista Ibero-americana: Os desafios da Internacionalização. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Mi-

nho. Braga, Portugal. 2014. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/cecs_ebooks/articulo/viewFile/1987/1909>. Acesso em 12 maio 2015.

MOURA, A. W. N. **A eficácia na comunicação interna da corporação Amazonur**. Manaus, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/NwfYDx>>. Acesso em: 8 maio 2016.

REGO, F. G. T. **Comunicação empresarial/comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. Editora Summus, ed.6. São Paulo, Brasil. 1986. Disponível em: <<https://goo.gl/GfIM2e>>. Acesso em 12 maio 2015

SALOMÃO, V. **Fluxos de comunicação na empresa**. Disponível em: <<https://goo.gl/n3oE7M>>. Acesso em: 8 maio 2016.

TAVARES, M. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TERCIOTTI, S. H. **Comunicação empresarial na prática**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZINI, C. A. **Criação da Frase da Semana**. União da Vitória, Paraná. Por-made – Portas de Madeiras Decorativas LTDA, janeiro de 2016. Entrevista a Eduardo Götz Mayer.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO



Pesquisa de opinião sobre a Frase da Semana

Este questionário destina-se a responder questões referentes a um projeto de pesquisa de conclusão de curso do MBA em Gestão de Negócios e Pessoas intitulado "Comunicação Estratégica nas Empresas - Estudo de Caso a Frase da Semana" desenvolvido na empresa Pormade - Portas de Madeiras Decorativas - LTDA.

Não há necessidade de identificação do sujeito pesquisado, pois as respostas serão sigilosas. Os dados obtidos serão apenas discutidos no trabalho, sem expor os indivíduos.

Desde já agradeço a sua participação e colaboração no desenvolvimento deste estudo.

Atenciosamente

Eduardo Götz Mayer
Assessor da Qualidade
Pormade

*Obrigatório

1. Gênero *

- Masculino
 Feminino

2. Idade *

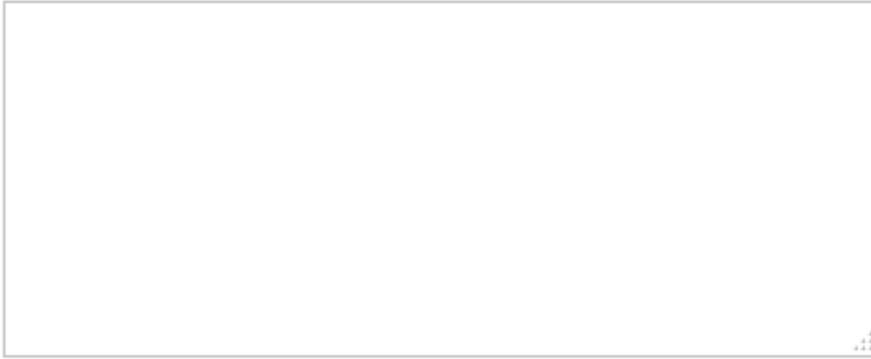
3. Em qual área da empresa você trabalha? *

- Administrativo Interno
 Administrativo Externo (Vendedores e Assistentes Técnicos)
 Produção

4. Participa da Frase da Semana? *

- Sim
 Não

Por quê? *

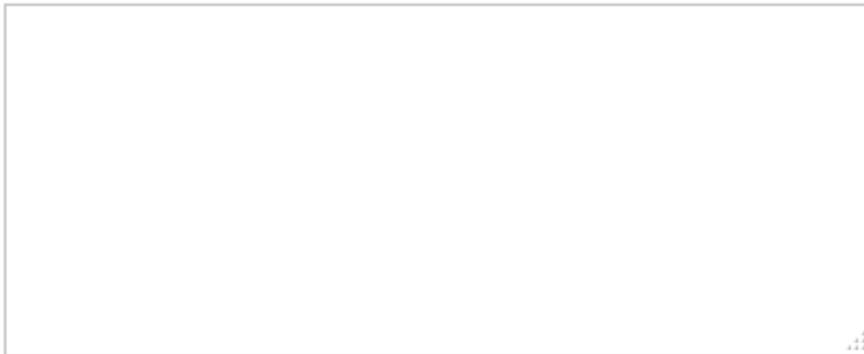


5. A Frase tem influenciado positivamente na produtividade de seu setor? *

Melhorias realizadas decorrente a uma situação evidenciada na frase

- Sim
- Não
- Ainda não

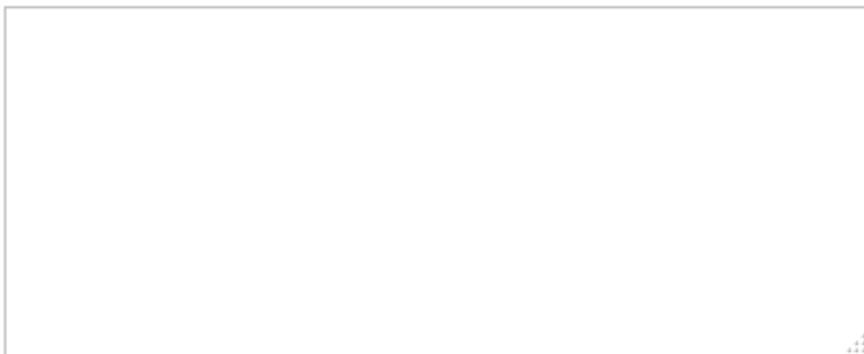
Cite uma melhoria realizada.



6. Em sua opinião, a Frase da Semana atinge os objetivos esperados pela empresa? *

- Sim
- Não

Por quê? *



7. Qual a maior dificuldade na participação da Frase? *

Enviar

Nunca envie senhas pelo Fomulários Google.

Sistema previdenciário brasileiro: cenário atual e perspectivas

Alex Mussio Fernandes¹³

Resumo

A partir da década de 1990, ampliaram-se no Brasil profundas e polêmicas discussões que vêm ocorrendo em paralelo no mundo todo: a manutenção e aplicação do sistema de Previdência Social Nacional. Considerando que ele é um importante bem público disponível para a sociedade, o sistema brasileiro é estabelecido em regime de divisão e tornou-se fonte crescente de despesas. Esse déficit agravou-se ainda mais logo no início dos anos 2000. Pois, a partir dessa época, regras e quesitos nem sempre tão aceitáveis proporcionaram um caráter assistencialista ao programa, tornando-o insustentável, quando comparado pela internacionalmente aceita premissa de seguro social de duração perpétua. Nessa toada, ocorreu um aumento explosivo das necessidades de financiamento do sistema, chegando em 2005 ao equivalente a 1,63% do Produto Interno Bruto. Anterior a esses fatos, no ano de 1998, houve algumas mudanças nas regras de contribuição nos diversos setores da sociedade, bem como na da concessão de benefícios. Essas medidas não surtiram o efeito desejado, uma vez que não se atacou a principal fonte desse desequilíbrio, que é de ordem essencialmente estrutural. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva, com um levantamento bibliográfico atual, diagnosticar os pontos estruturais mais críticos do sistema previdenciário público vigente e o que se pode fazer em termos de reformas para que o programa entre novamente em equilíbrio e em consonância com seus objetivos conceituais.

Palavras-chave: Previdência Social. Aposentadoria. Déficit.

¹³ Graduado em Administração e especialista em Administração Financeira, Contábil e Controladoria, pela Centro Universitário de União da Vitória –UNIUV. E-mail: alex_mussio@hotmail.com

Brazilian prevention system: current scenario and perspectives

Alex Mussio Fernandes

Abstract

Since the 1990s, deep and controversial discussions have taken place in Brazil that have been occurring in parallel throughout the world: the maintenance and application of the National Social Security system. Considering that it is an important public good available to society, the Brazilian system is established on a system of division and has become an increasing source of expenses. This deficit worsened even further in the early 2000s. For from that time on, rules and requirements that were not always so acceptable provided a charitable aspect to the program, rendering it unsustainable, when compared to the internationally accepted premise of social security. perpetual duration. In this respect, there was an explosive increase in the financing needs of the system, reaching in 2005 the equivalent of 1.63% of the Gross Domestic Product. Previous to these facts, in 1998, there were some changes in the rules of contribution in the various sectors of society, as well as in the granting of benefits. These measures did not have the desired effect, since the main source of this imbalance, which is essentially structural in nature, has not been attacked. In this sense, the present research aims, with a current bibliographical survey, to diagnose the most critical structural points of the current public social security system and what can be done in terms of reforms so that the program can again be in balance and in line with its conceptual objectives .

Keywords: Social Security. Retirement. Deficit.

1 INTRODUÇÃO

O sistema previdenciário brasileiro vem causando enorme preocupação para o setor público, privado e sociedade em geral. Como o sistema é tripartite, todos compartilham esforços para a manutenção e continuidade da seguridade social. Segundo o Mosaico do Orçamento da FGV, o peso da previdência no orçamento tem crescido ano após ano, de forma que, em 2016, cerca de 27% das despesas do governo destinavam-se a pagar os seus benefícios. Com a crise econômico-política e o aumento do desemprego, o problema se agrava, gerando desequilíbrio do sistema.

O ciclo propriamente dito deve ser contínuo, e o problema surge quando a arrecadação se iguale ou fique menor que a distribuição dos benefícios, porém a parte beneficiada não pode ficar sem receber o benefício, pois o beneficiado é ou já foi beneficiador do sistema, ou seja, contribuiu para ter o direito garantido, protegido pela constituição de 1988 capítulo do art. 194, que estabelece que "a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". A previdência social abrange um enorme leque de temas, um dos principais temas é a aposentadoria por tempo de contribuição, que dá ênfase ao proposto artigo.

Para manter o equilíbrio da arrecadação e distribuição, o governo toma, de tempos em tempos, medidas para atualizar ou reformar o sistema, o que causa grande impacto e discussão em todas as esferas, tanto no âmbito político, como no jurídico, econômico, privado e público. O tema de fato é delicado e de difícil solução, contudo o contribuinte que será no futuro o beneficiário precisa ter uma base de entendimento sobre o assunto, quais são as causas do problema gerado, quais as possibilidades de solução discutidas por especialistas sobre o assunto, e as perspectivas, a médio e a longo prazo, para os contribuintes atuais.

O objetivo deste artigo é analisar e diagnosticar a situação do sistema previdenciário brasileiro, conhecer mais a fundo as causas que tornam a previdência social pública no Brasil deficitária e elencar as razões que causam as falhas no funcionamento. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e amostra de dados estatísticos reais nacionais; esses dados implicaram análises e comparativos entre os principais autores e pesquisadores do assunto.

2 ESTRUTURA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL

Antes de tudo é necessário conhecer o sistema de custeio da Previdência Social Brasileira, para podermos compreender sua estrutura e forma de funcionamento. Assim, poderemos ter uma visão clara da aplicação do princípio constitucional em estudo. Existem diversos modelos de previdência social no mundo. Cada país decide a maneira como vai proteger socialmente, contra infortúnios, os seus trabalhadores. Muitos fizeram transição de um sistema para outro, adotando aquele que, conforme suas políticas, melhor se adapta a suas necessidades e características.

Castro e Lazzari (2005) explicam que, quanto ao custeio, os sistemas previdenciários se dividem em contributivos e não contributivos. Essa divisão leva em consideração a fonte de arrecadação da receita necessária ao desempenho da política de proteção social. No sistema contributivo a lei especifica as pessoas que estão obrigadas a contribuir para o regime. Essas pessoas podem ser os potenciais beneficiários do regime, seus segurados, ou outras pessoas que a lei determine. No sistema não contributivo não existem pessoas obrigadas a contribuir para o custeio do sistema, o que acontece é que uma parte da arrecadação tributária geral é destinada à Previdência. Assim, toda a sociedade, mediante o pagamento de tributos ao Estado, está financiando seu sistema previdenciário. Outra forma de distinção entre os sistemas previdenciários é quanto à forma de utilização dos recursos obtidos. Nas Previdências contributivas existe o sistema de repartição e o sistema de capitalização. O sistema de repartição é aquele em que existe um fundo único, para onde se destinam todas as contribuições previdenciárias.

Ainda de acordo com os autores Castro e Lazzari (2005), é desse fundo que saem os recursos para o financiamento dos benefícios pagos aos segurados que sofreram limitações em sua capacidade laborativa, conforme definido em lei. Esse modelo se baseia no ideal de solidariedade, “no pacto entre gerações – já que cabe à atual geração de trabalhadores em atividade pagar as contribuições que garantem os benefícios dos atuais inativos, e assim, sucessivamente, no passar dos tempos –, ideia lançada no Plano Beveridge inglês, e que até hoje norteia a maior parte dos sistemas previdenciários do mundo. Já o sistema de capitalização exige um determinado número de cotas para que o indivíduo tenha direito a benefícios. O que existe, nesse sistema, é a criação de um fundo individual, nos seguintes termos:

Assim, somente o próprio segurado – ou uma coletividade deles – contribui para a criação de um fundo – individual ou coletivo – com lastro suficiente para cobrir as necessidades

previdenciárias dos seus integrantes. O modelo de capitalização, como é chamado, é aquele adotado nos planos individuais de previdência privada, bem como nos “fundos de pensão”, as entidades fechadas de previdência. (CASTRO; LAZZARI, 2005).

O sistema de previdência social público brasileiro se caracteriza como contributivo, quanto ao custeio, e de repartição, quanto à forma de utilização de seus recursos, definindo, assim, seu aspecto de solidariedade. Diferente do sistema de Previdência Privada, que se caracteriza como um sistema de capitalização. Além disso, a composição do sistema de Previdência no Brasil é misto, ou seja, é composto de dois sistemas: um sistema gerido pelo poder público, de filiação obrigatória para todos os trabalhadores definidos em lei, e fundado em um sistema de repartição, de fundo único; e outro sistema complementar, administrado pela iniciativa privada, de filiação facultativa, fundado em um sistema de capitalização, em que cada segurado contribui para um fundo próprio. Assim, o nosso sistema de previdência prevê um sistema público de caráter fundamental, baseado na solidariedade social, para todos os trabalhadores brasileiros, e outro sistema privado, de caráter supletivo, para aqueles que queiram complementar os valores dos benefícios que vão receber do sistema gerido pelo poder público, em caso de algum infortúnio.

O sistema gerido pelo poder público se compõe do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Regime Próprio dos Servidores Públicos e do Regime Próprio dos Militares dos Estados e do Distrito Federal. O sistema complementar, gerido pela iniciativa privada, divide-se em regimes administrados por entidades fechadas e regimes administrados por entidades abertas de previdência privada. Não podemos esquecer que a Previdência Social faz parte da Seguridade Social, conforme determina nossa Constituição no artigo 194, assim, a Seguridade Social compreende o Sistema de Saúde, a Previdência e a Assistência Social. A Constituição Federal, em seu artigo 195, define que a “Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Assim, toda a sociedade deve financiar a Seguridade Social de forma direta, por meio das contribuições sociais listadas no artigo 195 da Constituição Federal, e, de forma indireta, mediante repasses dos recursos orçamentários. Temos, então, duas maneiras de toda a sociedade financiar a Seguridade Social, forma direta e indireta, constituindo um sistema misto de financiamento. (CASTRO; LAZZARI, 2005).

2.1 RECEITAS E ARRECADAÇÃO

A Constituição Brasileira estabeleceu como principais receitas de seguridade: as contribuições de empregados e empregadores sobre os salários (8% a 11% dos salários, para os trabalhadores, e 20% da folha de salários para os empregadores), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas, a CSLL (8% para as empresas e 18% para empresas do setor financeiro), e a COFINS, contribuição para o financiamento da seguridade social, uma taxa que incide sobre o faturamento (ou receita bruta) das empresas (alíquota de 3%). Essas são receitas constitucionalmente criadas como receitas de Seguridade. Mas, nos termos da Lei, vale dizer, pela legislação infraconstitucional que as regulamentou, são receitas arrecadadas e administradas pela Secretaria da Receita Federal, competindo ao Tesouro o repasse para os órgãos de Seguridade, conforme programação financeira (SANTOS, 2009).

2.2 REVÉS ASSOCIADO À APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

O debate em torno das necessidades de reforma do sistema previdenciário foi e continua a ser amplamente discutido em muitos países. Para o Brasil, em particular, várias pesquisas foram realizadas para analisar os fatores que causam a necessidade de uma reforma previdenciária para obter o equilíbrio financeiro do sistema.

Do ponto de vista demográfico, Ornélas (1999) mostra em seu estudo empírico que a expectativa de sobrevida no País, definida como o número médio provável de anos de vida que uma pessoa teria a partir de uma determinada idade, tende a crescer à medida que se avança para grupos de idade superior, refletindo a ideia do envelhecimento da população brasileira. Por exemplo, segundo o autor, um indivíduo de 20 anos possuía, em média, uma expectativa de sobrevida de 45 ou 48 anos, para os sexos masculino e feminino, respectivamente, nas décadas de 70 e 80, mas essa média teria aumentado para 49 e 55 anos, respectivamente, em 1995. Já para um indivíduo de 60 anos, essa estatística teria aumentado em 7,69% e 14,29%, passando a uma sobrevida esperada de 14 e de 16 anos, para os homens e as mulheres respectivamente, ao longo desse mesmo período.

Por outro lado, o mesmo autor constata marcante alteração da distribuição da população brasileira por faixas de idade: por um lado, a população de crianças e jovens (entre 0 e 19 anos) tem diminuído em relação à população economicamente ativa, de uma participação de

aproximadamente 53% em 1960, para uma projeção de menos de 35% para o ano 2010. Já a população de 60 ou mais anos apresenta uma clara tendência de participação crescente, de aproximadamente 5% em 1960 para 10% projetado para 2010.

Portanto esse aumento da esperança de vida associado à redução da taxa de crescimento da população, que caracteriza o envelhecimento natural da população brasileira, gera, conseqüentemente, uma redução de contribuições futuras e um aumento das despesas, representando um fator de desequilíbrio financeiro sério para o modelo de repartição simples adotado pelo País (ORNÉLAS, 1999).

Ainda de acordo com Ornélas (1999), a inevitabilidade das mudanças do sistema previdenciário brasileiro deve-se, também, além do novo padrão demográfico acima descrito, a fatores tanto de ordem institucional/legal quanto de ordem econômica, que afetaram de forma direta a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário. Em particular, a discussão sobre a reforma previdenciária começou a ocupar destaque especialmente a partir de 1995, quando se constatou que o principal fator impeditivo à melhora dos resultados primários das contas públicas era o déficit crescente das contas previdenciárias.

Gianbiagi e Alem (1997) ressaltam que o problema principal da Carta Magna de 1988 reside na assimetria entre os múltiplos "direitos" garantidos e os "deveres" virtualmente ausentes, mostrando a preocupação em assegurar o acesso aos recursos públicos por parte de diferentes grupos e categorias de trabalhadores, sem a devida contrapartida em garantir a viabilidade financeira para atingir os objetivos previstos.

O grande mérito do ponto de vista da universalização do sistema de previdência social introduzido pela Constituição de 1988 ficou seriamente comprometido com a falta de mecanismos que garantissem o seu equilíbrio financeiro a longo prazo. Já em 1991, estudos empíricos como o de Oliveira, Beltrão e Guedes (1991) mostraram projeções pessimistas com as mudanças introduzidas na Constituição, corroborando que elas teriam acarretado desequilíbrios fiscais graves para o país.

Como apontado por Magalhães e Bugarin (2004), que a instituição de regimes previdenciários próprios nos estados e municípios após a Carta Magna de 1988 gerou ainda uma falsa ilusão de equilíbrio financeiro devido à inexistência de um estoque de beneficiários aposentados na etapa inicial desses caixas.

Moreira (1992) em seu estudo diz que essa transição demográfica modifica de forma expressiva o volume e composição das demandas sociais e intensifica sensivelmente os problemas da Previdência Social, o que torna indispensável repensar o atual sistema de aposentadoria. Considerando-se a significativa expansão do número de anos de sobrevida,

a ampliação da idade para o início da aposentadoria é, certamente, uma exigência colocada na agenda de desenvolvimento do país, para evitar um aumento dramático do desequilíbrio atuarial da Previdência Social.

2.2.1 Déficit Previdenciário

Santos (2009) menciona que a causa do crescimento do déficit está principalmente na clientela rural, cujo aumento real do salário mínimo produziu maior reflexo. O salário mínimo dobrou em termos reais entre 1994 e 2008, estando nele enquadrados a quase totalidade dos aposentados da zona rural.

Há um entendimento de que não há déficit na previdência, porque estão vinculadas à seguridade social (previdência, saúde e assistência social) diversas contribuições. O DIEESE defende essa tese, o que faz mediante demonstrações, em que estão incluídas na receita as DRUs (desvinculações de receitas orçamentárias). Quando, do resultado apurado pelo DIEESE, deduz-se o valor das DRUs e se desconsidera a CPMF, que foi extinta, desaparece o superávit.

Todas essas operações, no entanto, são meramente contábeis, pois o que interessa é o resultado do Governo Central em seu conjunto, que é composto do Tesouro Nacional, do Banco Central e do INSS. Se forem desconsideradas as DRUs, aumenta o resultado da seguridade social, mas diminui o do Tesouro Nacional, não alterando o resultado global. Há um excesso de vinculações nas receitas da União, sobrando livre apenas 17,6%, percentual esse que se eleva para 23,3% considerando as DRUs.

O Governo Federal, como devedor que é, precisa formar superávit primário para pagar os juros da dívida, pelo menos, grande parte deles. Assim não procedendo, o endividamento cresce, resultando em mais juros no futuro, o que significa menos recursos para aplicar na seguridade ou para fazer investimentos. Ou, então, será necessário aumentar ainda mais a já tão alta carga tributária.

Quando se agregam à receita previdenciária as parcelas arrecadadas pelo SIMPLES, SIMPLES NACIONAL e REFIS, o déficit de 2008 reduz-se para 26 milhões. Dele, retirando-se o déficit da clientela rural, o resultado da clientela urbana passa a ser superavitário em 9 milhões. Isso decorreu, em parte, da atipicidade do ano de 2008. Além disso, esse resultado só é alcançado pela alta alíquota de contribuição previdenciária, acrescida da ausência de teto para a contribuição patronal e da tributação sobre o aposentado que retorna ao trabalho.

Quanto ao reajuste dos benefícios dos aposentados, não há dúvida de que eles devem ser mantidos em termos reais, nem que para isso

tenha que ser adotado outro índice que não o INPC, talvez um índice para a terceira idade. Mas daí adotar a variação do salário mínimo vai uma enorme diferença, pelas seguintes razões:

- a) A consequência imediata será a cessação da política de reajustes graduais do referido mínimo, porque os trabalhadores da ativa, que sustentam a arrecadação previdenciária, não recebem essa correção em seus salários;
- b) Com isso, têm-se os benefícios crescendo a um ritmo superior ao da receita, que é baseada no total agregado da remuneração dos trabalhadores. Além disso, os beneficiários apresentam um crescimento vegetativo superior a 3% ao ano, o que fará com que seu número dobre entre 21 e 22 anos;
- c) Projeções atuariais do Ministério da Previdência indicam que o déficit crescerá, mesmo corrigindo os benefícios somente pela inflação, passando de R\$ 42,7 bilhões (1,12% do PIB) em 2011 para R\$ 154,6 bilhões (1,55% do PIB) em 2027 (SANTOS, 2009).

2.3 ATUAL SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA

Recentemente, nos primeiros meses de 2015, já se verificou a confirmação das previsões de tempos difíceis para o país, posto que se iniciou uma política de aumento de impostos e tarifas públicas, ocorreram previsões de cortes no orçamento, mesmo antes da aprovação efetiva da Lei Orçamentária Anual (LOA), todos esses ajustes econômicos realizados pelo governo na busca do crescimento ficou conhecido como: ajustes fiscais. Cabe mencionar que, após a aprovação da LOA, os aposentados e pensionistas saíram perdendo, posto que o orçamento da Previdência Social não visou incluir aumento real para os beneficiários que auferem benefícios acima do salário mínimo que ficou fixado em R\$ 788,00 reais. Dos quase 10 milhões segurados que ganhavam benefícios maiores que salário mínimo, tiveram correção de 6,3% sobre ele, valor esse que mal cobre a inflação, de acordo com dados da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). (ANFIP, 2015).

Desde 2004, a carga tributária avançou de 33,19% para 35,4% em 2014. Esses constantes aumentos tributários geram efeitos negativos, tanto em negócios como nos salários, acarretando que, atualmente, o contribuinte pague o equivalente a cinco meses de salário do ano, somente de impostos ao poder público. E com esses ajustes fiscais, novamente o contribuinte acaba arcando com a conta (ANFIP, 2015).

França (2015) menciona que mesmo diante da importância do ajuste fiscal neste momento histórico do Brasil, não podemos esquecer que a previdência social sempre buscou alcançar os ideais de uma so-

cidade solidária. Ideais esses que fortaleceram a previdência para que enfrentassem os ventos de privatização e o assédio dos piratas sociais, que fragilizaram políticas públicas pelo mundo afora. Durante esses anos, o sistema público tornou-se um patrimônio da sociedade brasileira, posto que paga religiosamente benefícios para mais de 27 milhões de segurados do RGPS, número equivalente à população do Chile e Uruguai.

Ainda de acordo com França (2015), a previdência social desempenha papel importantíssimo como propulsora da economia de milhares de municípios brasileiros, assim reduzindo as desigualdades sociais, exercendo forte influência na vida de milhões de pessoas, fora isso, é de suma importância ressaltar que em 4.589 dos 5.566 municípios brasileiros, a soma dos benefícios pagos pela previdência social, supera o montante arrecadado a título de contribuições previdenciárias, demonstrando assim que, ao repassar renda para as localidades mais pobres, a previdência social acaba por cumprir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é reduzir as desigualdades sociais e regionais.

2.4 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: NOVAS REGRAS

Conforme site oficial da Previdência Social (2015), a nova regra de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição foi estabelecida pela Lei 13.183, publicada no Diário Oficial da União em 18/06/2015. Agora o cálculo levará em consideração o número de pontos alcançados, somando a idade e o tempo de contribuição do segurado – a chamada Regra 85/95 Progressiva.

Além da soma dos pontos, é necessário também cumprir a carência, que corresponde ao quantitativo mínimo de 180 meses de contribuição para as aposentadorias. Alcançados os pontos necessários, será possível receber o benefício integral, sem aplicar o fator previdenciário. A progressividade ajusta os pontos necessários para obter a aposentadoria, de acordo com a expectativa de sobrevida dos brasileiros.

Até 30 de dezembro 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator previdenciário, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A lei limita esse escalonamento até 2026, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100 – conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Aposentadoria novas regras.

Prazo determinado	Mulher	Homem
Até 30 de dezembro de 2018	85	95
De 31 de dez/18 a 30 de dez/20	86	96
De 31 de dez/20 a 30 de dez/22	87	97
De 31 de dez/22 a 30 de dez/24	88	98
De 31 de dez/24 a 30 de dez/26	89	99
De 31 de dez/26 em diante	90	100

Fonte: Previdência Social.

2.5 PREVIDÊNCIA PRIVADA, UMA ALTERNATIVA OU UMA NECESSIDADE?

A questão de a seguridade social garantir apenas o mínimo necessário para manutenção da vida do segurado, não incentiva somente o crescimento de entidades que ofertam planos de previdência privada no mercado, mas também fortalece o discurso da privatização total do sistema social, como solução aos problemas enfrentados pelo sistema em decorrência do crescimento do déficit previdenciário e o envelhecimento da população.

Na concepção de Ibrahim (2012), a privatização da previdência social poderia trazer melhorias à população, como benefícios mais vantajosos aos trabalhadores e também alavancaria a economia do país em função da aplicação dos valores no mercado financeiro, porém, em contrapartida, ensejaria um grande retrocesso, pois traria novamente o risco.

No sistema privado as pessoas desfrutam dos proventos auferidos da aplicação de suas próprias contribuições, entretanto possíveis crises financeiras, como a iniciada no final do ano de 2008, poderiam colocar os trabalhadores em situações delicadas, pois suas aplicações poderiam resultar em benefícios nem tão vantajosos, e assim deixando-o completamente desamparado e o pior é que o poder público nada teria a ver com isso.

No Brasil, segundo Mesa-Lago (2007), até hoje não ocorreu nenhuma mudança radical no âmbito previdenciário, como a privatização total do sistema público, mas ocorreram algumas reformas paramétricas, que visaram à implementação de medidas que fortalecessem as finanças do sistema. Em contrapartida à tendência brasileira, vários países da América Latina já aderiram à privatização da previdência social.

Conforme Carvalho (2015), com a previdência oficial fazendo água em quase todas as partes do mundo, não é de estranhar que os planos

privados ganhem cada vez mais espaço entre os objetos de desejo das pessoas.

No Brasil não é diferente. Há um déficit crescente na previdência, causado pela diferença entre as contribuições e as despesas com pagamento de benefícios, estimado em pouco mais de R\$ 50 bilhões atualmente, de acordo com estudo feito pela consultoria Mercer. O teto imposto ao pagamento de benefício penaliza mais quem ganha os salários mais elevados. O programa oficial de apoio ao trabalhador, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tem o patrimônio corroído pela inflação (CARVALHO, 2015).

Ainda de acordo com Carvalho (2015), mesmo ciente dessas deficiências, o brasileiro raramente se prepara corretamente para o momento da aposentadoria. Pesquisa feita pela seguradora Aegon, em 15 países, constatou que 37% dos brasileiros entrevistados não acreditam que poderão manter seu padrão de vida na aposentadoria, nem na possibilidade de viver confortavelmente nesse momento; e apenas 28% estão confiantes de que a aposentadoria não representará mudança significativa de estilo de vida. Apesar disso, somente 23% dos entrevistados possuem planos formais de previdência e nada menos do que 28% não participam de qualquer sistema de aposentadoria.

Diante desses números, muitas empresas passaram a incluir os planos de previdência privada em seus pacotes de benefícios, com muito sucesso. Entre os cinco benefícios mais valorizados pelos empregados, a previdência privada está em terceiro lugar, de acordo com levantamento feito pela Icatu Seguros em conjunto com o ramo carioca da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), entre 420 funcionários de diversas empresas de diferentes níveis hierárquicos e segmentos. Em primeiro lugar estão os planos de saúde e, em segundo, o vale-refeição. Em quarto lugar estão as bolsas de estudo e, em quinto, o seguro de vida.

A previdência privada já é, portanto, importante instrumento da política de recursos humanos das empresas. Os especialistas listam entre as principais vantagens atrair e reter mão de obra, além de minimizar traumas em momentos de oxigenação dos quadros. Mas divergem se os planos de previdência privada têm mais poder na atração ou na retenção. Não há dúvida de seu impacto positivo na atração de mão de obra especializada em segmentos mais competitivos como a indústria química e farmacêutica, em que um plano de previdência privada é tão obrigatório quanto um bom plano de saúde (CARVALHO, 2015).

Carvalho (2015) finaliza dizendo que ainda há um descasamento entre a ambição e realidade. As empresas correspondem em boa parte a essa lista de desejos, especialmente, no plano de saúde e no auxílio-refeição, que compõem o cardápio de praticamente todas as empresas pesquisadas em estudo da Mercer, com 100% e 99%, respectivamente. A partir daí há diferenças mais sensíveis, com o seguro de vida entre os benefícios de 96% das empresas, assistência odontológica em 84% e planos de previdência em 63%. O estudo inclui ainda check-up para os funcionários (50%) e auxílio-alimentação (44%).

2.6 PREVIDÊNCIA NO BRASIL, ALGUMAS PERSPECTIVAS

A maior argumentação com relação aos benefícios concedidos por tempo de contribuição diz respeito ao alto valor de subsídio embutido no mesmo. Além do mais, conforme nos mostra Nicholson (2007), esse tipo de benefício suscita o caráter injusto da Previdência Social.

Dentro do INSS, os problemas de injustiça social vê principalmente com as aposentadorias por tempo de contribuição (antes, chamava-se "tempo de serviço"). É, efetivamente, o benefício da classe média urbana. Das pessoas que se aposentam pelo INSS, somente uma em cada cinco, aproximadamente, consegue este tipo de benefício. Seu valor médio em 2005 era de R\$940,00, aproximadamente duas vezes e meia o valor médio dos outros benefícios do INSS, e 50% acima da renda mediana no país. Isso não seria um problema, caso os agraciados tivessem contribuído suficiente para cobrir o gasto real dos seus benefícios. Mas isso raramente aconteceu. (NICHLOSON, 2007)

Nicholson (2007) deixa claras as suas posições: primeiro, que os benefícios deveriam ser o reflexo das contribuições realizadas durante a vida ativa do trabalhador, e segundo, se houver a necessidade de subsídios, que eles sejam destinados àqueles que mais necessitam, no caso, os mais pobres. Fato, que segundo o autor, não ocorre.

Os motivos que levaram o autor a afirmar esse caráter injusto da Previdência Social no Brasil se referem ao fato de que os beneficiários por tempo de contribuição são, na sua maioria, concedidos à classe média urbana. Por terem melhores condições de acesso à educação e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, os integrantes da classe média acabam por se aposentar muito antes da idade mínima, do que aqueles

que não conseguem contribuir pelo tempo mínimo necessário. Ou seja, como se aposentam precocemente, tendem a ficar por um tempo maior auferindo os benefícios do INSS, e, por esse motivo, em muitas oportunidades, esses benefícios não correspondem às contribuições realizadas, necessitando de subsídios para que sejam honrados até ao fim da vida.

Notemos que faz sentido a alegação do autor, e que de fato existem problemas a serem solucionados dentro do sistema previdenciário nacional, mas que, até aqui, não comprometem a sustentabilidade da Previdência Social. O que está em voga, na verdade, é a repartição dos recursos de forma mais justa. Até porque o Fator Previdenciário veio a minimizar esse problema apontado pelo autor, tendo em vista que, a partir de então, quem quiser se aposentar antes da idade mínima terá os valores de seus benefícios reduzidos.

É importante lembrar que o benefício da Previdência Social está assegurado pelo art. 201 da Constituição Federal do Brasil, na qual protege o trabalhador em situação de desemprego involuntário, da cobertura dos eventos de invalidez, morte, idade avançada, pensão por morte do segurado, e proteção à maternidade. (BRASIL, 1988).

Ainda no mesmo artigo, a Constituição federal do Brasil também trouxe outras mudanças. Estabeleceu como piso para todos os benefícios o salário-mínimo, ocasionando maior despesa para a previdência, pois essa medida equiparou os benefícios dos trabalhadores urbanos e rurais que, anteriormente, era meio salário mínimo. Além de reduzir cinco anos para o trabalhador rural obter a aposentadoria por idade (BRASIL, 1988).

De acordo com Giambiagi (2000), o sistema de repartição parte do princípio da solidariedade, por meio da transferência de uma porção da população para outra mais necessitada, ou seja, das pessoas em condições de trabalhar para aquelas que não mais a tem. Nossos regimes previdenciários são baseados em repartição e a maior parte dos problemas observados têm origem no desequilíbrio da equação entre contribuição e benefícios. A contribuição sustenta os atuais aposentados, sem garantir claramente uma vantagem equivalente futura. Desse modo, os trabalhadores acabam percebendo essa contribuição como mais um imposto.

Segundo Giambiagi (2000), o INSS, até os dias de hoje, é o órgão ao qual foi delegada a incumbência da administração, além de outras atribuições, das contribuições e benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) no Brasil. Ressalta-se que, atualmente, é operado o chamado regime de "repartição simples". Além disso, o regime é tripartite, ou seja, é mantido pelos trabalhadores ativos, pelos empregadores e pelo Estado. É importante perceber que, ao mesmo tempo em que o re-

gime de repartição simples torna o sistema mais suscetível às oscilações da economia, devido à ausência de um colchão financeiro para contingências temporais mais severas, o Estado reparte com os empregadores e os trabalhadores a responsabilidade financeira da manutenção do sistema previdenciário, e a sua legitimação se dá na concepção de que, dessa forma (regime de repartição) há uma integração maior entre ativos e inativos, apontando para um “sistema solidário”.

No caso da repartição, sua concepção filosófica é a de entender a previdência social como um sistema solidário, por meio do qual há uma estrutura de transferências de uma parte da sociedade para outra, particularmente dos adultos para os idosos e dos indivíduos de boa saúde para os inválidos, sendo o atendimento dos grupos sociais necessitados uma função do Estado, custeada pelos demais grupos da sociedade (GIAMBIAGI, 2000).

No artigo do Jornal O Estado de São Paulo (2008). O secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, declarou que um projeto de lei estaria sendo elaborado para, primeiramente, nivelar as regras para aposentadoria dos servidores públicos e privados, equiparando os funcionários públicos aos trabalhadores do setor privado, limitando o teto do benefício da aposentadoria a 10 salários mínimos. Segundo, unificar o sistema de previdência dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, excluindo os servidores militares, a ser aplicado aos novos servidores que ingressarem ao setor público a partir de janeiro de 2010. (GIAMBIAGI, 2000).

Para Kay (2003), a exposição do indivíduo acarretada pela privatização da previdência o coloca em uma corda bamba, pois o retorno de seus investimentos é incerto, afinal depende de uma série de fatores como a inflação e as taxas de crescimento que podem fazer o cidadão se aposentar com pensões generosas, como também pode-se aposentar com menos do que o essencial a sua subsistência, devido aos poucos proventos que seus investimentos geraram.

No conceito de Póvoas (2007), foi por meio do princípio da responsabilidade múltipla que se consolidaram os atuais sistemas previdenciários, que determinam que os responsáveis pela proteção do trabalhador são os Estados, em parceria com os Empregadores e Empregados, cabendo ao polo político esquematizar as medidas que atendam às demandas da nação, assim objetivando esquemas que aliviassem o ônus do homem perante sua própria segurança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado acima, embora de forma um tanto superficial, sabendo-se que muitos dados poderiam ser acrescentados, expõe que a previdência social, embora não seja um sistema absoluto e perfeito, é um mecanismo fundamental para a redução de desigualdades sociais, um bem intangível da sociedade, cabendo a todos a responsabilidade de sua manutenção, para garantir os direitos até o presente adquiridos. É fato que precisa ser melhorado, reformas terão que acontecer sempre, pois o ambiente demográfico que rege o sistema é volátil.

As crises econômica e política, atualmente, determinam as alegadas dificuldades da previdência. A previdência depende também do crescimento econômico e do mercado de trabalho. França (2015) destaca que o mercado de trabalho brasileiro continua padecendo de forma avassaladora com a recessão econômica que o país atravessa. “[...] A taxa de desemprego no Brasil subiu para 11,3%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)”. O que significa que o país possui cerca de 12 milhões de pessoas procurando emprego. Esse é o maior patamar de desemprego já registrado pela Pnad Contínua desde o início da série, em 2012.

No caso particular brasileiro, uma instituição que está sofrendo com o desemprego é a previdência social pública, administrada pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, que tem na folha de salários uma das principais fontes de seu financiamento. A previdência paga, religiosamente, todo o mês, benefícios previdenciários a 28,5 milhões de brasileiros, que, na sua maioria esmagadora, têm no benefício previdenciário a sua fonte de renda. Para se ter uma ideia dessa política pública, indispensável para a sociedade brasileira, basta olhar para os valores que foram pagos no ano de 2015: 338 bilhões de reais..

Embora a previdência tenha inúmeros problemas citados, uma alternativa para os trabalhadores que vêm crescendo nos últimos anos, a previdência privada vem-se destacando nas médias e grandes empresas, como um pacote de benefício vantajoso para ambas as partes. A empresa ganha na contratação e retenção de profissionais talentosos, e o funcionário com maior renda complementar na sua aposentadoria.

4 REFERÊNCIAS

ANFIP. **Menos investimentos e mais gastos:** seguridade social e tributação, Brasília, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Art. 201. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, M.C. **A previdência privada**. Harvard Business Brasil, 2015

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. **Manual de direito previdenciário**. 6. ed. São Paulo: LTR, 2005.

DIEESE; **A previdência social brasileira tem déficit?** nota técnica nº 52, outubro de 2007. Disponível em: <[Http://www.dieese.org.br/notatecnica/notate52PrevidenciaDeficit.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/notate52PrevidenciaDeficit.pdf)> Acesso em: Setembro. 2016.

FRANÇA, Á. S. **Desemprego X previdência social**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/287068-2>> Acesso em: set. 2016.

FRANÇA, Á. S. **Previdência: 92 anos de solidariedade e justiça social**. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/informacoes/artigos/Previdencia-92-anosde-solidariedade-e-justica-social-Alvaro-Solon-de-Franca_27-01-2015>. Acesso em: set. 2016.

GIAMBIAGI, F. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIAMBIAGI, F. E.; ALÉM, A. C. D. **A despesa previdenciária no Brasil: evolução, diagnóstico e perspectivas**. Texto para Discussão nº 57. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

IBRAHIM, F. Z. **A seguridade social: conceito, origem e histórico**. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2012.

KAY, S. J. **A reforma da previdência social na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MAGALHÃES, P. B. de C.; BUGARIN, M. N. S. Simulações da previdência social brasileira: estudo de caso do Regime Jurídico Único – RJU. **Estudos Econômicos (IPE/USP)**, v. 34, n. 4, p. 627-825, 2004.

MESA-LAGO, C.; MULLER, K. **Política e reforma da previdência na América Latina**. In: COELHO, Vera Schattan Pereira. A Reforma da Previdência Social na América Latina. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOREIRA, M. M. "**Envelhecimento da população e aposentadoria por idade**": Revista Previdência em Dados, Rio de Janeiro: 1992.

NICHOLSON, B. **A Previdência Injusta**: Como o fim dos privilégios pode mudar o Brasil. São Paulo: ed. Geração, 2007.

OLIVEIRA, F. E. B.; BELTRÃO, K. I.; FERREIRA, M. G. **Reforma da Previdência**. Texto para Discussão nº 508. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

ORNÉLAS, W. **O novo modelo previdenciário brasileiro**: uma fase de transição. In: XI Fórum Nacional – BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Aposentadoria**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2015/06/servico-novas-regras-para-aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao-ja-estao-em-vigor/>> Acesso em: Setembro. 2016.

PÓVOAS, M. S. Soares. **Evolução da previdência social. Previdência privada, filosofia, fundamentos técnicos, conceituação jurídica**. 2.ed. São Paulo: 2007.

SANTOS, D. F. C. Dos. **Previdência Social no Brasil - 1923 - 2009**: uma visão econômica. Porto Alegre: AGE, 2009.

Novo código de processo civil e as alterações na perícia contábil

Viviane Zawadzki¹⁴

Resumo

Diante das alterações ocorridas na Perícia Contábil com a vigência da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Novo Código de Processo Civil, o presente estudo teve como objetivo, conhecer as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil para a Perícia Contábil. Para tanto, contextualizaram-se os aspectos essenciais da Perícia Contábil e do laudo pericial contábil; relataram-se os artigos do Novo Código de Processo Civil que alteraram as normas da Perícia Contábil; identificaram-se as mudanças nas Normas Periciais Contábeis; e, compararam-se as alterações ocorridas e as Normas revogadas. A presente pesquisa classificou-se como descritiva em relação aos objetivos de pesquisa, por se preocupar em expor as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil para a Perícia Contábil; quanto aos procedimentos; foi bibliográfica, por se utilizar de referenciais teóricos para embasar o assunto abordado; quanto à abordagem do problema, a pesquisa foi qualitativa. O presente estudo constatou que teve significativas alterações na Perícia Contábil, no que tange à escolha do perito, à substituição da perícia por uma prova simplificada, à antecipação parcial dos honorários, à comprovação de especialização, aos prazos, à resposta dos quesitos suplementares, à habilitação dos peritos e à punição por prestar informações inverídicas.

Palavras-chave: Perícia Contábil. Normas. Contabilidade. Código de Processo Civil.

¹⁴ Graduada em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual do Centro - Oeste - Unicentro. Especialista em Administração Financeira, Contábil e Controladoria, pelo Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV. E-mail: vivianezawadzki@yahoo.com.br

New code of civil procedure and changes in accounting expertise

Viviane Zawadzki

Abstract

In the face of changes in Forensic Accounting with the enactment of Law No. 13,105, of March 16, 2015, establishing the new Civil Procedure Code, the present study aimed to know the changes introduced by the new Civil Procedure Code for Forensic Accounting. Therefore, it contextualized-essential aspects of Forensic Accounting and accounting expert report; the articles of the New Code of Civil Procedure is reported that change the rules of Forensic Accounting; They identified the changes in Forensic Accounting Standards; and compared the alterations and the repealed Rules. This research ranked as descriptive in relation to the research objectives, by worry about exposing the changes introduced by the new Civil Procedure Code for Forensic Accounting; on the procedures, it was literature, by using the theoretical framework to support the subject matter; on the approach to the problem, the research was qualitative. This study found that had significant changes in Forensic Accounting, regarding the choice of expert, replacing the expertise for a simplified proof, partial anticipation of fees, proof of expertise, deadlines, to answer the additional questions, the qualification of experts and the punishment for providing false information.

Keywords: Forensic Accounting. Standards. Accounting. Code of Civil Procedure.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é importante por trazer alterações ocorridas na Perícia Contábil pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Novo Código de Processo Civil. E, como essa Lei teve sua vigência em 2016, existem pouquíssimas abordagens sobre as alterações ocorridas.

O estudo de Spellmeier (2016), intitulado “NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – ALGUMAS ALTERAÇÕES RELEVANTES QUE AFETAM A PROVA PERICIAL”, destaca as alterações ocorridas pelo Novo Código de Processo Civil na prova pericial contábil e para os profissionais que atuam como Peritos Contábeis na esfera judicial, e expõem as mudanças como algo positivo para aqueles que atuam no judiciário.

Garcia (2016), faz uma reflexão sobre as alterações trazidas com o Novo Código de Processo Civil no que tange à responsabilidade pelo adiantamento dos honorários periciais, à perícia consensual, à forma de escolha do perito judicial e à obrigatoriedade da informação do método científico.

Considerando que no ano de 2016 entrou em vigor a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Novo Código de Processo Civil e conseqüentemente revogou a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o presente estudo apresenta como problemática o seguinte questionamento: Que alterações ocorreram na Perícia Contábil, com a vigência do Novo Código de Processo Civil?

Para responder ao questionamento da presente pesquisa, analisaram-se as Leis anteriormente citadas e as Normas Brasileiras de Contabilidade: TP 01 – Perícia Contábil e a PP 01 – Perito Contábil de 27 de fevereiro de 2015, as quais revogam, respectivamente, as Resoluções nº 1.243 e nº 1.244 de 10 de dezembro de 2009.

O presente artigo teve, como objetivo geral, conhecer as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil para a Perícia Contábil, e, como objetivos específicos: contextualizar os aspectos essenciais da Perícia Contábil e do laudo pericial contábil; relatar os artigos do Novo Código de Processo Civil que alteram as normas da Perícia Contábil; identificar as mudanças nas Normas Periciais Contábeis; e, comparar as alterações ocorridas e as Normas revogadas.

A presente pesquisa é classificada como descritiva em relação aos objetivos de pesquisa, pois se preocupou em expor as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil para a Perícia Contábil. Quanto aos procedimentos, é bibliográfica, pois se utilizou de referenciais teóricos para embasar o assunto abordado. E, quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa.

2 PERÍCIA CONTÁBIL

Juliano (2006, p. 39) explica que: “A palavra perícia vem do latim *peritia*, que significa conhecimento adquirido pelo uso da experiência, habilidade, talento. [...]”

O surgimento da Perícia Contábil é tão antigo quanto o surgimento da Contabilidade, conforme esclarece Sá (2002, p. 13):

São muito antigas as manifestações de verificações sobre a verdade dos fatos, buscada por meios contábeis e elas já se manifestavam entre os sumérios-babilônios; com o evoluir do conhecimento, a técnica de verificar para fazer prova de eventos transformou-se em uma tecnologia, compatível com os grandes progressos, também, da informação (hoje, em expressivo volume, por computação eletrônica de dados).

A Perícia Contábil surgiu devido às necessidades encontradas pelos Juízes de uma análise técnica de determinados assuntos que não eram de seu domínio, e, essa análise era extremamente necessária para que pudessem aplicar a justiça da melhor maneira possível, e segura para ambos os envolvidos.

Segundo Magalhães e outros (2008, p.3), a institucionalização da Perícia Contábil no Brasil ocorreu em 1946, por meio do Decreto-lei nº 9.295, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do contador.

Ainda, com relação aos aspectos históricos da Perícia Contábil, Magalhães e outros (2008, p.3) comentam que, por meio do Decreto-lei nº 8.579 de 1946, significativas alterações foram introduzidas nas normas periciais. Assim, o Decreto-lei nº 7.661 de 1945, alterado pela Lei nº 4.983 de 1966, em seus artigos 63, inciso VI; 93, parágrafo único; 169, inciso VI; 211 e 212, incisos I e II, estabeleceu regras de Perícia Contábil, que são claras ao definirem a atribuição ao contador. Foi, no entanto, com a Lei nº 5.869 de 1973, segundo Código de Processo Civil, e com as modificações que lhe foram dadas pelas Leis Complementares ao Código de Processo Civil, que as Perícias Judiciais foram premiadas com uma legislação ampla, clara e aplicável. No que diz respeito às normas de natureza técnico-contábil, chama-se a atenção para as Normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, pelo seu conteúdo elucidativo e esclarecedor.

Magalhães e Lunkes (2008, p.4) explicam o entendimento e a classificação da Perícia:

A perícia, pela ótica mais ampla, pode ser entendida como trabalho de natureza específica, cujo rigor na execução seja profundo. Desta maneira, pode haver perícia em qualquer área científica ou até em determinadas situações empíricas. [...] Quanto à natureza dos fatos que a ensejam, pode ser classificada segundo as áreas do conhecimento científico combinadas com a regulamentação das profissões (exemplos: contábil, médica, trabalhista e outras).

A palavra Perícia, juridicamente, indica a diligência que é realizada pelo Perito, com a finalidade de provar fatos que apresentam controvérsias entre as partes envolvidas. Dessa forma, com o intuito de conceituar e explicar o objetivo da Perícia, Alberto (1996, p. 18,19), esclarece:

[...] a perícia tem por finalidade, por objetivo – para atender aquele que dela se utiliza, o usuário do trabalho pericial, judicial ou extrajudicial –, transmitir uma opinião abalizada sobre o estado verdadeiro do objeto (a matéria), sobre o qual foi instada a se manifestar. Esta opinião, por outro lado, deve estar estruturada sobre conhecimentos científicos ou técnicos orientados pela independência, de modo a suprir a ausência de conhecimentos especiais do usuário, com a isenção e não-animosidade que a independência propicia. [...]

Perícia é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos.

Magalhães e Lunkes (2008, p. 7) explicam que: “A base moral se identifica com as perfeições. A necessidade de fazer perícia se manifesta nas imperfeições.” E as condições que geram as imperfeições são identificadas nos homens e nos métodos que não são perfeitos e, também nos sistemas que nem sempre são atuais e adequados para as organizações.

Dessa forma, a Perícia é uma maneira delimitada que se concretiza por meio do laudo pericial, o qual se fundamenta científica ou tecnicamente nos procedimentos utilizados para constatar, provar ou demonstrar a verdade relacionada a uma situação, coisa ou fato.

Ainda com relação ao conceito da Perícia Contábil, Ornelas (2007, p. 33) salienta que:

A Perícia Contábil inscreve-se num dos gêneros de prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas, e serve como meio de prova de determinados fatos contábeis ou de questões contábeis controvertidas.

A Perícia Contábil pode ser utilizada pelas pessoas físicas ou jurídicas, como uma espécie de prova para esclarecer determinados fatos ou questões controvertidas.

Para Alberto (1996, p.35), a Perícia fundamenta-se nos seguintes aspectos: “[...] requisitos técnicos, científicos, legais, psicológicos, sociais e profissionais”; e “[...] o objetivo maior da perícia contábil é a verdade sobre o objeto examinado, [...] é a transferência da verdade contábil para o ordenamento – o processo ou outra forma – da instância decisória. [...]”.

A Perícia Contábil está fundamentada na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015. Essa norma inicialmente conceitua a Perícia Contábil da seguinte forma:

2. A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente.

A partir das interpretações dos diversos autores, a Perícia Contábil pode ser explicada como uma atividade técnica e científica exercida por profissional de contabilidade, com o intuito de esclarecer controvérsias presentes entre as pessoas físicas ou jurídicas, auxiliando o magistrado na solução de litígios.

2.1 PROVA PERICIAL

As provas são meios de provar a verdade dos fatos, desde que sejam legais, conforme a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, a qual institui o Código de Processo Civil, Capítulo XII – Das provas, art. 369, que estabelece: “As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.” Essa Lei, admite como meios de provas: o depoimento pessoal; a confissão; a exibição de documento ou coisa; a prova documental; os documentos eletrônicos; a prova testemunhal; a prova pericial; e, a inspeção judicial.

De acordo com o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 e alterações, que institui o Código de Processo Penal, Título VII – Da prova, são considerados como provas: o exame do corpo de delito e as perícias em geral; o interrogatório do acusado; a confissão; o ofendido; as

testemunhas; o reconhecimento de pessoas e coisas; a acareação; os documentos; os indícios; e a busca e a apreensão.

E, ainda a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e alterações, que institui o Código Civil, Título V – Da prova, dispõe em seu art. 212 sobre os meios de provas:

Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

- I - confissão;
- II - documento;
- III - testemunha;
- IV - presunção;
- V - perícia.

Diante do exposto acima, percebe-se que a prova pericial é considerada um meio legal para provar a verdade dos fatos, visto que é citada como meio de prova nos Códigos acima especificados, e é de fundamental importância para a sociedade.

No entanto a Prova Pericial Contábil encontra-se normatizada na NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, quando menciona que:

16. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

17. O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.

18. A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

19. A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

20. A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

21. O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

22. A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

23. A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas,

bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

24. A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

25. Concluídos os trabalhos periciais, o perito do juízo apresentará laudo pericial contábil e o perito-assistente oferecerá, querendo, seu parecer técnico-contábil, obedecendo aos respectivos prazos.

26. O perito do juízo, depois de concluído seu trabalho, deve fornecer, quando solicitado, cópia do laudo ao perito-assistente, informando-lhe com antecedência a data em que o laudo pericial contábil será protocolado em cartório.

27. O perito-assistente não pode firmar o laudo pericial quando o documento tiver sido elaborado por leigo ou profissional de outra área, devendo, neste caso, oferecer um parecer técnico-contábil sobre a matéria periciada.

28. O perito-assistente, ao apor a assinatura, em conjunto com o perito do juízo, em laudo pericial contábil, não pode emitir parecer técnico-contábil contrário a esse laudo.

29. O perito-assistente pode entregar cópia do seu parecer, planilhas e documentos ao perito do juízo antes do término da perícia, expondo as suas convicções, fundamentações legais, doutrinárias, técnicas e científicas sem que isto implique indução do perito do juízo a erro, por tratar-se da livre e necessária manifestação científica sobre os pontos controvertidos.

Portanto o perito pode utilizar-se de todos os meios, inclusive ter acesso a documentos, para formar a sua opinião, com a finalidade de esclarecer a verdade dos fatos questionados.

No entanto o Perito pode-se deparar com a negativa dos elementos de prova, nesse caso a NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, esclarece a atitude que o Perito deve apresentar, conforme segue: “45. Caso ocorra a negativa da entrega dos elementos de prova formalmente requeridos, o perito deve se reportar diretamente a quem o nomeou, contratou ou indicou, narrando os fatos e solicitando as providências cabíveis.”.

As afirmações do Perito, para serem utilizadas pelos Juízes, devem ser verdades formais, para que possam embasar as suas decisões, assim esta é a função da prova pericial, a qual é mencionada por Ornelas (2007, p. 26): “A função primordial da prova pericial é a de transformar os fatos relativos à lide, de natureza técnica ou científica, em verdade formal, em certeza jurídica.”.

Conforme, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, a qual institui o Código de Processo Civil, Capítulo XII – Das provas, Seção X – Da prova

pericial, art. 464: “A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.”.

Diante disso, Banker (2012) comenta a opinião do contador Ubirajara Lino Cardoso, o qual enfatiza sobre a importância da Perícia Contábil Judicial e do laudo pericial contábil:

Na visão do contador, cada caso deve ser analisado com distanciamento. Para ele, o juiz ou o advogado são clientes, e todo o trabalho deve ser feito no sentido de auxiliá-los. Devemos transformar a parte técnica e burocrática em informações, defende. A gratificação maior da sua atividade é quando a sentença se reporta ao laudo pericial. Esse é o coroamento do nosso trabalho, relata. Ele explica que a análise contábil tem que estar isenta, sem o compromisso de contentar um ou outro, pois ela deve ser soberana, mesmo que venha demonstrar que o cliente é quem está errado. O perito vai auxiliar a mostrar a verdade, e atingir isso é um grande objetivo.

A Prova Pericial visa demonstrar a verdade dos fatos, sem contentar uma pessoa ou outra, e é apresentada por meio do laudo pericial contábil, auxiliando assim o Juiz na sua decisão.

2.2 LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

As provas periciais são expostas por meio de laudos periciais contábeis, que devem ser apresentados de maneira adequada e com boa estética, como enfatizam Magalhães e outros (2008, p. 33):

A apresentação do Laudo Pericial é fator de grande importância, pois, mesmo que o perito tenha realizado um excelente trabalho técnico ou científico, se não o apresentar de maneira adequada e com boa estética, isento de erros, rasuras e rabiscos, a receptividade por parte do juiz e das partes (advogados) pode ser afetada. [...]

O laudo pericial contábil, de acordo com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, é um documento escrito, no qual:

48. [...] os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minúcias que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.

Sá (2002, p. 45), comenta sobre o laudo, da seguinte forma:

Laudo pericial contábil é uma peça tecnológica que contém opiniões do perito contador, como pronunciamento, sobre questões que lhe são formuladas e que requerem seu pronunciamento.

Alberto (1996, p. 22) enfatiza a importante função do laudo pericial, tanto judicial quanto extrajudicialmente, da seguinte forma:

Judicialmente, o resultado material da atividade pericial, o laudo pericial, é uma prova altamente valorizada, superior mesmo a algumas outras provas (o testemunho, o documento etc.), porque representa a afirmativa ou a opinião fundamentada científica ou tecnicamente. [...]

Extrajudicialmente, aquele mesmo resultado material vai um pouco além de seu valor probante, para se consubstanciar em opinião equilibrada, isenta e independente, capaz de oferecer uma visão clara e detalhada de uma situação de litigiosidade latente ou manifesta. Representa, na verdade, um ponto de equilíbrio, a solução sugerida para conflitos ou dúvidas sobre determinadas situações, coisas ou fatos.

Diante disso, o conteúdo do laudo pericial contábil pode ser ordenado, de acordo com Ornelas (2007, p. 100), conforme segue:

- 1) Das considerações preliminares
 - a) Dos aspectos gerais dos autos
 - b) Diligências
 - c) Procedimentos técnicos adotados
 - d) Responsabilidade profissional
- 2) Dos quesitos
 - a) Do magistrado
 - b) Do autor
 - c) Do réu
- 3) Das considerações finais
- 4) Do encerramento
 - Anexos
 - Documentos

Ornelas (2007) explica que o Perito inicia o laudo com o primeiro tópico, denominado Considerações Preliminares, que é a parte que introduz a peça técnica pericial, sendo relativa ao relatório pericial. Esse tópico pode ser dividido em quatro subtópicos: no primeiro, o Perito descreve, resumidamente, o pedido formulado pelo proponente da ação

constante da Inicial, os fatos relatados e sua contestação, aspectos fundamentais para a identificação da controvérsia levada a Juízo e esclarece os contornos e limites do trabalho pericial.

No segundo subtópico, deve-se relatar as diligências realizadas pelo Perito, ou seja, são informados os principais momentos de como foi desenvolvido o trabalho de campo; no terceiro subtópico, são abordados os principais procedimentos técnicos adotados pelo Perito, bem como os exames que foram efetuados para solucionar as questões técnicas submetidas a sua apreciação; e, no quarto subtópico, é importante colocar alguns limites quanto à responsabilidade do Perito no desenvolvimento de seu trabalho técnico.

Nas considerações preliminares, Sá (2002) comenta que deve conter a identificação e o pedido de anexação aos autos, bem como identificar a Vara, a comarca, o número do processo, os autores e os réus, a natureza da ação e o Perito.

Magalhães e Lunkes (2008, p. 43) destacam que:

No período de diligências o Perito deverá:

- a) registrar as datas, horários, locais das diligências, bem como os nomes cargos das pessoas que o atenderam;
- b) documentar, mediante papéis de trabalho, os elementos relevantes que servirão de suporte à conclusão formalizada no laudo e/ou parecer pericial;
- c) a oitiva de testemunhas [...] deve ser evitada em razão de jurisprudências com restrições a essa prática por parte do Perito, e orientando que a prova testemunhal só terá valor se reproduzida na presença do Juiz.

A NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, explica que o termo de diligência deve conter: a identificação do diligenciado e das partes ou interessados; o número do processo, o tipo e o juízo em que tramita; identificação do perito com indicação do número do registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade; indicação de que está sendo elaborado nos termos dessa Norma; indicação detalhada dos documentos, coisas, dados e informações, consignando as datas e/ou períodos abrangidos, podendo identificar o quesito a que se refere.

O termo de diligência deve conter também: indicação do prazo e do local para a exibição dos documentos, coisas, dados e informações necessários à elaboração do laudo pericial contábil, devendo o prazo ser compatível com aquele concedido pelo juízo, contratante ou convenicionado pelas partes, considerada a quantidade de documentos, as informações necessárias, a estrutura organizacional do diligenciado e o local de guarda dos documentos.

Quando o exame dos livros, documentos, coisas e elementos, tiver de ser realizado perante a parte ou ao terceiro que detém em seu poder tais provas, haverá a indicação da data e hora para sua efetivação; e local, data e assinatura.

No que tange ao segundo tópico, denominado Quesitos, o Perito responderá os quesitos que serão apresentados pelo magistrado, autor e réu, visto que conforme destaca Ornelas (2007, p. 96):

Na vertente judicial, por uma questão hierárquica, são oferecidas, preliminarmente, as respostas aos quesitos formulados pelo magistrado; em seguida, as respostas aos quesitos oferecidos pelas partes, pela ordem de juntada das mesmas aos autos do processo. [...] Não pode o perito responder de forma aleatória, por exemplo, aos quesitos 2 e 4, e, depois, retornar ao quesito 1. Deve oferecer resposta obedecendo, rigorosamente, à ordem em que foram formulados, ou seja, do quesito 1 até o último.

Quanto aos Quesitos, Alberto (1996) afirma que devem ser transcritos e respondidos na ordem em que deram entrada nos autos do processo ou extrajudicialmente, de acordo com as datas de formulação. Bem como os quesitos devem ser respondidos mantendo a pergunta e a resposta na mesma página do laudo, com o intuito de facilitar o entendimento e a leitura do laudo e devem também atender à essência da questão formulada, com clareza e detalhe suficiente para ser entendida.

No terceiro tópico, denominado Considerações Finais, Ornelas (2007, p. 96) explica que o Perito:

[...] expõe, sinteticamente, os fatos observados, suas conclusões e, eventualmente, oferece comentários técnicos de questões surgidas no decorrer do trabalho pericial relacionadas com o objeto da perícia e dentro de seus limites que não tenham sido objetos de quesitos.

Alberto (1996) enfatiza que, quando do encerramento do laudo, deve-se fazer uma descrição da quantidade de páginas, textos, anexos, etc., indicando se foram rubricados ou não, bem como especificar a localidade e a data em que o laudo foi concluído, e também deve constar a assinatura do perito e sua identificação (nome, qualificação profissional, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e sua função nos autos).

O quarto tópico, denominado Encerramento, de acordo com Ornelas (2007, p. 97), o Perito:

[...] dá por terminado o trabalho, inventariando o número de folhas em que o laudo pericial contábil está composto, a quantidade de anexos e documentos juntados, datando-o e assinando-o. As demais folhas, anexos e documentos, são rubricados pelo perito. Desta forma, fica garantida a proveniência do trabalho pericial e a inerente responsabilidade.

Nesse tópico, são inseridos os anexos e os documentos, que, conforme explica Ornelas (2007, p. 98), os anexos são “[...] as demonstrações elaboradas pelo perito para ilustrar determinadas respostas ou para evidenciar cálculos e apuração de valores.”, e os documentos são “[...] os colhidos pelo perito, quando do trabalho de campo normalmente em cópia reprográfica”.

No que tange à revisão e entrega do laudo pericial contábil, Magalhães e outros (2008, p. 33) explicam que, quanto a:

Revisão do laudo – é recomendável criteriosa revisão do laudo para evitar omissão de alguma informação ou erros comuns de datilografia ou de digitação. Concluída a revisão, o laudo deve ser rubricado em todas suas folhas e assinado na última sobre a identificação do perito.

Entrega do laudo – o laudo deve ser entregue no cartório ou secretaria que serve ao juízo, acompanhado de petição endereçada ao juiz e com a identificação dos autos. [...]

Sobre a estrutura do laudo pericial contábil, a NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, sintetiza que:

65. O laudo deve conter, no mínimo, os seguintes itens:
- (a) identificação do processo e das partes;
 - (b) síntese do objeto da perícia;
 - (c) resumo dos autos;
 - (d) metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos;
 - (e) relato das diligências realizadas;
 - (f) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o laudo pericial contábil;
 - (g) transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o parecer técnico-contábil, onde houver divergência das respostas formuladas pelo perito do juízo;
 - (h) conclusão;
 - (i) termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices;
 - (j) assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em Conselho Re-

gional de Contabilidade, comprovado mediante Certidão de Regularidade Profissional (CRP) e sua função: se laudo, perito do juízo e se parecer, perito-assistente da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;

(k) para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima, no que couber.

A estrutura do laudo pericial contábil ainda é explicada por Sá (2002, p. 45), o qual destaca que esse laudo deve conter, no mínimo:

- I – Prólogo de encaminhamento
- II – Quesitos
- III – Respostas
- IV – Assinatura do perito
- V – Anexos
- VI – Pareceres (se houver)

A NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, enfatiza que os Peritos devem, na conclusão do laudo pericial contábil, considerar os seguintes aspectos: não omitir nenhum fato relevante encontrado no decorrer de suas pesquisas ou diligências; concluir com a quantificação de valores, em casos de apuração de haveres, liquidação de sentença – inclusive em processos trabalhistas, resolução de sociedade, avaliação patrimonial, entre outros.

No entanto a NBC TP 01 – Perícia Contábil, de 27 de fevereiro de 2015, destaca que, se ocorrer a necessidade de apresentação de alternativas, condicionada às teses apresentadas pelas partes, casos em que cada uma apresenta uma versão para a causa, o perito deve apresentar ao juiz as alternativas condicionadas às teses apresentadas, identificando os critérios técnicos que lhes deem respaldo; a conclusão pode ainda reportar-se às respostas apresentadas nos quesitos; a conclusão pode ser, simplesmente, elucidativa quanto ao objeto da perícia, não envolvendo, necessariamente, quantificação de valores.

2.3 NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A PERÍCIA CONTÁBIL

O Código de Processo Civil aprovado pela Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, foi substituído pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

A Seção VII – Da Prova Pericial passou a ser Seção X. Os artigos 423, 425, 427, 431 A, 431 B, 437, 438 e 439 não sofreram modificações e

foram substituídos pelos artigos 467, 470, 472, 474, 475, 480, respectivamente. O artigo 428 foi excluído.

O artigo 471, que trata sobre a perícia consensual, na qual as partes podem escolher o perito por meio de um acordo, é uma novidade trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, conforme segue:

Art. 471. As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.

§ 1º As partes, ao escolher o perito, já devem indicar os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia, que se realizará em data e local previamente anunciados.

§ 2º O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.

§ 3º A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.

O artigo 464 do Código de Processo Civil de 2015 substituiu o artigo 420 do Código de Processo Civil de 1973 e acrescentou que o juiz poderá substituir a perícia por uma prova simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

§ 1º O juiz indeferirá a perícia quando:

I - a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico;

II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;

III - a verificação for impraticável.

§ 2º De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

§ 3º A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.

§ 4º Durante a arguição, o especialista, que deverá ter formação acadêmica específica na área objeto de seu depoimento, poderá valer-se de qualquer recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens com o fim de esclarecer os pontos controvertidos da causa.

Art. 420. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

Parágrafo único. O juiz indeferirá a perícia quando:

- I - a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico;
- II - for desnecessária em vista de outras produzidas;
- III - a verificação for impraticável.

O artigo 421 do Código de processo Civil de 1973 foi substituído pelo artigo 465 do Código de Processo Civil de 2015, o qual destaca que, além da antecipação parcial dos honorários, o perito deverá comprovar sua especialização por meio de currículo e terá cinco dias para apresentar proposta de honorários e, as partes terão quinze dias para arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.

Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

- I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;
- II - indicar assistente técnico;
- III - apresentar quesitos.

§ 2º Ciente da nomeação, o perito apresentará em 5 (cinco) dias:

- I - proposta de honorários;
- II - currículo, com comprovação de especialização;
- III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

§ 3º As partes serão intimadas da proposta de honorários para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias, após o que o juiz arbitrará o valor, intimando-se as partes para os fins do art. 95.

§ 4º O juiz poderá autorizar o pagamento de até cinquenta por cento dos honorários arbitrados a favor do perito no início dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários.

§ 5º Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.

§ 6º Quando tiver de realizar-se por carta, poder-se-á proceder à nomeação de perito e à indicação de assistentes técnicos no juízo ao qual se requisitar a perícia.

Art. 421. O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º Incumbe às partes, dentro em 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

I - indicar o assistente técnico;

II - apresentar quesitos.

§ 2º Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado.

O artigo 422 do Código de processo Civil de 1973 foi substituído pelo artigo 466 do Código de Processo Civil de 2015, no qual passou a constar que o perito deve comunicar, com cinco dias de antecedência, aos assistentes das partes as diligências e os exames que realizará.

Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

§ 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.

§ 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 422. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos a impedimento ou suspeição.

O artigo 424 do Código de Processo Civil de 1973 passou a ser o artigo 468 do Código de Processo Civil de 2015, no qual foi acrescentado que o perito substituído restituirá, em quinze dias, os valores recebidos pelo trabalho não realizado ou ficará impedido de atuar como perito judicial por cinco anos e a parte que fez o adiantamento dos honorários poderá promover execução contra o perito para essa devolução.

Art. 468. O perito pode ser substituído quando:

I - faltar-lhe conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

§ 1º No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ain-

da, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo.

§ 2º O perito substituído restituirá, no prazo de 15 (quinze) dias, os valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 3º Não ocorrendo a restituição voluntária de que trata o § 2º, a parte que tiver realizado o adiantamento dos honorários poderá promover execução contra o perito, na forma dos arts. 513 e seguintes deste Código, com fundamento na decisão que determinar a devolução do numerário.

Art. 424. O perito pode ser substituído quando:

I - carecer de conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

Parágrafo único. No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo.

A novidade trazida no artigo 469 do Código de Processo Civil de 2015, o qual substituiu o artigo 425 do Código de Processo Civil de 1973, é que o perito poderá responder os quesitos suplementares previamente ou na audiência de instrução e julgamento.

Art. 469. As partes poderão apresentar quesitos suplementares durante a diligência, que poderão ser respondidos pelo perito previamente ou na audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. O escrivão dará à parte contrária ciência da juntada dos quesitos aos autos.

Art. 425. Poderão as partes apresentar, durante a diligência, quesitos suplementares. Da juntada dos quesitos aos autos dará o escrivão ciência à parte contrária.

O artigo 429 do Código de Processo Civil de 1973 passou a ser o artigo 473 do Código de Processo Civil de 2015, o qual acrescenta do que deverá ser composto o laudo.

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

Art. 429. Para o desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.

Os prazos para apresentação do laudo estão previstos nos artigos 476 e 477 do Código de Processo Civil de 2015, os quais substituíram os artigos 432, 433 e 435 do Código de Processo Civil de 1973.

Art. 476. Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado.

Art. 477. O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

§ 2º O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto:

I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer

das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público;
II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.

§ 3º Se ainda houver necessidade de esclarecimentos, a parte requererá ao juiz que mande intimar o perito ou o assistente técnico a comparecer à audiência de instrução e julgamento, formulando, desde logo, as perguntas, sob forma de quesitos.

§ 4º O perito ou o assistente técnico será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência.

Art. 432. Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz conceder-lhe-á, por uma vez, prorrogação, segundo o seu prudente arbítrio.

Parágrafo único. O prazo para os assistentes técnicos será o mesmo do perito.

Art. 433. O perito apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo.

Art. 435. A parte, que desejar esclarecimento do perito e do assistente técnico, requererá ao juiz que mande intimá-lo a comparecer à audiência, formulando desde logo as perguntas, sob forma de quesitos.

Parágrafo único. O perito e o assistente técnico só estarão obrigados a prestar os esclarecimentos a que se refere este artigo, quando intimados 5 (cinco) dias antes da audiência.

O juiz pode considerar ou desconsiderar a prova pericial, conforme destacado no artigo 479 do Código de Processo Civil de 2015: “O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.”, o qual substituiu o artigo 436 do Código de Processo Civil de 1973: “O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos”.

O artigo 156 do Código de Processo Civil de 2015, que substituiu o artigo 145 do Código de Processo Civil de 1973, esclarece que os peritos nomeados deverão ser legalmente habilitados e estar inscritos em cadastro mantido pelo tribunal.

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

§ 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

§ 2º Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.

§ 3º Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.

§ 4º Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos dos arts. 148 e 467, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividade.

§ 5º Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste Código.

§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.

O prazo para o perito apresentar escusa do encargo que era de cinco dias com previsão no artigo 146 do Código de Processo Civil de 1973 passou a ser de quinze dias, com previsão no artigo 157 do Código de Processo Civil de 2015.

Art. 157. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo. § 1º A escusa será apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito a alegá-la. § 2º Será organizada lista de peritos na vara ou na secretaria, com disponibilização dos documentos exigidos para habilitação à consulta de interessados, para que a nomeação seja distribuída de modo equitativo, observadas a capacidade técnica e a área de conhecimento.

Art. 146. O perito tem o dever de cumprir o ofício, no prazo que lhe assina a lei, empregando toda a sua diligência; pode, todavia, escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

Parágrafo único. A escusa será apresentada dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la (art. 423).

Se o perito prestar informações inverídicas, arcará com os prejuízos causados à parte, e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, conforme previsto no artigo 158 do Código de Processo Civil de 1973 que substituiu o artigo 147 do Código de Processo Civil de 2015.

Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

Art. 147. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer.

O artigo 95 do Código de Processo Civil de 2015 que substituiu o artigo 33 do Código de Processo Civil de 1973 prevê o pagamento da remuneração do perito:

Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adianta-

da pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.

§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.

§ 2º A quantia recolhida em depósito bancário à ordem do juízo será corrigida monetariamente e paga de acordo com o art. 465, § 4o.

§ 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser:

I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o juiz, após o trânsito em julgado da decisão final, oficiará a Fazenda Pública para que promova, contra quem tiver sido condenado ao pagamento das despesas processuais, a execução dos valores gastos com a perícia particular ou com a utilização de servidor público ou da estrutura de órgão público, observando-se, caso o responsável pelo pagamento das despesas seja beneficiário de gratuidade da justiça, o disposto no art. 98, § 2º.

§ 5º Para fins de aplicação do § 3º, é vedada a utilização de recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.

Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária.

Dessa forma, observou-se que a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Novo Código de Processo Civil trouxe significativas

alterações para a Perícia Contábil, no que tange à escolha do perito, à substituição da perícia por uma prova simplificada, à antecipação parcial dos honorários, à comprovação de especialização, aos prazos, à resposta dos quesitos suplementares, à habilitação dos peritos e à punição por prestar informações inverídicas. E essas alterações devem ser atentamente observadas pelos peritos contábeis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de conhecer as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil para a Perícia Contábil, foi realizado um estudo comparativo na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Para tanto, foram contextualizados os aspectos essenciais da Perícia Contábil e do laudo pericial contábil, relatados os artigos do Novo Código de Processo Civil que alteram as normas da Perícia Contábil, identificado as mudanças nas Normas Periciais Contábeis, e comparadas as alterações ocorridas e as Normas revogadas.

Entre as novidades trazidas pelo Novo Código de Processo Civil de 2015 para a Perícia Contábil tem-se que as partes podem escolher o perito por meio de um acordo; o juiz poderá substituir a perícia por uma prova simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

Além da antecipação parcial dos honorários, o perito deverá comprovar sua especialização por meio de currículo e terá cinco dias para apresentar proposta de honorários e, as partes terão quinze dias para arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.

O perito deve comunicar, com cinco dias de antecedência, aos assistentes das partes as diligências e os exames que realizará. Se o perito for substituído, terá quinze dias para restituir os valores recebidos pelo trabalho não realizado ou ficará impedido de atuar como perito judicial por cinco anos e, a parte que fez o adiantamento dos honorários poderá promover execução contra o perito para sua devolução.

O perito poderá responder os quesitos suplementares previamente ou na audiência de instrução e julgamento.

O juiz pode considerar ou desconsiderar a prova pericial. E os peritos nomeados deverão ser legalmente habilitados e estar inscritos em cadastro mantido pelo tribunal.

O prazo para o perito apresentar escusa do encargo que era de cinco dias passou a ser de quinze dias.

Se o perito prestar informações inverídicas, arcará com os prejuízos causados à parte, e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos.

Dessa forma, o estudo procurou trazer à luz as principais mudanças introduzidas na Perícia Contábil a partir da vigência da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Novo Código de Processo Civil.

4 REFERÊNCIAS

ALBERTO, V. L. P. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 1996.

BANKER, G. Perícia contábil é aliada da Justiça. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 17 out. 2012. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=106223>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 out. 1941.

_____. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 jan. 1973.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 jan. 2002.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 mar. 2015.

Conselho federal de contabilidade. **Resolução nbc pp 01 – perito contábil, de 27 de fevereiro de 2015**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/nbcpp01>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **Resolução nbc tp 01 - perícia contábil, de 27 de fevereiro de 2015**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/nbctp01>. Acesso em: 17 jun. 2016.

GARCIA, E. Reflexões sobre o impacto do Novo Código de Processo Civil na perícia contábil. **Revista Abracicon Saber**, Brasília, DF, n.14, p.25-29, nov./dez. 2015/jan. 2016.

JULIANO, R. **Manual de perícias**. 2. ed. Rio Grande, 2006.

MAGALHÃES, A. de D. F., *et al.*. **Perícia contábil**: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. Casos praticados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGALHÃES, A. de D. F.; LUNKES, I. C. **Perícia contábil nos processos cível e trabalhista**: o valor informacional da contabilidade para o sistema judiciário. São Paulo: Atlas, 2008.

ORNELAS, M. M. G. de. **Perícia contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, A. L. de. **Perícia contábil**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SPELLMEIER, R. L. Novo Código de Processo Civil – algumas alterações relevantes que afetam a prova pericial. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, n.26, p.9-11, abr. 2016.

Videolocadoras: declínio e empreendedorismo

Douglas Klaus Bindemann¹⁵

Resumo

Este artigo tem como proposta analisar o comportamento do mercado das videolocadoras no Brasil, do seu início e auge, ao declínio, devido ao surgimento de novas tecnologias e facilitação do acesso à internet, além de analisar, com foco em conceitos de empreendedorismo, as estratégias que foram, ou poderiam ser adotadas, para que as empresas desse segmento pudessem se manter em um cenário cada vez mais desfavorável. Como resultado do ciclo natural da economia, o segmento das videolocadoras vem sendo afetado pela evolução tecnológica, que traz consigo uma gradativa destruição, que caminha a uma nova era no consumo de audiovisuais. A inovação, porém, é também a alternativa que os proprietários de locadoras veem para continuarem em atividade, apostando em mudanças que ofereçam um serviço distinto e convidativo aos consumidores, que estão com frequência se voltando a métodos mais modernos. Essa é uma das únicas formas de se manter relevante em um mercado visto agora por muitos como retrógrado.

Palavras-chave: Videolocadoras. Empreendedorismo.

¹⁵ Graduado em Informática de Gestão e Especialista em Administração Financeira, Contábil e Controladoria pelo Centro Universitário de União de Vitória - UNIUV.
E-mail: ig.douglas.bindemann@uniuv.edu.br

Video rental: decline and entrepreneurship

Douglas Klaus Bindemann

Abstract

This article aims to analyze the behavior of the video rental stores market in Brazil, from its beginning and peak, to its decline due the emergence of new technologies and facilitated access to the internet, while also analysing through focus on entrepreneurship concepts, the strategies that were or could have been adopted so that companies in this segment could remain working even in an increasingly unfavorabe scenario. As a result of the natural economy cycle, the video rental stores segment has been affected by the technological evolution, which brings with itself a gradual destruction that carries towards a new era in the consumption of audiovisuals. Inovation, however, is also the alternative that video stores owners seek to stay active, betting on changes that offer a distinct and inviting service to consumers who are often turning to more modern methods. This is one of the only ways to stay relevant in a market now seen by many as retrograde.

Keywords: Videostores. Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o mercado de videolocadoras teve um crescimento descontrolado em seu início, como afirma Almeida (2003), com milhares de novos negócios sendo abertos, em um curto período de tempo. Essa rápida expansão, passou a incluir como consumidores, pessoas de todas as classes sociais e idades. As distribuidoras de *homevideos*, então capitalizadas, passaram a se fortalecer com o crescimento do setor e a acordar negócios milionários com empresas internacionais do segmento.

De forma análoga ao cenário promissor, caracterizado pelo rápido crescimento, o mercado passou a enfraquecer, devido ao surgimento dos canais de TV por assinatura, da indústria de distribuição de cópias ilegais, das tecnologias que permitem o compartilhamento e acesso rápido a conteúdos audiovisuais, além dos custos, em aumento constante, para a manutenção de uma videolocadora, resultaram, por fim, em uma queda significativa desse mercado. Algumas videolocadoras, porém, mantiveram-se em atividade, apesar da decadência que assolou o setor.

Este artigo buscará analisar os métodos empregados por essas empresas, bem como se existem possibilidades de que as videolocadoras não sejam simplesmente extintas em um futuro próximo, ou se elas estariam apenas adiando o inevitável. Por meio de pesquisa bibliográfica, buscar-se-á analisar o mercado das videolocadoras no Brasil, do seu início e auge, ao declínio e fechamento, devido ao surgimento de novas tecnologias e facilitação do acesso à internet, além de analisar as estratégias que foram, ou poderiam ser adotadas para que elas pudessem se manter ativas no mercado.

Sem um aparente cenário de melhora, as videolocadoras, que outrora eram parte da rotina de muitas famílias, agora se encontram sem muitas alternativas para seguirem neste mercado, que se apresenta cada vez mais limitado, a princípio, como reflexo das bruscas mudanças na forma como as pessoas passaram a consumir o conteúdo antes oferecido por elas. Na medida em que as videolocadoras deixaram de ser o meio mais prático para se obter filmes, elas passaram a perder espaço para outras práticas que, em pouco tempo, moldaram uma nova visão da maneira como a sociedade enxerga tal mercado. Porém, ainda em meio a um cenário completamente distinto, negativamente, em comparação ao de poucos anos atrás, algumas videolocadoras conseguiram continuar com seus negócios.

Partindo desse pressuposto, este artigo buscará analisar o segmento, a partir de três questões básicas: quais os prováveis acertos das vi-

deolocadoras que se mantiveram no mercado? quais os possíveis erros das concorrentes que foram à falência? e até que ponto surtirão efeito as medidas tomadas pelas videolocadoras para permanecerem em atividade? Dessa forma, tem-se como objetivo geral, analisar o comportamento do mercado de vídeolocadoras nos últimos anos e encontrar respostas para a continuidade desse segmento, nas ações empreendedoras aplicadas por algumas das empresas no meio. Assim como estudar o surgimento e funcionamento do mercado de vídeolocadoras, sua expansão, e reação às mudanças no setor audiovisual que o levaram à situação presente e analisar as estratégias adotadas por empresas que continuam atuando no segmento de vídeolocadoras, buscando compreender o que as diferiu das demais que foram à falência, e os motivos dos resultados obtidos por estas.

2 O MERCADO DE VIDEOLOCADORAS

Nos anos 70 foram lançados o *Betamax*¹⁶ e o VHS (*Video Home System*), permitindo que as pessoas pudessem assistir a filmes em casa, caso possuíssem o equipamento adequado para funcionar tais cartuchos de filmes, conteúdos até então disponíveis somente em cinemas. No Brasil, com o lançamento de videocassetes nacionais, em meados de 1984, videolocadoras e lojas do ramo passaram a se tornar extremamente populares, e sólidas oportunidades de negócio (BERLINGERI, 2014).

As videolocadoras tiveram seu auge até parte dos anos 90, quando do surgimento dos DVDs (*Digital Versatile Discs*), embora possuindo maior qualidade e capacidade de armazenamento, trouxeram um dos primeiros fatores que, mais tarde, teriam influência direta no declínio desse mercado: a popularização das cópias ilegais (COSTA, 2007).

Enquanto gradativamente substituíam os grandes acervos de VHS, pela nova mídia, os métodos de proteção por criptografia contra falsificação dos discos estavam sendo superados, ao tempo em que, junto à redução do preço de aparelhos leitores de DVD, o custo de gravadores para esse formato também tornava-se menor.

Em paralelo, o acesso à internet passou a ser menos restrito, e a velocidade de conexão maior, agilizando o *download* e compartilhamento de arquivos dos filmes, também a facilidade de se baixar e instalar *softwares* capazes de copiar e gravar filmes para funcionarem em

¹⁶ Betamax era um formato de gravação em fita caseiro de 12.7 mm idealizado e fabricado pela Sony. É derivado de um formato de fita profissional, o U-matic, com 19.1 mm. Era vendido sob o nome de Betacord pela Sanyo, mas frequentemente era apenas chamado de Beta (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Betamax>).

aparelhos de DVD passou a se tornar prática comum entre as pessoas. A partir de tal ponto, a massificação de cópias não autorizadas de filmes era uma desleal e devastadora concorrente às videolocadoras.

Já presas a um segmento comprometido, as locadoras ainda tiveram o impacto do crescimento dos serviços de TV a cabo, que garantiam aos clientes a experiência de se assistir a filmes, sem a necessidade de saírem de casa, com canais focados em cinema e exibições de filmes frequentes, de todos os gêneros, novos e antigos.

Quando então o surgimento de um novo formato de disco, o *Blu-ray Disc*, alinhando modernos recursos tecnológicos, preços acessíveis e impossibilidade de cópias ilegais, pareceu traçar um novo caminho promissor às videolocadoras, serviços de *streaming*¹⁷ de conteúdo audiovisual, como a Netflix e similares, ganharam força e conquistaram cada vez mais usuários, que passaram a ter a opção de assistir a filmes no momento em que desejassem, de forma legal, utilizando conexão via internet.

De acordo com a União Brasileira de Vídeo (UBV), em 2005, havia 14 mil locadoras no Brasil, enquanto em 2012, ainda conforme a UBV, o número havia caído para 4 mil (BELMONTE, 2014). Na cidade de Curitiba, Paraná, no ano de 2016, encontram-se registradas 319 empresas registradas na Junta Comercial, no ramo de aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares', conforme afirma Moser (2016), embora se estime que aproximadamente 100 estejam ativas, em oposição às 500 locadoras ativas que havia em 2005. Em Campinas, São Paulo, não existem registros de novas lojas no setor, desde 2009, e, em 2014, 37 videolocadoras foram cadastradas, contrastando com o total de 320 empresas que já estiveram ativas (G1 CAMPINAS, 2014). No Estado de São Paulo, entre os anos de 2005 e 2010, o número de videolocadoras caiu de 4.800 para 2.000.

Em contradição às previsões, em 2016, em meio à propagação dos métodos alternativos para o consumo desse tipo de mídia, e da pirataria virtual e física, algumas videolocadoras ainda continuam ativas.

3 EMPREENDEDORISMO

Para este trabalho, alguns conceitos sobre empreendedorismo são necessários. Inicialmente, a afirmação de Schumpeter a respeito da relação direta do empreendedorismo com o desenvolvimento econômico de um país, é de relevância ao mercado das videolocadoras, explorado

¹⁷ **Streaming** é uma tecnologia que envia informações multimídia, por meio da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a Internet, e foi criada para tornar as conexões mais rápidas. Exemplo: Youtube (Fonte: <https://www.significados.com.br/streaming/>).

neste artigo, uma vez que, ao definir a inovação como força motriz para o ciclo essencial do capitalismo, a explicação de Schumpeter pode ser utilizada para analisar as razões para esse mercado estar gradativamente desaparecendo.

Essa força que, segundo ele, é uma das responsáveis pela regência do sistema econômico, chamada de Destruição Criativa, expõe o efeito que as inovações produzem no mercado. Novas tecnologias tendem a substituir aquelas outrora dominantes, iniciando um novo ciclo, que, por sua vez, será renovado no momento em que esta última começa a ser deixada para trás. Enquanto algo novo é criado, portanto, outro é destruído. Tais ciclos são os responsáveis em guiar a economia ao progresso. De forma sucinta e com exemplo prático, Blanco (2015), explica:

Nesses ciclos, muita coisa muda: fábricas fecham e outras são abertas, gente é demitida e outras contratadas, mudam os modelos de negócios, as formas de ganhar dinheiro, os hábitos dos consumidores. Quando os discos de vinil foram substituídos pelos CDs, por exemplo, começou uma nova Era para a indústria da música. Os vinis sumiram das lojas e as pessoas aos poucos trocaram as vitrolas por CD players. Mas só até vir o próximo ciclo de destruição criativa, quando os CDs começaram a ser substituídos pelo mp3 e pelo streaming.

Da mesma forma, o *homevideo*, que passou pelo *Betamax*, VHS, DVD e *Bluray*, perde agora espaço para o streaming e outras formas de consumo de mídia audiovisual.

O cenário, porém, não deve ser por completo negativo. Balonas (2013), comenta sobre a área de publicidade: “[...] o tempo traz sempre alguma serenidade. E capacidade de repensar as coisas. Hoje, parece ser evidente que os novos meios – sobretudo os meios *online*, interativos ou não – precisam dos meios ‘velhinhos’ para chegar às pessoas”. Em certos casos, algumas formas que passam por uma evolução aparente, mostram-se, portanto, ainda dependentes daquilo que já as fez eficientes antes, de forma a coexistirem para funcionarem. A publicidade é citada por ela como um exemplo, em que, após o predomínio dos meios tradicionais como televisão, imprensa, rádio e *outdoors*, o mercado voltou-se ao digital, *online* e interativo:

A inevitável substituição de que falava Schumpeter parecia ameaçar as velhas rotinas de comunicação, confortavelmente instaladas nas agências de publicidade do início deste século. A publicidade, tal como a conhecíamos, pa-

recia ter os dias contados, num claro processo de destruição criativa. Ao mesmo tempo, as agências pareciam um pouco baralhadas com todas estas novidades e, sobretudo, por terem que sair da sua zona de conforto – o clássico anúncio. Destruição criativa, pois então.

Em contradição, um anúncio *online* pode facilmente deixar de ser percebido em meio a milhões de dados trafegados, não sendo previamente construída a marca em questão anunciada, ou não tendo a divulgação de sua proposta de valor nos locais habituais por onde as pessoas passam, por exemplo, antes destas virem o anúncio em um monitor. “Um site apresenta um aumento exponencial de visitas após o tema ser alvo de uma campanha na televisão”, pondera Balonas (2013).

Traçando um paralelo ao mercado de videolocadoras, não há como afirmar uma relação de co-dependência entre as tecnologias atuais e as que fizeram as locadoras se erguerem, mas o paralelo entre o *online* e *offline*, tangível e virtual, pode ser traçado quanto às razões para fidelização de alguns clientes, de acordo a entrevistas feitas pelo Uol Cinema e pelo Folha Online (COLOMBO, 2015).

O distanciamento da mídia física, a ausência das conversas sobre filmes e séries, a eliminação completa da busca entre as prateleiras, além da substituição de qualidade pela praticidade da digitalização, cria, junto à virtualização do audiovisual, um valor descartável, a que os donos de videolocadoras mantêm-se opostos, e o qual seus clientes maiores, movidos pelo gosto por cinema, evitam (COLOMBO, 2015).

Manter-se apenas com um pequeno número de bons clientes, porém, não é uma opção viável para manter uma empresa ativa por muito tempo. Por tal motivo, algumas videolocadoras estão expandindo seus negócios ou buscando alternativas, para desenvolver um lado empreendedor, paradoxalmente conversando com o conceito de inovação apontado por Schumpeter, citado no início deste tópico.

Segundo Dornelas (2003), a definição de empreendedorismo está calcada na inovação, sendo ele uma forma de comportamento que permite o trabalho em busca de um objetivo comum, que é a identificação de novas oportunidades de negócios. O essencial para a inovação, segundo Martins (2012), é o desejo de alcançar seus objetivos, não importando as dificuldades, e preparando-se para mudanças.

Os empreendedores [...] aprenderam a sonhar acordados. Isso significa sonhar com pé no chão e ter uma consciência constante de renovação pessoal, sem receio de abandonar antigos modelos mentais enraizados em seu subconsciente

ao longo dos anos e de substituí-los por uma nova dimensão emocional e espiritual (MARTINS, 2012, p.74).

Em meio à crise desse segmento, continuar com o trabalho de videolocadoras, portanto, é uma escolha sustentada por elementos comuns a quem é empreendedor, conforme lista Freire (2005, p.5):

- Moderação na ambição por dinheiro: Paradoxalmente, a maioria dos estudos mostra que apenas 20% dos empreendedores consideram que o dinheiro é sua principal motivação [...];
- Paixão: empreender é dedicar manter, corpo e alma ao projeto durante todo o tempo, embora isso possa afetar um pouco as amizades e as relações familiares;
- Deleita-se com o caminho: os grandes empreendedores encontram um curioso equilíbrio entre a dureza da superação dos obstáculos e o prazer e o humor de desfrutar de cada passo dado;
- Determinação: os grandes empreendedores se dão o tempo necessário à tomada de decisões, mas, quando as tomam, mostram grande segurança e firmeza em suas ações;
- Otimismo e sonhos: todos têm uma clara visão e uma esperança sobre até onde podem e querem levar seu futuro e o de sua empresa;
- Responsabilidade incondicional: diferentemente dos que assumem o papel de vítimas, que vivem culpando a conjuntura e justificam “o que não fazem” com o “que lhes fazem”, os grandes empreendedores atuam como protagonistas e assumem uma responsabilidade incondicional face a seu destino. Sua atitude mais característica é: “Dado o contexto com que me deparo, como devo reagir?”. Isto lhes dá um sentido de compromisso que os torna capazes de superar os obstáculos.

Essas qualidades inerentes a bons empreendedores são parte da razão pela qual algumas videolocadoras ainda estão em funcionamento. Em um ramo debilitado, especialmente, a ambição por dinheiro definitivamente não pode estar envolvida, e as decisões em relação ao negócio devem ser feitas com a estima de quem dá àquilo a devida importância e dedicação, aliada ao otimismo de conseguir prosperar, mesmo em meio às dificuldades encontradas.

3.1 EMPREENDEDORISMO NO MERCADO DE VIDEOLOCADORAS

Do início ao seu auge, as videolocadoras eram, de certa forma, negócios lineares, que surgiam e operavam de maneira padrão. A partir do momento em que essa estrutura foi abalada pela introdução de novas formas de consumo de audiovisuais, os proprietários dessas empresas viram-se obrigados a tomar atitudes diferentes frente às demandas do mercado.

Tais atitudes foram baseadas, em essência, em parte, apresentadas no tópico anterior que caracterizam um empreendedor, entre elas a paixão, neste caso por filmes, e a inovação pela diversificação de seus negócios. Conforme Moser (2016), “[...] algumas locadoras resistem apostando em estratégias como diversificação de novos produtos e serviços, segmentação do acervo e, principalmente, na relação com clientes que ainda valorizam o ritual de procurar filmes em suas prateleiras”.

Para Antunes (citado por SILVA, 2015), o foco não é mais enxergar sua empresa apenas como uma locadora, mas uma loja especializada em cinema. A transformação do mercado é uma perda cultural, uma vez que a internet e os demais meios alternativos às videolocadoras oferecem conteúdo guiado pela audiência. A especialização, nesse caso, consiste não somente em um acervo com filmes que possam se tornar praticamente inacessíveis com a extinção das locadoras, mas também na venda para colecionadores de filmes difíceis de serem encontrados, raros ou antigos.

O atendimento pessoal, as conversas com o cliente junto às dicas de filmes e a satisfação dos clientes com a experiência proporcionada pela loja, é outro diferencial contrastante à interação virtual e inexistente fora das locadoras. Gomes (citado por SILVA, 2015), partindo desse pressuposto, sugere-se o aproveitamento dessa vantagem por meio de ações efetivas que visem proporcionar experiências coletivas em um ambiente diferenciado, como exemplifica Gomes: “um café [...] temático junto à loja, para [...] passar filmes para serem depois discutidos”.

De acordo com Abreu, em entrevista para Colombo (2015), a atenção deve ser voltada à drástica mudança no comportamento dos consumidores, que está inviabilizando os negócios. “Não acho que seja apenas culpa da pirataria e do *streaming*, ou mesmo de crise econômica.”, diz ela: “O que acho grave é que o tempo das pessoas hoje em dia se fragmentou. As redes sociais ocupam muito tempo das pessoas, ninguém mais parece ter tanta disponibilidade para consumir filmes como tinha antes”. Utilizando-se dos conceitos de inovação e empreendedo-

risimo, então, os donos desse tipo de negócio precisam pensar em formas de reestruturação, para reconquistar um público antes frequentador das videolocadoras.

Para Coelho (2016)¹⁸, proprietário da locadora Star Video em Porto União, Santa Catarina, a mudança no comportamento dos clientes é também algo que o levou a tomar atitudes para melhorar o número de locações. *“Antigamente as pessoas costumavam passar tempo entre as prateleiras escolhendo filmes”*, comenta, em referência também à exigência atual dos consumidores para que se tenha o filme em procura. *“Devido ao acesso à internet e a facilidade de compartilhamento de informação, as pessoas vêm à locadora geralmente para alugar a um filme específico, trazendo o nome do ator, imagem da capa, enfim”*. Por isso Coelho busca sempre manter nas prateleiras os filmes mais atuais possíveis, que, segundo ele, são os mais procurados. Seguindo o pensamento de manter-se atual, a Star Video é agora a locadora da região com maior número de discos *BluRay*, o que a diferencia das demais e garante preferência dos consumidores.

Coelho também adotou uma visão de que há mais vantagem em locar grande quantidade de filmes, do que cobrar caro para tentar lucrar com uma locação: *“[...] Por isso fazemos um preço baixo, deixamos o pagamento mais flexível, e também fazemos promoções onde se pode alugar inclusive lançamentos por R\$ 1,50. Nenhuma outra locadora da região faz isso, e é uma estratégia que sempre atraiu clientes e nos trouxe resultados, em especial, durante a crise, que fez com que os concorrentes preferissem aumentar seus preços. É cobrar menos para ganhar mais”*, observa. Entre as ideias para manter clientes, uma promoção em particular, que presenteava com uma pizza a pessoa que alugasse um determinado número de filmes, foi extremamente efetiva, conforme o dono da locadora. *“Penso até em expandir e começarmos a fazer nossas próprias pizzas”*, diz.

Não se permitir estagnar é uma atitude importante, que funciona junto aos conceitos de empreendedorismo, propagando a reinvenção como a chave para quem quer sobreviver no mercado. Algumas locadoras passaram a não somente alugar, mas também a vender filmes, além de outros produtos relacionados, como camisetas, pôsteres, bonecos, canecas e demais. A união das velhas práticas, com as novas, vindas com a tecnologia, também inspiraram alguns donos, que pensam em facilitar as locações por meio do uso de aplicativos de celular pelos seus clientes, e fazer a entrega dos filmes em domicílio.

¹⁸Entrevista concedida em 19 de outubro de 2016.

O cenário pouco favorável não implica necessariamente perda, uma vez que para a cultura empreendedora, as crises podem ser momentos de oportunidade. Como afirma Guibert (ENDEAVOR, 2015): “[...] mar calmo nunca fez bom marinheiro”, e as dificuldades do mercado podem trazer grandes mudanças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado do ciclo natural da economia, o segmento das videolocadoras vem sendo afetado pela evolução tecnológica, que traz consigo uma gradativa destruição, que caminha a uma nova era no consumo de audiovisuais. A inovação, porém, é também a alternativa que os proprietários de locadoras veem para continuarem em atividade, apostando em mudanças que ofereçam um serviço distinto e convidativo aos consumidores que estão, com frequência, voltando-se a métodos mais modernos. Essa é uma das únicas formas de se manter atuais em um mercado visto agora por muitos como retrógrado.

As videolocadoras que se mantiveram em atividade conseguiram esse feito em razão de não se permitirem ficar presas ao passado, enquanto o mercado exigia mudanças. Acompanhando as novas tecnologias, grande parte dos proprietários que obtiveram sucesso buscaram em discos de maior qualidade de som e imagem, a solução para a queda do número de locações, além de inovar, oferecendo diferentes serviços, como venda de material relacionado ao cinema, ou venda de filmes e séries, por exemplo. A diversificação do catálogo foi também algo que influenciou na continuidade de algumas empresas desse segmento, permitindo aos clientes encontrar conteúdos que não estão disponíveis por meio de outras ferramentas como o *streaming*. Outro fator significativo é a valorização do cliente, cujo costume de alugar não se resume apenas nas razões citadas acima, mas também ao contato com outras pessoas, às conversas sobre filmes e ao gosto pelo ritual da locação, tratado distante de ser a inevitabilidade que era para se consumir esse tipo de conteúdo.

O erro das concorrentes que foram à falência foi, principalmente, não dar a atenção devida, e não tomar atitudes em relação à abrupta transição do mercado, no que se refere às maneiras como o audiovisual é consumido. Enquanto algumas empresas procuravam tornar-se espaços de entretenimento, buscando dobrar o tempo de permanência dos clientes nas lojas (BOTELHO, 2008), investiam em produtos modernos, ou atualizavam seus negócios também para endereços virtuais na internet, outras empresas, que não se adaptaram à nova relação das pessoas com essas mídias, foram a cada dia enfraquecendo e perdendo relevância em meio às alternativas de consumo.

O efeito das medidas empregadas pelas videolocadoras para se manterem no mercado, porém, não significa retomada de força desse segmento. Embora ainda haja um número grande de pessoas que prezam os velhos hábitos que envolvem a locação de filmes, seja pela nostalgia, pela aversão aos meios ilegais de se consumir esses produtos, pela variedade, qualidade, gosto pela mídia física, ou demais motivos, o mercado já deixou de ser promissor e o número de locadoras abertas caiu drasticamente.

As maneiras de se assistir a filmes, séries e afins, atualmente são inúmeras, fazendo com que cada meio, seja ele por *streaming*, cinema, televisão, seja pela locação em videolocadoras, tenha de se adaptar, de certa maneira, às preferências dos consumidores. O prognóstico é que o número de videolocadoras continue a diminuir, mas, devido ao cuidado e atenção dado por alguns proprietários, garantindo serviços de qualidade e variedade que agradam a seus clientes, não desapareçam por completo, ao menos em um futuro próximo.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. S.; BUTCHER, P. **Cinema**: desenvolvimento e mercado. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

BALONAS, S. **Destruição criativa?** Público Comunicação Social SA. Disponível em <<https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/destruicao-criativa-1590360>>. Acesso em 16 set. 2016.

BELMONTE, R. **Da popularidade à raridade**. Disponível em: <<http://jornalismoeconomico.uniritter.edu.br/?p=368>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

BERLINGERI, Breno. **Videolocadoras**: um ramo em extinção. Disponível em: <<http://www9.unaerp.br/age/reportagens/59-videolocadoras-um-ramo-em-extincao>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BLANCO, G. **O que é destruição criativa**. Academia Draft. Disponível em: <<http://projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-destruicao-criativa>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BOTELHO, F. Videolocadoras em busca do final feliz. **IstoÉ Dinheiro**. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20080130/videolocadoras-busca-final-feliz/12645>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

COLOMBO, S. Uma ditadura cinematográfica está se impondo. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/12/1721632-uma-ditadura-cinematografica-esta-se-impondo-diz-dona-da-locadora-2001.shtml>>. Acesso em: 5 out. 2016.

COSTA, F. C. da. 2007. **A pirataria e o declínio do mercado de videolocação**. 34f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social em Publicidade e Propaganda) - Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, 2007.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. Elsevier, 2003.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 1986.

ENDEAVOR. **O empreendedor de 3 mil sócios - Guibert Englebienne, Globant**. Endeavor. Disponível em: <<https://youtu.be/paTDSx-tyNU>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FREIRE, A. **Paixão por empreender: como colocar suas ideias em prática**. Elsevier Editora Ltda, 2005.

G1 Campinas e Região. Videolocadoras improvisam novos serviços para driblar crise do setor. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/01/videolocadoras-improvisam-novos-servicos-para-driblar-crise-do-setor.html>>. Acesso em: 28 set. 2016.

HENRIQUE, Luiz. **Empreendedorismo: origem e desafios para o Brasil do século XXI**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/empreendedorismo-origem-e-desafios-para-o-brasil-do-seculo-xxi/33075/>>. Acesso em: 5 out. 2016.

MARTINS, Carlos Wizard. **Desperte o milionário que há em você**. São Paulo: Gente, 2012.

MONTEIRO, R. Como as locadoras de vídeo tentam se reinventar para sobreviver. **Diário Gaúcho**. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2015/05/como-as-locadoras-de-video-tentam-se-reinventar-para-sobreviver-4762695.html>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

MOSER, S. Era das videolocadoras se aproxima do fim. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/era-das-videolocadoras-se-aproxima-do-fim-3dhyx3krbrz96jk7ba6o882kn#social2_comentario_form>. Acesso em: 10 set. 2016.

SCHOLZ, Cley. ...E o vento levou mais uma videolocadora do mercado. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,e-o-vento-levou-mais-uma-videolocadora-do-mercado,1559278>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVA, H. P. **Baixas simultâneas no mercado de videolocadoras entristecem cinéfilos**. Hoje em Dia. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/almanaque/baixas-simult%C3%A2neas-no-mercado-de-videolocadoras-entristecem-cin%C3%A9filos-1.349639>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

AI-5 e o jornalismo local: como o jornal “O Comércio” retratou o decreto

Marielli Barato¹⁹

Resumo

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foi um período em que o país viveu um processo de intensa influência do militarismo em diversos aspectos da sociedade civil. O endurecimento do regime aconteceu em 1968, quando o General Costa e Silva instaurou o Ato Institucional Nº 5, um conjunto de medidas que, especificamente em relação à imprensa, foi extremamente nociva. A imprensa teve uma atuação importante nesses anos, seja combatendo o sistema vigente e, muitas vezes, cedendo às pressões políticas da censura instaurada pelos militares. Esse assunto de âmbito nacional teve os seus desdobramentos em outros estados, como o Paraná. Durante as décadas de 1960 e 1970, o jornal “O Comércio”, de União da Vitória/PR, era o principal meio de comunicação, sendo semanal e com notícias do mundo, do Brasil e locais. É nesse contexto que o trabalho pesquisou como o periódico retratou a instauração do AI-5. Foram utilizadas como fonte de pesquisa as edições originais do jornal, além de pesquisa bibliográfica como suporte teórico para atingir os objetivos do estudo.

Palavras-chave: Imprensa local. Ato Institucional. Ditadura Militar.

¹⁹ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Gestão e Produção Criativa em Comunicação (MBA), pelo Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV. E-mail: mariellibaratto@gmail.com

AI-5 and local journalism: how the newspaper “O Comércio” retracted the decree

Marielli Barato

Abstract

The Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) was a process of intense militarism influence period that the country experienced in various aspects of civil society. The suppression of the regime happened in 1968, when General Costa e Silva introduced Institutional Act N°5 (IA-5), a set of measures that was extremely harmful, specifically in relation to the press. The press played an important role in those years, even fighting the current system and often yielding to the political pressures of censorship by the military. This national issue has had its effects in other states such as Paraná. During the 60s and 70s, the newspaper “O Comércio”, from União da Vitória / PR, was the main means of communication, with weekly news from the world, Brazil and local. For this reason, this paper investigated how the journal reported the creation of IA-5. The study used the original editions of the journal as a source of research, as well as bibliographic research as a theoretical support to reach the objectives of the study.

Keywords: Local press. Institucional Act. Military Dictatorship

1 OS MILITARES NO PODER

Durante 21 anos, o Brasil viveu sob um regime militar extremamente invasivo. A interferência dos militares estava presente nas esferas da política, da economia e da liberdade cultural. Os “homens de farda” causaram diversas mudanças notórias tal como o poder irrestrito dos militares, altos investimentos na infraestrutura do país, a internacionalização da economia brasileira e forte repressão à liberdade de expressão, por exemplo.

Para entender o que significou a instauração do AI-5, em 1968, e a tomada do poder pelos militares, em 13 de março de 1964, é interessante fazer um breve resgate histórico dos fatos que levaram à deposição de um presidente legítimo. Segundo Fico (2014), para muitos militares, a motivação da queda de um regime constitucional era o suposto plano de golpe de João Goulart. Acreditava-se que ele tentaria ficar no poder com o apoio dos esquerdistas, setor com quem tinha íntima ligação (SERBIN, 2001).

Oficiais conservadores se opuseram ao populista Goulart por causa de suas ligações Getúlio, sindicatos, comunistas e outros grupos que exigiam reformas sociais profundas. Ao se voltar para a esquerda, Jango contrariou os conservadores e os Estados Unidos (SERBIN, 2001, p.88).

Temia-se que João Goulart, com o passar do tempo, pudesse ser ‘dominado’ pela esquerda e que seu governo sofresse grande influência do comunismo. Mesmo não havendo provas determinantes do ‘golpe’ que João Goulart estaria planejando, quem apoiava a intervenção militar referia-se à época como a ‘revolução de 64’, ou como o “contragolpe preventivo” (FICO, 2014). Porém, “[...] em história, entretanto, não podemos analisar o que ‘poderia ter ocorrido’, e não temos como sustentar teses sem o amparo de evidências empíricas”. (FICO, 2014, p.10).

Com o apoio de parte significativa da sociedade, a designação ‘golpe’ e ditadura ‘civil-militar’ são as expressões mais corretas para a manobra política que colocou os militares por 21 anos no poder (FICO, 2014).

Eu sustentaria, no entanto, um ponto de vista um pouco diferente: não o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1965 como civil-militar: além

do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas (FICO, 2014, p.9).

Era possível perceber a grande comoção popular contrária a João Goulart nas marchas, que reuniram milhares de pessoas, no Rio de Janeiro e São Paulo. Elas aconteceram antes do golpe (1.º de abril de 1964) e seguiram pelos meses de abril, maio e junho, essas já com caráter comemorativo pela queda de João Goulart (FICO, 2014). Conhecidas como 'Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade', "[...] é possível detectarmos nas "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade" um componente de manipulação e evidente propaganda anticomunista contrária a Goulart" (FICO, 2014, p.64).

Para compreender a movimentação política que culminou na deposição de Goulart, Sodré (1984) disserta sobre um traço que, segundo ele, é comum nos golpes brasileiros ao longo da história.

Na generalidade, tais golpes militares originaram-se no interior do próprio aparelho de Estado, e esse traço é o primeiro que os define. O segundo traço consistiu no fato de terem sido - num caso excepcional, o movimento de 1930 – golpes brancos, isto é, sem luta: tramava-se um dispositivo golpista que definia os seus propósitos em dado momento, impondo sua decisão por sua força em relação aos que poderiam ter veleidades de resistência (SODRÉ, 1984, p.45).

A imprensa também foi personagem na instauração do regime. Porém, com o decorrer dos anos, os militares impuseram grandes sanções aos meios de comunicação, usando a censura nas redações como forte elemento coercitivo. Há registros de perseguições contra jornalistas, também. O exemplo do jornal "Correio da Manhã" chama atenção pela rapidez na mudança de discurso diante do golpe. Um dia antes da queda de Jango, o jornal apoiava os militares e publicou um editorial defendendo a tomada do governo por eles. Mas logo mudou o discurso na edição do dia 2 de abril de 1964. Segundo Fico (2014), "[...] os primeiros atos de violência do novo regime assustaram o diário". (FICO, 2014, p.66).

O golpe de 31 de março inaugurou uma época de violência e terror no Brasil e "[...] um congresso desamparado elegeu presidente o general Humberto de Alencar Castello Branco, ex-integrante da FEB, membro da ESG (Escola Superior de Guerra) e um dos líderes do golpe" (SERBIN, 2001, p.88). O discurso usado pelos militares era que pretendiam reorganizar

a política brasileira, acabar com a corrupção e redemocratizar o país. Entretanto a perspectiva de devolver o país a um regime democrático foi diminuindo. Existiam fortes diferenças políticas entre os generais. O poder dos chamados generais da 'linha dura', que estavam à frente do regime, só crescia, o que causou uma cisão dentro do Exército (SERBIN, 2001).

Uma divisão fundamental tornou-se clara entre os chamados castelistas (o grupo moderado, de linha branda, de Castello Branco) e os costistas (os mais radicais, os linhas-duras, seguidores de Costa e Silva). Os castelistas declaravam maior compromisso com a democracia e com os procedimentos constitucionais e viam a intervenção militar apenas como solução temporária para a crise política. Queriam o rápido retorno ao governo civil [...] Os linhas duras derrotaram os planos de redemocratização de Castello Branco, forçaram o regime a se tornar mais autoritário e apoiaram, com sucesso, a eleição de Costa e Silva, que assumiu o governo em 1967 (SERBIN, 2001, p. 89-0).

Em 1968, o general Arthur da Costa e Silva assumiu o poder, sucedendo Castello Branco. Com perfil mais truculento e extremamente centralizador, tal característica ficou evidente quando Costa e Silva se autoproclamou "comandante em chefe do Exército Nacional", logo no início do golpe, em 1964. Castello Branco nomeou Costa e Silva como seu Ministro de Guerra, na tentativa de inibir o crescimento de sua influência nas forças armadas (FICO, 2004).

2 O AI-5 E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

O processo de criação do AI-5 tem início quando Costa e Silva se torna presidente do país, em 1967. A partir de então, o general começou a implantar a fase mais repressiva e dominadora dos anos de chumbo no Brasil, com a instauração do Ato Institucional nº 5, que vigorou até 1978, quando Emilio Garrastazu Médici era o comandante do país.

O ato consolidou e legitimou a forma mais bruta de governo. Os militares usavam mecanismos para executar tamanha violência, como aparatos repressivos baseados na Doutrina de Segurança Nacional (COIMBRA, 2000, p.7). A Escola Superior de Guerra participou ativamente de um período de terror, com a morte, desaparecimento de pessoas e torturas, tanto psicológica como física. A doutrina militar crescia de forma sólida durante o governo do general Médici.

O ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de "defesa nacional". Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as "forças internas de agitação" (COIMBRA, 2000, p.10).

O ano de 1968, marcado pela criação do AI-5, também contou com diversos atos de contestação ao regime então vigente. Valle (2008) elenca quatro momentos daquele ano: "a morte de Edson Luís (28/03/68), como o marco para a passagem do movimento estudantil ao enfrentamento; a sexta-feira sangrenta (em 21/06/68) e a passeata dos cem mil (em 26/06/68); a guerra da Maria Antônia (em 02/10/68); e o 30º Congresso da UNE, que teve início em 01/10/68" (Valle, 2008, p.35).

A violência esteve presente no embate entre militares e estudantes no Congresso da UNE. Pode-se afirmar que a violência é a "marca das relações entre os movimentos comprometidos com as transformações sociais no país e os governos historicamente comprometidos com a manutenção da desigualdade social" (Singer, 2001, p.281). O enfrentamento já acontecia desde 1964, quando os militares extinguiram a União Nacional dos Estudantes (UNE), e seu funcionamento como associação civil, em 1966, e o fim das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs).

A morte do estudante Edson Luís, no dia 28 de março de 1968, foi um fato que chamou a atenção da opinião pública sobre a luta estudantil. A Polícia Militar do Rio de Janeiro invadiu o restaurante Calabouço, e um oficial da corporação matou o estudante. Valle (2008) explica que a polícia justificou a invasão ao restaurante embasada na ordem do governo, de que era necessário manter a ordem, até então ameaçada pelos subversivos, pois no estabelecimento acontecia um protesto estudantil ilegal, de acordo com a versão da polícia militar.

Tais acontecimentos se encaixavam perfeitamente no discurso de que era necessário "combater o inimigo interno", tão difundida pelos militares que estavam cumprindo as determinações da Lei de Segurança Nacional, ao reprender qualquer tipo de ato considerado subversivo.

Ao todo, o governo militar criou 17 atos institucionais. O primeiro foi baixado logo nas primeiras semanas do novo governo, em 1964. O AI-1, de 9 de abril de 1964, já se mostrou bastante centralizador, pois era possível, a partir de então, suspender direitos políticos, cassar mandatos legislativos e fazer mudanças no mandato do Presidente da República.

O AI-5 é um dos elementos instrumentos políticos mais repressivos que os generais criaram. O Ato era uma maneira de legitimar a truculência militar.

A partir de 1969, com a AI-5, ausência de habeas corpus e de mandado de segurança, com os limites impostos às liberdades públicas pelas leis de exceção e pela Constituição o poder de fato e de direito passou a ser exercido pelos militares e suas instituições. As Forças Armadas transformara-se de fato em um tríplice poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Os tribunais militares, em primeira e segunda instâncias, eram o único fórum onde os brasileiros podiam ser julgados quando considerados inimigos do regime ou da ordem pública. Em nome da segurança nacional adversários do regime e bandidos foram iguallados pelos rigores da lei e direcionados para a mesma Corte e colocados nas mesmas celas (D'ARAÚJO, 2006, p. 15).

Com a sua instauração, em 13 de dezembro 1968, uma das primeiras consequências foi a ausência de debate político nas páginas dos jornais. Os veículos sofreram forte censura e redações de jornais como 'Estadão', 'Jornal do Brasil' e 'Folha de S.Paulo', por exemplo, passaram a ter a tutela de censores.

O cenário do sistema midiático no fim da década de 1960 passa por um período de grande investimento em tecnologia. A consolidação da televisão cresce muito nesses anos. E é nessa época que surge a emissora que se tornaria o mais poderoso grupo de comunicação, a Rede Globo.

Entre os fatores desse sucesso, pode-se identificar a emergência do aludido "milagre econômico", cujo crescimento econômico, aliado aos investimentos estrangeiros em bens de consumo de massa, possibilitaram o aparecimento de um mercado consumidor maior, ao qual podia-se chegar por meio dos anúncios televisivos. Os anunciantes necessitavam alcançar as grandes massas das cidades e injetaram grandes somas de dinheiro em comerciais, que beneficiaram, sobretudo, a expansão das redes de televisão (GENTILLI, 2004, p.91).

Em 1º de setembro de 1969 estreou o Jornal Nacional, um dos principais telejornais do Brasil. Porém ele também teve de enfrentar o controle das notícias estabelecido pelo governo militar. O sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick foi um caso que iria ganhar grande repercussão na mídia, se não fosse a ação da censura. Gentilli (2004) explica que mediante fontes militares, o cativo onde estava o embaixador ficava no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro. "Jornalistas e câmaras se deslocaram para o local, mas a movimentação militar im-

pediu a localização da casa pela imprensa e a cobertura jornalística" (GENTILLI, 2004).

Mesmo assim, todos os estudos e relatos ignoram o fato de que, jornalisticamente, o cativo quase foi descoberto pela TV Globo na quarta edição do novíssimo jornal nacional, que estreara dia 1º de setembro de 1969. O seqüestro, como se supunha, provoca um recrudescimento da repressão, que já atingira níveis além da barbárie (GENTILLI, 2004, p. 93).

Pode-se dizer que a televisão vivia os seus anos de esplendor, porque, segundo Gentilli (2004), a base da programação era focada mais em entretenimento do que em notícias. Já os jornais estavam vivendo os anos de chumbo.

É nessa conjuntura política, de censura à liberdade de expressão, em 1968, que o trabalho vai analisar o ponto de vista do jornal 'O Comércio', de União da Vitória/PR. Será possível analisar como o jornal abordou temas contundentes e traçar um panorama de como o veículo de comunicação se posicionou diante de um cenário de total falta de condições de expor a sua opinião diante de uma ditadura que não hesitava em mostrar a sua força?

3 JORNAL 'O COMÉRCIO'

O jornal 'O Comércio', de União da Vitória, foi fundado em 11 de junho de 1931, pelo jornalista Hermínio Millis. De acordo com informações retiradas do site oficial do periódico²⁰, o jornal teve problemas com a ditadura de Vargas, em 1932. Dez anos depois, sofreu com a escassez de papel durante a 2ª Guerra Mundial e, por isso a sua circulação passou a ser quinzenal. Em 2004, passou a ser impresso no formato 'standart' e passou a ter publicações semanais. Em 2012, o jornal passou a fazer parte do Grupo Verde Vale de Comunicação. Nesse mesmo ano, as edições físicas existentes passaram a ser digitalizadas. O jornal mais antigo da cidade de União da Vitória é um importante veículo de comunicação para a cidade. União da Vitória está situada no extremo sul do Estado do Paraná e faz parte da microrregião do Médio Iguaçu. Foi elevada à condição de cidade em 11 de março de 1908, pela Lei Estadual nº: 744.

Para a presente pesquisa, foram analisadas todas as edições digitalizadas disponíveis do ano de 1969 do jornal 'O Comércio', e duas

²⁰ Site: <http://www.vvale.com.br/jornalocomercio/>

edições de dezembro de 1968, totalizando 44 edições. O periódico era semanal e possuía, em média, 8 páginas. O jornal veiculava notícias diversas, desde a ida do homem à Lua a lançamentos de carros. Retratava, em colunas específicas, a sociedade local, os bailes realizados em diversos clubes de União da Vitória e Porto União, concursos de beleza e toda a movimentada vida social da época. O esporte, com amplo destaque ao futebol varzeano, também era explorado, geralmente, em duas páginas do jornal, sempre descrevendo as partidas com riqueza de detalhes e manchetes que chamavam a atenção do público. Assuntos políticos eram abordados, os de âmbito municipal e estadual. Já os que dizem respeito à ditadura e à instauração do Ato Institucional nº 5 apareciam com menos frequência no periódico.

As edições do ano de 1969 do jornal 'O Comércio' foram cedidas pelo grupo Verde Vale de Comunicação, de União da Vitória.²¹

A análise do jornal começa em dezembro de 1968, quando o AI-5 foi assinado pelo General Costa e Silva. Além da importância de se analisar o ano de 1969, é interessante estudar as edições do mês de quando o ato já estava em vigor. Nesse caso, a edição de 14 de dezembro do jornal 'O Comércio', um dia depois da instauração do ato, trata-o como 'Revolução'.

O questionamento que surgiu ao ler tais edições era de que em nenhum momento o jornal explicou o que é o Ato Institucional Nº 5 e o que ele representaria para a população e por que havia sido criado. Curiosamente, na edição de 14 de dezembro de 1969, do jornal 'O Comércio', não há nenhuma referência direta à assinatura do Ato. Quanto às notícias políticas, e de esfera federal, ganhou destaque uma notícia sobre o 'Dia do vizinho', lei criada no primeiro fim de semana de outubro de 1968 e que foi elaborada pelo Presidente Costa e Silva. Paralelamente ao que está acontecendo na política do país, o jornal não noticia nada de contundente no que se refere ao governo militar.

²¹ Vale a pena ressaltar que o Grupo Verde Vale desenvolve um projeto de catalogação de todas as edições em parceria com o colegiado de História da UNESPAR, campus de União da Vitória. Os estagiários do projeto fotografam, tratam as fotos em programas de edições próprios para tal função e criam um glossário chamado de "instrumento", que consiste em um documento onde lá estão descritas as manchetes e o conteúdo de todas as matérias bem como as propagandas, avisos e diários oficiais de vários municípios da região. Agradeço imensamente ao Professor Jefferson Gohl por disponibilizar todo esse material, o que facilitou muito a pesquisa nas páginas do jornal do assunto analisado nesse artigo.

Figura 2 - Jornal Folha de S.Paulo, 14 de dezembro de 1968.



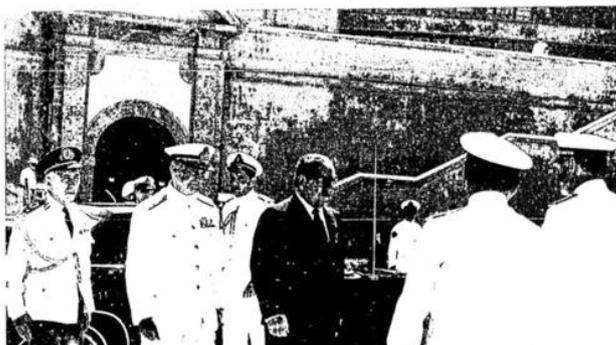
Decretado o recesso do Congresso Nacional

GOVERNO BAIXA NOVO ATO

O ministro da Justiça, sr. Gama e Silva, anunciou ontem, cerca das 23 horas, duas medidas adotadas pelo governo da República, consubstanciadas no Ato Institucional n.º 5, que entrou em vigor ontem mesmo, e o Ato Complementar, decorrente do Institucional, que decretou o recesso do Congresso. O Ato Complementar não estipulou o prazo do recesso.

Portos marítimos: Brasil terá mais ISS 200 milhões

Portos marítimos proporcionalmente pelos navios andeira brasileira darão ao país uma receita igual de US\$ 200 milhões, e informe prognóstico do presidente do Sindicato dos Armadores de Santos. Essa receita é quase três vezes a que avios brasileiros obtinham há menos de dois e representa o acerto da nova orientação posta em prática pela Comissão de Mar e Mercante. Pag. 13



AID emprestará US\$77 milhões a projetos nacionais

Brevemente serão assinados os contratos de financiamento concedidos pela AID a projetos brasileiros de desenvolvimento, no montante de US\$ 77,52 milhões. O subsecretário de cooperação econômica e técnica internacional do Ministério do Planejamento, sr. Sérgio Bath, esclareceu que esses contratos se integram num programa intensivo de financiamentos de agências internacionais ao Brasil. Pag. 12

Faria Lima dá

Hoje no Maracanã

Fonte: Acervo Digital. Jornal Folha de São Paulo.

'O Globo', do Rio de Janeiro, também tratou do assunto com a manchete: 'Editado o Ato 5' e elenca itens do mesmo: 1) Congresso em recesso; 2) Confisco de bens; 3) Suspensos habeas políticos; 4) Restabelecidas as cassações; 5) Liquidada a vitaliciedade.

Figura 3 - Jornal O Globo, 14 de dezembro de 1968.

EDITADO O ATO 5

- 1) Congresso em recesso
- 2) Confisco de bens
- 3) Suspensos "habeas" políticos
- 4) Restabelecidas as cassações
- 5) Liquidada a vitaliciedade

É o seguinte o texto do Ato Institucional n.º 5, ontem editado pelo Presidente da República:

CONSIDERANDO que tais fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotar as providências necessárias, que criem sua destruição.

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL:

Art. 1.º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2.º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1.º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2.º - Durante o período de recesso, os

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) - liberdade vigiada;

b) - proibição de frequentar determinados lugares;

c) - domicílio determinado.

§ 1.º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2.º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, de acordo com a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6.º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1.º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas pu-



ANO XLIV - Rio de Janeiro, sábado, 14 de dezembro de 1968 - N.º 13.970

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO
Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Executivo: HERBERT AZEVEDO
Diretor-Administrativo: RICARDO MARINHO | Diretor-Administrativo: ROGERIO MARINHO

Através de uma cadeia de rádio e televisão, o Ministro Luís Antônio de Gama e Silva, da Justiça, explicou à Nação, ontem à noite, as razões que levaram o Governo, através do Conselho de Segurança Nacional, a editar o Ato Institucional n.º 5 e o Complementar n.º 35.

Jato cai no mar: cinquenta mortos

Fonte: Acervo Digital. Jornal 'O Globo'.

O processo de endurecimento da ditadura, iniciado em 13 de dezembro de 1968, desencadeou uma série de acontecimentos durante o ano de 1969 e que deram um novo direcionamento à ditadura militar brasileira. Seguindo os preceitos da Lei de Segurança Nacional, todo e qualquer movimento social que despertasse a suspeita dos militares poderia ser facilmente coibido, tudo em nome de "medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva", como cita o texto da do Decreto-Lei Nº 898, de 29 de setembro de 1969.

Figura 4 - Jornal 'Jornal do Brasil', 14 de dezembro de 1968.

Traga sempre. Transmitem informações. O ar está irrespirável. O gás está sendo usado. Não há mais água. Não há mais gás. Não há mais água. Não há mais gás.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sábado, 14 de dezembro de 1968

Ano LXXVIII — Nº 215

Ontem foi o Dia dos Cegos

(Páginas 12)

Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Ato Institucional n.º 5

Assinado pelo Presidente da República e por todos os Ministros do Estado, é o seguinte o Ato Institucional n.º 5, baixado assim:

Art. 1.º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais com as modificações constitucionais deste Ato Institucional.

Art. 2.º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, ad referendum do Senado e funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

Art. 3.º — Durante o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fins autorizada a legislar em todas as matérias previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 4.º — Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores são preteridos a partir do dia de suas solenidades.

Art. 5.º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a Comissão Executiva e organizadora dos municípios que não possuem Tribunal de Contas, será escolhida pelo do respectivo Estado, atendendo-se sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 6.º — O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

Art. 7.º — Os interventores dos Estados e municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que cabiam respectivamente aos Governadores ou prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixadas em lei.

Art. 8.º — São interditos de prestar a Revolução, o Presidente da República, o Conselho de Segurança Nacional e seus membros as atribuições previstas na Constituição, podendo assumir os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos e causar mandatos cívicos, federais, estaduais e municipais.

Art. 9.º — Aos membros das Legislativas federais, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados, não serão dadas substituições, desmilitarizando-se e quitando permanentemente no âmbito dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 10.º — A suspensão dos direitos políticos com base neste ato importa simultaneamente em:

1.º suspensão de privilégios de foro por prerrogativa de função;

2.º suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições indiretas;

3.º suspensão de atividades e manifestações afins assumidas de natureza política;

4.º aplicação, quando apropriada, das seguintes medi-

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



O Presidente dirige a entrega de espólios aos novos guardas-marinha

IDENTIDADE PROFUNDA

O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional n.º 5, e, com base nele, o Ato Complementar n.º 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de *A Voz do Brasil* — e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Houve grande movimentação, ontem, nos quartéis do Rio, onde continua rigoroso o regime de prontidão. Na Vila Militar, os ca-

minhões estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, "prontos para agir", e também estão totalmente mobilizados a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles entravam no gabinete do Ministro do Exército, ora no do comandante do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a promulgação do Ato Institucional n.º 5.

DINHEIRO — HIPOTECA — CAUTELAS

ALICIA DE MOTA E SILVA, por quem se abriu processo de falência, foi nomeada administradora judicial por decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Dr. José de Fátima, em 13 de dezembro de 1968.

ATENDIMENTO — Na noite de ontem, o Hospital de Doenças Venéreas, sob a direção do Dr. José de Fátima, recebeu 120 pacientes.

ATENDIMENTO — Na noite de ontem, o Hospital de Doenças Venéreas, sob a direção do Dr. José de Fátima, recebeu 120 pacientes.

A FALTA DE MOTA E SILVA

Alicia de Mota e Silva, por quem se abriu processo de falência, foi nomeada administradora judicial por decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Dr. José de Fátima, em 13 de dezembro de 1968.

ESPIONAGEM — O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles entravam no gabinete do Ministro do Exército, ora no do comandante do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a promulgação do Ato Institucional n.º 5.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional.

A institucionalização da violência não era um assunto difundido pela imprensa brasileira, salvo veículos de comunicação alternativos, como eram chamados à época os jornais que combatiam de forma veemente o governo vigente no Brasil. Essa omissão por parte da imprensa significa que até ela não tinha liberdade de trabalhar e cumprir o seu propósito. Percebemos claros traços de que, de alguma forma, a censura se fez presente nas páginas do jornal 'O Comércio', pois mui-

tas notícias simplesmente não foram veiculadas nas páginas do jornal ou não receberam o merecido destaque, quando comparadas às edições de jornais com circulação nacional.

Muitas notícias do jornal 'O Comércio', de janeiro de 1969, falam do processo de cassação de direitos políticos e mandatos parlamentares. Porém, nem na primeira edição do jornal, em 1969, o AI-5 é mencionado.

A primeira edição de 1969 é dia 11 de janeiro. Durante esse período, as cassações políticas, por conta do AI-5, são retratadas, bem como a opinião do jornal sobre a "Revolução de 64". A matéria explica que a suspensão dos direitos políticos por 10 anos e a cassação de mandatos parlamentares eletivos foram amplamente discutidos por membros do Conselho de Segurança Nacional. E o parecer era sempre favorável a cassar os direitos. A Revolução de 64 também é enaltecida em um texto do dia 25 de janeiro. A manchete que abre o jornal dá grande destaque ao assunto. Na matéria, o Ministro Gama e Silva "declara que a Revolução encontra-se apenas no início". O que chama a atenção na matéria foi a explicação dada pelo então Ministro explicando que a Revolução "não visa atingir os adversários políticos legais, sinceros, honestos, mas 'quêles' que a pretexto de lutar contra o Governo, desejavam e ainda desejam derrubar o Regime que a Revolução instituiu para salvaguardar os interesses coletivos, os interesses da população [...]".

Mesmo um mês após a instauração do AI-5, o jornal 'O Comércio' não explicou o que significava o ato, quais seriam as sanções que a sociedade civil iria sofrer e muito menos citou o endurecimento da ditadura militar, em que a violência era amparada por Lei.

O mês de fevereiro de 1969 não noticiou nada além de diferente do que foi veiculado em janeiro. Na edição do dia 1º, o jornal novamente estampa uma grande manchete: "A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil", a mesma presente na edição de 25 de janeiro do mesmo ano. Ainda na edição de 1º de fevereiro de 1969, uma matéria fala sobre a eleição indireta para prefeitos, sob o título de "PREFEITOS: Nem contratados, nem eleitos, mas escolhidos por juntas". Também tem destaque o pronunciamento do Deputado Federal Zany Gonzaga em relação à criação do AI-5. Um trecho do texto diz que "definindo a posição do Governo e do Estado, e da Arena catarinense fez pronunciamento à Assembleia Legislativa, dizendo da solidariedade ao Presidente Costa e Silva".

Em 8 de fevereiro, o jornal continua falando sobre a cassação e anulação dos mandatos de mais 34 políticos, depois de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, presidida pelo Presidente Arthur da Costa e Silva no Palácio do Rio Negro, em Petrópolis.

A edição de 15 de fevereiro começa com a manchete: "Costa e Silva afirma que o processo punitivo cessará agora". O texto fala que "o processo de cassação de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos" reiniciado com o AI-5 não será encerrado e os órgãos de investigação do Governo Federal examinam novos casos.

Ainda nessa edição, uma coluna chamada "Política" aborda vários temas de abrangência nacional com relação regional. Uma nota em especial chama a atenção. "Em seu último pronunciamento ao povo de União da Vitória, o ex-Prefeito Domício Scaramella disse, taxativamente: "Queira Deus que o Ato Institucional nº 5 chegue ao Paraná, o mais breve possível". Fique tranquilo, ex-prefeito, virá e valendo. Os corruptos devem ser punidos, e serão, pois a Revolução é irreversível". Nessa mesma coluna, fala-se que o vereador Ilceu Paulo Gaetner será expulso do MDB de União da Vitória e que o partido não teve chances na composição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de União da Vitória.

A manchete de capa do dia 22 de fevereiro também é contundente. Nessa mesma edição, uma matéria fala que o CSN poderá se reunir no dia 27, para discutir novas cassações e analisar processos sobre enriquecimento ilícito de empresas.

Percebe-se que a linha editorial do mês de fevereiro aborda a ditadura militar sob o aspecto de que tudo o que está acontecendo politicamente no país é bom. Em nenhum momento durante a análise dos textos foi identificada alguma crítica ao sistema vigente.

Figura 5 - Jornal 'O Comércio', 22 de fevereiro de 1969

Recesso atingirá tôdas Assembléias

Rio, 20 (Meridional — JOC) — Dois fatores reforçam, na área política, as preocupações diante da possibilidade de suspensão do recesso do Congresso Nacional, provavelmente, inexistindo uma diretriz para o setor político convencional situacionista, os prováveis sintomas de distanciamento do País da fase de equilíbrio institucional, assumem certa autonomia, transformando-se numa realidade específica, em fase da qual se reconstituem as apreensões.

Diante dessas duas fatores (ampliação do recesso das Assembléias e a exposição de motivos do General Jaime Portela ao Presidente Costa e Silva), a próxima reunião do Conselho de Segurança Nacional, provavelmente, na primeira semana do mês de março, torna-se um dado secundário, mesmo sabendo-se que serão, ainda, volumosas as cassações na área federal.

Já se aceita que tôdas as Assembléias Legislativas entrarão em recesso, através de um próximo ato do Governo. A razão política apresentada consiste em que não é concebível a paralisação das atividades do Congresso Nacional até depois de março próximo, enquanto as Assembléias Legislativas voltariam a funcionar.

Além desse aspecto político, o Governo apresentaria uma série de razões éticas para suspender o funcionamento de todos os Poderes Legislativos regionais. A nenhum político escapa que, objetivamente, está sendo traçado o ponto de partida para um possível desdobramento de medidas mais restritivas ao exercício do poder político regional representado pelos governadores de Estado.

Atmosfera negativa

Com a ampliação do recesso nas áreas estaduais, as lideranças políticas se encontram diante de novos elementos tendentes a gerar uma atmosfera negativa à pretensão de retomada do processo político, no sentido de que ela está limitada na medida em que o Congresso não está funcionando.

Outro fator de preocupação está representado pela exposição de motivos do General Jaime Portela ao Presidente Costa e Silva, gerando a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar.

Razões

do operoso Presidente Pedro Longo. «O Comércio» congratula-se com a Diretoria do Hospital São Braz

Fundador: Hermínio Mills — Diretor: João Carlos Côas — Redator: Ivo Dolinski
Pôrto União (S.C.) — 22 de fevereiro de 1969 — União da Vitória (PR)
Número 1003 — Gerente: Orlando Mills — Ano XXXVIII

Hospital São Braz recebeu Aparelho de Raios-X

dência Social) de União da Vitória. O aparelho foi entregue pelo Sr. Hiran Guimarães, Secretário de Trabalho e Assistência Social, o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, governador

Este valioso aquisição do Hospital de Caridade São Braz, é inegavelmente o resultado posi-

Fonte: Acervo digital Normal 'O Comércio'

A primeira edição do mês de março de 1969 destaca a criação do Ato Institucional nº 7, que suspende a realização de eleições para cargos do "Legislativo da União e do Executivo, dos Estados, dos Territórios e dos

Municípios". Fala ainda sobre a remuneração dos deputados estaduais, veta a ajuda de custo quando "houver convocação extraordinária das Assembleias, no intervalo das sessões legislativas e as Câmaras Municipais não poderão realizar mais de três sessões extraordinárias, mensais, remuneradas". O Ato ainda impõe que haverá intervenção federal caso o Prefeito e o vice-prefeito sejam impedidos de exercer o cargo, inclusive em caso de morte. Uma semana depois, o Presidente Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 8, que implanta a reforma agrária no país. Tal fato ganhou manchete na primeira página do jornal 'O Comércio'. A matéria diz que "as desapropriações serão feitas por via administrativa, cabendo à Justiça apenas apreciar recursos quanto ao valor das indenizações, fixadas segundo critérios determinados pelo Governo". Nessa mesma edição, fala-se de novas cassações que poderão acontecer durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional, que aconteceria no dia 13 de março de 1969. Destaco o trecho do texto em que o porta-voz do Palácio do Planalto informa que "a reunião da próxima semana não será a última para aplicação de punições com base no Ato Institucional nº 5".

A notícia de capa da edição de 15 de março é sobre uma nova lista com 96 políticos que podem ser cassados, nos termos do AI-5, como fala o texto. Segundo a matéria, o Governo deixou de sobreaviso o Conselho de Segurança Nacional sobre a convocação de novas reuniões "para a apreciação de novos processos da mesma natureza, sem limitação das áreas de incidência das sanções revolucionárias".

A manchete de capa em 22 de março dá ênfase à notícia de que o Presidente Costa e Silva, entre os dias 24 e 27, iria transformar Curitiba na capital federal do país. Na capital paranaense, o Marechal foi homenageado pelo reitor da UFP (UFPR, como era conhecida à época) e recebeu da instituição de ensino o título de "doutor honoris causa". Ainda no Paraná, inaugurou o tronco Sul, que fazia parte do Plano Nacional de Telecomunicações e a BR-277, que liga Foz do Iguaçu a Paranaguá. No dia 27, transferiu a capital do país para Florianópolis. No estado catarinense, inaugurou a rede de abastecimento da cidade de Joinville e o Hospital São José. Outra notícia de grande destaque foi em relação às comemorações do quinto aniversário da "Revolução Democrática de 64". O texto fala que o 5º Batalhão de Engenharia e Combate, situado em Porto União/SC, ia organizar uma grande festa para saudar a data.

Figura 6 - Jornal 'O Comércio', 27 de março de 1969

Em nossas cidades:

Revolução Democrática será comemorada

31 de março, todos unidos, comemorará o 5º aniversário da Redenção da Revolução.

Diá 31 do corrente assinalará a passagem do 5º aniversário da Revolução Democrática de 1964. A exemplo do que ocorre todos os anos, o glorioso Exército brasileiro, representado em Pôrto União da Vitória pelo 5º Batalhão de Engenharia de Combate, levará a cabo um vasto programa comemorativo ao acontecimento, neste ano, certamente com um significado muito maior, pois a Revolução caminha agora celeremente, rumo à consolidação dos seus propósitos, que visam, primordialmente, à restituição de um sistema político capaz de dar ao país o verdadeiro rumo de uma grande Nação Democrática, e assegurar a todos os brasileiros uma vida digna.

O Comando do 5º Batalhão de Engenharia de Combate, através de seus braços oficiais, prepara cuidadosamente o expressivo programa que assinalará a passagem de mais um aniversário do Movimento de 31 de março de 1964, heróicamente comandado pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que numa investida digna dos maiores encónios, destituiu do poder aqueles que, ao invés de impulsionarem o progresso, o estavam enterrando, implantando na querida terra de Santa Cruz a ideologia comunista.

As comemorações de 31 de março, preparadas e executadas pelo 5º BE, terão por objetivo reavivar em cada brasileiro de nossas cidades, a chama do patriotismo democrático tão bem expresso pelos altos propósitos da Revolução Democrática, hoje, como frisamos há pouco, caminhando celeremente rumo à sua concretização, pois eis que a partir de 13 de dezembro de 1968, através de Ato Institucional firmado pelo Marechal Arthur da Costa e Silva, houve heróica retomada dos objetivos primordiais do Movimento Democrático, ainda hoje em pleno desenvolvimento, oferecendo a todos os brasileiros confiança no futuro deste país que é um Continente.

Em nossas cidades, como em todo o Brasil, não há quem não vibre com os heróicos atos do Movimento de 31 de março, e que visam à limpeza geral dos corpos corruptos e subversivos, especialmente os ligados às áreas políticas, eliminando os elementos que se profissionalizam na política, nada fazendo em favor do progresso da Pátria.

E numa demonstração de agradecimento e contentamento pelos atos do atual Governo, é que todos os brasileiros, a

31 de março, todos unidos, comemorará o 5º aniversário da Redenção da Revolução.

EMPRESAS REUNIDAS LTDA.
Rua Carlos Speranza, 23 — Caixa Postal, 269 — Fones: 153 — 225 e 322
CAÇADOR — SANTA CATARINA
Praça Senador Corrêa, 71 — Fone, 4-2941 — Curitiba Paraná

Ónibus c/ saída da Rodoviária de Pôrto União:
06,30 horas Curitiba, Mafra e Canoinhas
07,00 horas Caçador, Matos Costa
13,00 horas (direto) Caçador, Videla, Tangará
15,30 horas Caçador
18,30 horas direto, noturno, Curitiba
06,00 horas: Palmas, R. Torcido, Clevelândia, P. Branco e Fco Beltrão
08,00 horas: Palmas, R. Torcido, Clevelândia, P. Branco
11,00 horas: P. Vitória
13,00 horas: dias impares: direto a Fco Beltrão
15,30 horas: Palmas, R. Torcido, Clevelândia e P. Branco
18,00 horas: P. Vitória e Blairuna
18,00 horas: Palmas
16,30 horas: P. Vitória e Salto Grande do Iguaçu.

Prefeitura Municipal de Pôrto União
Portaria de 1º de março de 1969
Dr. Victor Buch Filho, Prefeito Municipal de Pôrto União, de acordo com o art. 94, § 2º, da Lei Nº 334, de 27 de setembro de 1961 resolve: Designar **Alceu Oliveira**, para substituir por **Ivan José Buch**, ocupante do cargo de Contínuo padrão «R», do Quadro Único do Município, durante as férias de 15 dias, concedida ao mesmo, durante o período de 14 de fevereiro a 1º de março do c/ ano. Prefeitura Municipal de Pôrto União, 1º de março de 1969.

Fonte: Acervo digital Jornal 'O Comércio'

Na edição de 29 de março, o texto de destaque da capa é uma espécie de agradecimento e exaltação ao Presidente Costa e Silva ter transformado Curitiba e Florianópolis em capitais federais, entre os dias 24 até 27 de março. Novamente o jornal menciona a comemoração em alusão ao 5º ano da "Revolução Democrática de 64" e qual seria a programação para o evento. Já a coluna opinativa de Ari Millis, sobre a "Revolução Democrática", merece destaque.

Ao fim do terceiro mês em que o Brasil vivia sob a intransigência do AI-5, o jornal 'O Comércio' já cita os novos atos e novamente não explica o que significa o AI-5 e nem os seus desdobramentos. Ao analisar as notícias do mês de março, fica mais evidente que o jornal não quis abordar discussões mais profundas sobre o AI-5.

A primeira edição do mês de abril (05) continua falando da instalação do Governo Federal em Santa Catarina, das comemorações de 5 anos da "Revolução Democrática de 64" e sobre a inauguração da primeira linha do Tronco Sul, entre Porto Alegre e Curitiba.

No dia 12 de abril, o jornal dá destaque, ainda, à passagem do Presidente Costa e Silva por Santa Catarina, e às comemorações do 5º aniversário da 'Revolução Democrática de 1964'. Um grande texto, replicado do jornal do Exército do dia 13 de março de 1969, fala do posicionamento da instituição em face dos "problemas nacionais".

Em 19 de abril, dois textos têm relação com a ditadura vigente: "Ítalo faz palestra sobre segurança e assistência social" e "Dedicar-se ao futuro é viver com razão". Na primeira matéria, o General Ítalo Conti e Secretário do Trabalho e Assistência Social, fez uma palestra aos policiais militares do Paraná, que participaram do curso de segurança interna. Já o segundo texto é uma coluna de Joaquim José Freire Lagreca e discurs-

sa sobre o "progresso é grande meta dos povos e só é possível alcançá-lo com ordem e tranqüilidade".

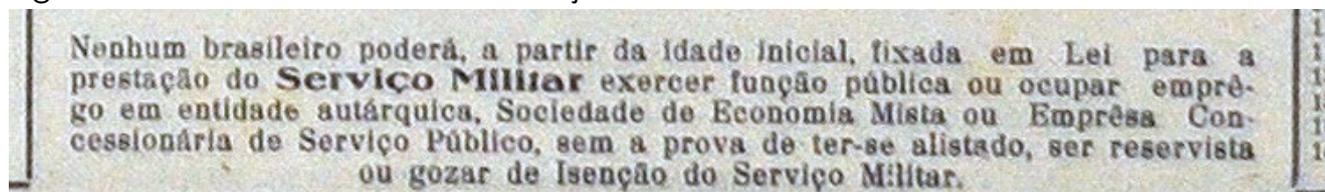
Em 26 de abril de 1969, última edição do jornal naquele mês, a manchete dá destaque à notícia de que o Presidente Costa e Silva ia dedicar boa parte do seu domingo e da segunda-feira para preparar nova reunião do Conselho de Segurança Nacional, quando novos processos de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos seriam analisados.

O mês de abril também não contém nenhum conteúdo relativo à instauração do AI-5. Nesse mês, fica evidente de que as publicações continuam elogiando a vinda do General Costa e Silva para o Paraná e Santa Catarina, que aconteceu em março de 1969.

Durante o mês de maio, foram encontrados apenas dois textos relativos ao regime então vigente, um no dia 24 e o outro no dia 31. A matéria do dia 23 é a transcrição de uma matéria de setembro de 1967, que fala sobre a importância do Exército Brasileiro. Já o texto do dia 31 é um artigo opinativo em relação à "Revolução Democrática de 64" e afirmando que ela é um ato que "não haverá ninguém, neste país, que deixará de reconhecer o fundamento das medidas revolucionárias, que visam a combater duas maiores chagas que ameaçam o organismo democrático do Brasil: a corrupção e subversão".

A primeira notícia do mês de junho que se refere ao então Presidente Costa e Silva é de que ele recebeu o título de cidadão honorário de União da Vitória. O projeto foi proposto pelo vereador Waldemiro Daniel Cordeiro, do MDB, e foi aprovado por unanimidade. O vereador, mesmo sendo da oposição, justificou perante "os grandes benefícios que o Governo do Presidente Costa e Silva vem prestando à comunidade brasileira". No mesmo mês, o General Ítalo Conti esteve em União da Vitória. O Secretário do Trabalho e Assistência Social participou de uma sessão na Câmara de Vereadores de União da Vitória, que contou com a presença do Prefeito Tancredo Benghi, prefeitos da cidade de Paula Freitas e Paulo Frontin, além de vereadores e o presidente da Associação Comercial e Industrial de União da Vitória. Nesse encontro, foram criadas as comissões para organizar os diretórios do partido governista. É interessante dar destaque ao seguinte comunicado:

Figura 7: Jornal "O Comércio", 2 de junho de 1969



Fonte: Acervo digital Jornal 'O Comércio'

Em 28 de junho de 1969, última edição do mês, o jornal dá destaque a uma notícia importante: a reabertura do Congresso Nacional em agosto de 1969. E nessa mesma edição, o jornal informa que o Presidente Costa e Silva ia convocar nova reunião para o dia 1º de julho, a fim de julgar novos processos de cassação.

O mês de julho aborda um tema importante relativo às sanções impostas pelo o AI-5: o fechamento do Congresso Nacional. Porém, o jornal apenas fala da reabertura do Congresso. Novamente, poderia ter explicado o porquê da reabertura e o fechamento dele, com a criação do AI-5.

Em 1º de julho, na coluna 'Fatos em Foco', a notícia é de que o Ministro do Trabalho e Previdência, Jarbas Passarinho, poderia ir a União da Vitória para inaugurar obras, entre elas a nova agência do INPS e novo prédio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de União da Vitória. Nesse mês, é noticiado que o MDB de União da Vitória não conseguiu filiar o número mínimo de eleitores conforme exigido no Ato Complementar nº 54. Já a Arena conseguiu filiar eleitores além do exigido.

O mês de agosto de 69 foi marcado pela criação do Ato Institucional nº 11, que falava sobre as eleições para prefeitos e vereadores que ocorreriam no dia 30 de novembro de 1969. Nesse mês, o jornal deu bastante ênfase à promulgação desse ato, visto que os dois únicos partidos da época, a Arena (pró- Governo militar) e MDB (oposicionista ao regime), estavam organizando os diretórios em várias cidades da região para o pleito de novembro. O jornal também destacou a comemoração da Semana da Pátria, que seria realizada no mês de setembro de 1969, e afirma que esse evento é importante para a sociedade.

Em agosto de 1969, mais um ato foi criado no governo do General Costa e Silva. E, novamente, é possível evidenciar que o AI-5 não foi abordado nas páginas do jornal 'O Comércio' por algum motivo de força maior, já que o AI-11 aparece com destaque nas páginas do jornal.

Em setembro, a situação de saúde do presidente Costa e Silva começa a piorar. Por conta disso, ele se afasta da presidência e do comando do país. A fim de passar o seu cargo para os Ministros da Marinha de Guerra, de Exército e da Aeronáutica, o General Costa e Silva criou o AI-12, que passava as funções exercidas pelo presidente aos comandantes já citados. O afastamento foi amplamente comentado pelo jornal na edição do dia 6 de setembro, com direito a manchete e até mesmo o boletim médico do presidente. O jornal ainda falou sobre o sequestro do Embaixador Americano, em uma pequena nota, e também sobre as cassações.

Setembro de 1969 foi marcado pelo início da queda de um dos Generais que mais contribuiu para o endurecimento da Ditadura Militar brasileira. Por conta do estado de saúde, Costa e Silva não voltaria mais ao

comando do país. O jornal 'O Comércio' retratou a criação de mais um ato institucional, o 12º. E, ainda naquele mês, o sequestro do Embaixador Americano, que virou destaque mundial, foi retratado apenas com uma pequena nota. Tal prática do jornalismo impresso denota que:

A distinção entre a nota, a notícia e a reportagem está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais freqüente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade (MARQUES DE MELO, 2003, p.66).

O mês de outubro é marcado pela escolha de Emilio Garrastazu Médici para substituir Costa e Silva na presidência. O jornal 'O Comércio' dá amplo destaque ao assunto durante esse mês e já na primeira edição de outubro a manchete de que "Garrastazu Médici assume a presidência no dia 15 de novembro". A reabertura do Congresso Nacional também repercutiu nas páginas do jornal. Na última edição do corrente mês, a matéria intitulada "Encerrado recesso do Congresso para a eleição do novo Presidente", fala do pleito que iria acontecer no dia 15 de novembro de 1969. Nessas eleições, novos prefeitos, vice-prefeitos e presidente seriam escolhidos. Durante esse mês, o jornal também deu destaque aos partidos Arena e MDB e à organização deles, para o pleito de novembro de 1969.

Novembro de 1969 foi um mês em que não foram encontradas muitas notícias relacionadas à política federal. A posse de Médici foi divulgada pelo jornal, bem como o assunto já tinha sido abordado durante o mês de outubro de 1969.

Dezembro de 1969, o último mês do ano que foi analisado neste estudo, possui apenas três edições. A primeira do mês, em 6 de dezembro, faz uma menção ao 25º aniversário da chegada Militares da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, em terras europeias. E, na edição de 13 de dezembro de 1969, exatamente um ano após a criação do AI-5, nenhum fato sobre o assunto é mencionado. A única notícia de cunho político dessa edição é de que o então presidente convocaria o seu Ministério para uma reunião que seria realizada no dia 17 de dezembro. Já a última

edição fala da morte do ex-presidente Costa e Silva em decorrência de um derrame. Em uma nota, está escrito que o governo de Costa e Silva foi 'justo e humano'.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de 53 edições do jornal O Comércio, de União da Vitória, veiculadas entre 14 de dezembro de 1968 até 25 de dezembro de 1969, revelaram que o jornal não expõe de maneira clara a sua opinião sobre a criação do Ato Institucional nº 5. Não há nenhuma matéria que explique o que é o Ato Institucional em si, por qual motivo foi instaurado e nenhuma matéria questionando a Lei que endureceu a ditadura militar no Brasil. Segundo Nonato (2016, p. 6), vale lembrar que a Junta Militar que passou a governar o país com a saída do General Costa e Silva do Poder reformulou a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, restabelecendo a censura, inaugurando os piores tempos para os profissionais da imprensa.

Porém vemos em grandes jornais como Folha de São Paulo, O Globo etc, o tom contestatório em relação à política estabelecida de controle total de tudo o que era publicado. E essa postura não está presente no jornal O Comércio. Grande parte das matérias vêm de agências de notícias, inclusive as que pertencem a esse grupo são creditadas, logo no começo do texto, prática usual no jornalismo brasileiro. É possível perceber a opinião do jornal em textos de colunas assinadas por profissionais do periódico. É nesses casos que o jornal exalta o período político que o país estava vivendo. A sensação que é passada ao público leitor é de que o país estaria em ótimas mãos, as únicas capazes de construir um país correto, livre da corrupção e dos subversivos, como é tão falado nos textos analisados. Também não foi percebido no jornal nenhuma notícia de práticas do governo militar que foram legitimadas em nome da Lei de Segurança Nacional. Nesse caso, incluem-se a prática de tortura, prisões e até morte de pessoas que eram contrários ao sistema político vigente.

À época, o jornal O Comércio era um importante veículo de comunicação para União da Vitória, visto que a televisão, além de ser um artigo caro, estava-se estruturando. O tronco sul fora inaugurado em 1969, começaria a ser implantado o sinal por micro-ondas na região sul do país. E quem tinha acesso à televisão, deparava-se com uma programação calcada no entretenimento. O Jornal Nacional, por exemplo, teve a sua primeira edição exibida apenas no mês de setembro de 1969. Sabemos que muitos fatos, que desenhariam os próximos anos da ditadura, já tinham acontecido.

O AI-5, quando criado, foi anunciado pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva, em cadeia de rádio e televisão. Ou seja: muitas pessoas ouviram

que o ato foi criado. Porém essa notícia não foi veiculada no jornal 'O Comércio'.

Esse assunto mereceria um estudo mais aprofundado de tais questões que tangiam a política interna do jornal 'O Comércio', o que não é contemplado no presente trabalho. Mas fica o questionamento acerca de evidências de que, por algum motivo, o AI-5 não foi abordado nas páginas do jornal, de forma que o tema fosse esclarecido ao público leitor.

5 REFERÊNCIAS

COIMBRA, C. M. B. **Doutrinas de segurança nacional:** banalizando a violência. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

D'ARAUJO, M. C. **Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção.** In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006. Caxambu. *Anais Eletrônicos...* Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cfa21/103.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

FICO, C. **O golpe de 64:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, nº 47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003>. Acesso em: 12 fev. 2016.

GENTILLI, V. **O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão:** "milagre econômico", repressão e censura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, vol. 1, nº 2, p. 87-99, 2º sem. de 2004. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/viewFile/5963/5432>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NONATO, Cláudia. **A censura imposta pela violência:** agressão, ameaça e morte de jornalistas. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo – SP, 2016. São Paulo. **Anais Eletrônicos.** Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0525-1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SERBIN, K. P. **Diálogos na sobra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**; tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SINGER, H. **Quando o "diálogo" é a violência**. Educ. Soc., Campinas, v. 22, nº 77, p. 281-287, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SODRÉ, N. W. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

VALLE, M. R. **As representações da violência nos episódios estudantis de 1968**. Revista Mediações, Londrina, vol. 13, nº 1-2, p. 34-53, jan/jun/ e jul/dez/2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/3143/2649>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

6 BIBLIOGRAFIA

- a) Jornal 'O Comércio' - Dezembro de 1968 a dezembro de 1969.
- b) 'Folha de S.Paulo' - 14 de dezembro de 1968 - Ano XLVIII - Número 14.426
- c) 'Jornal do Brasil' - 14 de dezembro de 1968 - Ano LXXVIII - Número 213
- d) 'O Globo' - 14 de dezembro de 1968 - Ano XLIV - Número 13.070

O feminismo abordado pelos *youtubers*: uma análise dos vídeos de Jout Jout

Aline Graef²²

Resumo

Este artigo apresenta uma análise de como atuam os influenciadores digitais que utilizam o *Youtube* e outras plataformas de redes sociais, para disseminar conteúdos sobre feminismo, gerando novos níveis de conversa e a ampliação da discussão sobre esse assunto. A pesquisa busca apresentar o cenário atual desses influenciadores digitais e suas principais ferramentas e técnicas para agregar tantos telespectadores e como a geração de conteúdo para o *Youtube* mudou a forma de fazer mídia. Um dos principais aparatos para o desenvolvimento deste artigo é a utilização da pesquisa bibliográfica para entender as mudanças comunicacionais com o crescimento da internet e como os produtores de conteúdo atuam e passam a ser influenciadores de opinião. Para entender especificamente sobre o feminismo abordado pelos *youtubers*, realizou-se uma análise de conteúdo de vídeos criados e divulgados na plataforma *Youtube*, pela jornalista Júlia Tolezano, que possui o canal Jout Jout Prazer.

Palavras-chave: Internet. Feminismo. *Youtube*. *Youtubers*. Jout Jout.

²² Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda; Especialista em Gestão e Produção Criativa em Comunicação, pelo Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV. Email: alinegraef92@gmail.com

The feminism addressed by youtubers: An analysis of Jout Jout's videos

Aline Graef

Abstract

This article presents an analysis of how digital influencers that use YouTube and other social networking platforms act to disseminate content about feminism, generating new levels of conversation and broadening the discussion about this subject. The research seeks to present the current scenario of these digital influencers and their main tools and techniques to aggregate so many viewers and how the generation of content for Youtube has changed the way of making media. One of the main tools for the development of this article is the use of bibliographic research to understand the communication changes with the growth of the internet and how the producers of content act and become influencers of opinion. To specifically understand the feminism addressed by youtubers, a content analysis of videos created and released on the Youtube platform was conducted by journalist Júlia Tolezano, who owns the Jout Jout Prazer channel.

Keywords: Internet. Feminism. YouTube. Youtubers. Jout Jout.

1 INTRODUÇÃO

Anéis em quase todos os dedos, cabelos cacheados naturais e muito humor. Prazer, essa é Jout Jout, proprietária e criadora do canal Jout Jout Prazer no *Youtube*. Julia Tolezano é uma jornalista carioca, criadora de conteúdo para o *Youtube* e agora também escritora, que ficou famosa na internet, não por impor o seu engajamento com causas feministas e de empoderamento feminino, mas mostrando com humor e sem palavras difíceis o que é o movimento, o que ele defende e por que é tão importante essa discussão. A partir da seleção de vídeos para a análise, a pesquisa possui cunho qualitativo, no qual se realiza a análise de conteúdo com ênfase na narrativa, nas temáticas e linguagens da personagem. A empresa Google, proprietária da plataforma *Youtube*, define Jout Jout em seu produto *Think With Google*, como:

Seu jeito leve, aberto e inclusivo cativou milhares de pessoas que passaram a ouvir suas opiniões e pensar a respeito de assuntos complexos como relacionamentos abusivos, liberdade sexual e racismo. A naturalidade com que “destabiliza”²³ esses e outros assuntos polêmicos fez Jout Jout se tornar uma das vozes mais fortes do atual movimento de empoderação feminina, dentro e fora do YouTube.

Fazendo uma mistura entre entretenimento, caráter informativo, persuasão e conversa informal, a *youtuber* está cada vez mais próxima de seus espectadores, os quais ela identifica como ‘família Jout Jout’. Hoje são mais de 220 vídeos publicados, dois vídeos postados por semana e mais de 1.000.000 de inscritos em seu canal. Entre os seus vídeos mais famosos, está o de título “Não tira o batom vermelho”, assistido por mais de 2.400.000 vezes e que iniciou as principais discussões sobre o tema feminismo na plataforma *Youtube*, desde que foi postado em fevereiro de 2015.

Sites de redes sociais são vetores importantes quando se trata das mudanças na comunicação em diversos setores, entre eles organizacional, cultural e social. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) estão influenciando o comportamento do público, fazendo com que a repercussão e visibilidade dos acontecimentos e discussões tomem uma amplitude muito maior do que qualquer outra mídia. A internet, como principal exemplo disso, detém grande parte da audiência e consumo

²³ Que se refere ao ato de tirar o tabu de algum assunto.

de conteúdo, no qual os usuários têm acesso na hora que quiserem, sem depender de uma programação determinada por uma corporação, como é o caso de emissoras de televisão e rádio.

Na Internet, a plataforma de compartilhamento de vídeos digitais, *Youtube*, é uma mídia que atua como ferramenta de disseminação de conteúdo. Para os usuários, a plataforma fornece o acesso à cultura, nos mais diversos níveis. Ou seja, você faz a busca do que quer assistir e pode se deparar com temas totalmente de entretenimento até discussões sociais, políticas e culturais relevantes para a sociedade.

No *Youtube* existem os *youtubers*, usuários que possuem uma conta na plataforma e geram conteúdo para seus canais. Em muitos dos casos, esses personagens fazem vídeos que convencem e influenciam seus pares e seguidores com suas opiniões, experiências e vivências. Não apenas por diversão, muitos dos *youtubers* vivem disso, e sua principal fonte de renda é gerada pelos acessos em seus vídeos no canal.

Uma discussão que está muito em pauta na internet e influenciando significativamente as consideradas mídias tradicionais, que sempre atuaram na produção de conteúdo e publicitária, é: quem são os *vloggers* e *youtubers*, e como estão mudando a forma de produzir conteúdo, tornando-se grandes influenciadores, que surgiram no meio digital e que estão abrindo novas discussões fora da internet? A popularidade desses influenciadores tem crescido a cada dia, resultado do trabalho de divulgação para agregar cada vez mais fãs a suas bases de inscritos. Segundo Recuero (2009, p.111):

A popularidade é um valor relacionado à audiência, que é também facilitada nas redes sociais na Internet. Como a audiência é mais facilmente medida na rede, é possível visualizar as conexões e as referências a um indivíduo, a popularidade é mais facilmente percebida. Trata-se de um valor relativo à posição de um ator dentro de sua rede social. Um nó mais centralizado na rede é mais popular, porque há mais pessoas conectadas a ele e, por conseguinte, esse nó poderá ter uma capacidade de influência mais forte que outros nós na mesma rede.

O tema desta pesquisa aborda o conteúdo gerado pelos influenciadores do *Youtube*, e neste caso, uma análise do canal Jout Jout Prazer, que utiliza a plataforma como meio de comunicação para apresentar o tema feminismo, fazendo análises e ampliando discussões do movimento social, empoderamento da mulher na sociedade, igualdade de direitos, contracultura do estupro, relacionamentos abusivos e outros temas que são apresentados de forma diferenciada.

É importante frisar que a temática dos vídeos de Jout Jout não é apenas o feminismo, mas foi a partir de um vídeo com essa abordagem que a *youtuber* tornou-se conhecida na rede e assumiu o papel de influenciadora digital. A partir de então, passou também a adicionar em sua pauta de produção de conteúdo, vídeos com o tema.

2 YOUTUBERS: UMA NOVA FORMA DE COMUNICAR

Muito mais do que uma câmera na mão e uma ideia na cabeça, ser *youtuber*, atualmente, tornou-se profissão para os geradores de conteúdo que utilizam a plataforma *Youtube* para publicar seus vídeos na internet. Esse trabalho é desenvolvido minuciosamente com técnicas visuais, roteiros e grandes produções, de forma diferenciada, mas sem deixar a desejar, comparado à mídia tradicional de produção de vídeo.

Não faltam espectadores para consumir esse conteúdo, tendo em vista que, segundo estatísticas da própria plataforma, “O *YouTube* tem mais de um bilhão de usuários, quase um terço dos usuários da Internet e, a cada dia, as pessoas assistem a milhões de horas de vídeos no *YouTube* e geram bilhões de visualizações”. (*Youtube, Online*).

A ideia inicial do *Youtube* era disponibilizar uma plataforma que permitisse o *upload* de vídeos pelos inscritos e exibição para o público em geral. Como qualquer site da internet, a monetização vem a partir de anúncios exibidos na interface, e eles perceberam nos criadores de conteúdo uma nova forma de atrair cada vez mais usuários a consumirem o seu produto. O principal diferencial desses telespectadores é a fidelidade. A cada notificação de que um novo vídeo foi publicado em um canal que a pessoa é inscrita, e a curiosidade em saber que há conteúdo novo para ser consumido, esse clique garante uma nova visualização e o crescimento constante da audiência. Segundo Burgees e Green (2009, p.21):

[...] o *YouTube* na realidade não está no negócio de vídeo – seu negócio é, mais precisamente, a disponibilização de uma plataforma conveniente e funcional para o compartilhamento de vídeos *on-line*: os usuários (alguns deles parceiros de conteúdo *premium*) fornecem o conteúdo que, por sua vez, atrai novos participantes e novas audiências.

Dessa forma, a própria plataforma enxergou uma maneira de garantir o acesso constante e fiel dos usuários, por isso começou a investir fortemente nesses criadores de conteúdo. Hoje, o *Youtube*, além de bonificar financeiramente os donos dos canais com grandes acessos, pos-

sui o “Centro de Criação”, no qual garante todo o suporte a eles, com dicas, palestras, cursos, programas de benefícios e prêmios, além de disponibilizar, para esses usuários ‘premium’, o ‘*Youtube Space*’, uma estrutura destinada a esses talentos e que no Brasil fica em São Paulo – SP, em parceria com o Instituto Criar, utilizado inclusive pelo canal analisado (*Youtube, Online*).

A equipe do *YouTube Space* ajuda os criadores de conteúdo por meio de programas e oficinas estratégicas administrados nas instalações de produção do *YouTube Space* [...] Desde março de 2015, os criadores de conteúdo que filmaram nos *YouTube Space* produziram mais de 10.000 vídeos, gerando 1 bilhão de visualizações e mais de 70 milhões de horas de exibição.

O *Youtube* disponibiliza, também, a esses influenciadores digitais que utilizam a plataforma deles a ‘Escola de Criadores de Conteúdo’, que, a partir de dicas, ensina como fazer vídeos atrativos para os espectadores, abordando diversos temas, como edição, produção, divulgação, entre outros. Eles oferecem, também, cursos completos de como explorar todas as possibilidades da plataforma, como a otimização do processo criativo e envolvimento com o público.

O crescimento significativo na audiência dos vídeos do *Youtube* e o fenômeno dos *youtubers* famosos chamou a atenção de mais uma classe: os estrategistas de marketing, que descobriram nesse nicho mais uma forma de divulgar produtos, serviços e ampliar o conhecimento das marcas. Os *vloggers*, *bloggers* e *web celebrities* tornaram-se os influenciadores digitais, que, de acordo com os assuntos tratados em seus canais, são extremamente eficientes e oferecem ótimo recursos, de acordo com o perfil da marca, para o crescimento do negócio.

3 O YOUTUBE COMO FERRAMENTA DE DISSEMINAÇÃO DO FEMINISMO E DA CULTURA PARTICIPATIVA

A cultura participativa é uma expressão designada para representar como a sociedade contemporânea, desde o advento da Internet, tem-se mostrado como receptor ativo e cada vez menos como receptor passivo. A produção de conhecimento e disseminação de informações e ideias tem-se tornado cada vez mais uma realidade recorrente. A cultura participativa é o que sustenta a geração de conteúdo realizada e publicada no *Youtube*. Em muitos canais, os telespectadores é que definem os temas que serão abordados nos vídeos, a partir de sugestões,

a pedido do gerador do canal, compartilhadas em suas redes sociais on-line.

Os *youtubers* descobriram na plataforma um jeito de serem ouvidos por um grande número de pessoas. Geralmente, a experiência, como no caso da Jout Jout, começa de forma tímida, sem grandes expectativas, e vai tomando uma proporção muito grande. Em muitos casos, os canais já iniciam a jornada visando um público-alvo específico, focando em assuntos definidos para atrair os 'fãs'. Nesse caso analisado, o feminismo foi, aos poucos, abordado e tornando-se referência, principalmente, entre o público jovem e que tinha pouco contato com o movimento.

O movimento feminista está há anos em pauta de discussões, projetos e formas para tornar suas ideologias cada vez mais conhecidas e acarretar mais pessoas à causa. Muitos estudiosos estiveram à frente de grandes pesquisas com o objetivo de entender e explorar suas causas, a partir de movimentos históricos e fatos. Com a internet, o crescimento dessas discussões acontece de forma muito mais ampla. Segundo Lemos (2009, p.12):

As tecnologias possibilitam um redimensionamento dos novos modos de organização de inúmeros movimentos sociais como, por exemplo, o feminismo. A construção de novas subjetividades na contemporaneidade está ligada ao avanço das tecnologias da comunicação que despontou nos dois séculos passados. Tal acontecimento nos remete a uma série de questões que passam por profundas transformações na atualidade. A contemporaneidade é o lugar onde essas questões como emancipação feminina, mercado de trabalho, orientação sexual modificam antigos painéis sociais.

Em muitos casos, a internet é desmerecida quando resolve abordar um tema importante para a sociedade, como se tratasse de forma rasa, sem grandes referências ou base para ter prioridade para falar sobre tal assunto. Mas, como sempre, a comunicação precisa acompanhar as mudanças sociais, de tal forma que, hoje, seja mais eficiente falar com as pessoas de forma objetiva, a partir de vídeos por exemplo, no qual uma pessoa decide tornar pública sua opinião sobre determinado assunto. Como é o caso da Jout Jout, que, apesar das técnicas jornalísticas, de formação, ela usa em seus vídeos a simplicidade. Segundo Shirky (2011, p.29):

Antes confiávamos em fotojornalistas profissionais para documentar tal evento, mas agora estamos cada vez mais criando uma infraestrutura coletiva e recíproca. O fato de que

aprendemos cada vez mais sobre o mundo através do que estranhos aleatoriamente escolhem tornar público pode ser uma forma insensível de encarar o compartilhamento, mas até mesmo isso tem algum benefício para a humanidade.

A internet e suas ferramentas nos permitiram inúmeras mudanças na forma de fazer comunicação, mas principalmente quando se trata da participação daqueles que antes eram conhecidos apenas como espectadores, que tinham talento e conteúdo de sobra para explorar e impactar pessoas, mas que isso não passava do círculo de amigos, por falta dessas ferramentas. Hoje, a internet, e mais precisamente o *Youtube*, permitem o impacto de inúmeras pessoas com apenas uma câmera, ou um simples *smartphone*, e conexão com a internet. Conforme afirma Shirky (2011, p.61):

Uma mídia flexível, barata e inclusiva nos oferece agora oportunidades de fazer todo tipo de coisas que não fazíamos antes. No mundo da “mídia, éramos como crianças, sentadas quietas a margem de um círculo e consumindo o que quer que os adultos, no centro do círculo, produzissem.

É possível enxergar na cultura da participação a necessidade das pessoas de explorarem novos conteúdos e fazer parte deles. É conseguir enxergar-se no próximo, a tal ponto de querer que outras pessoas do seu círculo social vejam em você o que você vê naquele *Youtuber* que diz o que pensa sobre determinado assunto e é, a partir desse compartilhamento nas mídias sociais, que essa exteriorização do pensamento acontece, como afirma Shirky (2011, p.82): “O fluxo da produção e organização amadoras, longe de se estabilizar, continua a crescer, porque a mídia social recompensa nossos desejos intrínsecos tanto de participação quanto de compartilhamento”.

Ainda na questão da participação coletiva, muito além da ajuda na disseminação do conteúdo a partir dos compartilhamentos, está o envolvimento direto com o conteúdo produzido por esses *youtubers*, os quais buscam, em seus espectadores, entender que tipo de assunto eles querem consumir, de forma estratégica para acarretar mais visualizações para seu canal. De forma objetiva, eles perguntam aos espectadores: “o que eles querem ver nos próximos vídeos”. Independente do objetivo pelo qual eles “ouvem” seus fãs, seja a partir de comentários nos vídeos ou redes sociais, o mais valioso nessa questão é a interação entre o locutor e o receptor. Shirky (2011, p.144) afirma que:

Pode-se obter mais valor da participação voluntária do que jamais foi imaginado, graças ao aperfeiçoamento de nossa habilidade de nos conectarmos uns aos outros e de nossa imaginação do que será possível a partir dessa participação. Estamos saindo de uma era de cegueira induzida por teorias, na qual o compartilhamento do pensamento (e a maioria das interações não mercadológicas) se limitava, de formas mais inerentes do que casuais, a grupos pequenos e fechados.

A comunicação na internet mudou a forma como o tema é disseminado e a cultura participativa tornou o feminismo mais uma pauta a ser analisada entre os internautas, que ampliam a discussão a novos níveis de conversa e exploram o tema de forma casual, apontando situações do cotidiano e realizando o compartilhamento de testemunhos de acontecimentos entre eles. Essas discussões e relatos podem ser vistos nos comentários do canal da Jout Jout Prazer.

4 A INTELIGÊNCIA COLETIVA NA GERAÇÃO DE CONTEÚDO PARA INTERNET

Ainda no parâmetro digital, uma teoria que se aplica ao uso do *Youtube* para ampliar discussões sociais é a inteligência coletiva, criada pelo filósofo francês Pierre Lévy. Segundo ele, a inteligência coletiva trata-se de algo que é distribuído por todos os lugares, são o conhecimento e habilidades individuais que, se estruturados, podem ser utilizados em prol da coletividade. A coletividade, na era da internet, permite uma ampliação de informações e novas formas de acesso, construindo esse compartilhamento de conhecimentos.

Para Lévy, a inteligência coletiva, que deve ser continuamente valorizada, refere-se ao conhecimento explorado por todos e não deve ser restrita a poucos indivíduos. E assim é a internet. Para acessar os conteúdos disponíveis, basta a pessoa possuir um computador ou smartphone e ter a conexão para explorar uma infinidade de temas, isso independentemente da questão geográfica. Segundo Levy (2000, p. 28-29):

É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Acrescentamos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas e hipostasiadas.

O que mais impressiona, também, nessa questão de disseminação de conteúdo e de inteligência coletiva, principalmente na internet, e como isso tem afetado a sociedade, é a questão de velocidade da informação, número de pessoas atingidas e principalmente de onde parte esse conhecimento, como explica Lévy (2000, p. 24-25):

A velocidade: jamais a evolução das ciências e das técnicas foi tão rápida, com tantas consequências diretas sobre a vida cotidiana, o trabalho, os modos de comunicação, a relação com o corpo, com o espaço, etc. [...] A massa: tornou-se impossível reservar o conhecimento, até mesmo seu movimento, a classes de especialistas. É o conjunto do coletivo humano que deve, daqui por diante, se adaptar, aprender e inventar para viver melhor no universo completo e caótico em que passamos a viver.

A teoria da inteligência coletiva pode ser aplicada à forma como é feita a geração de conteúdo para internet hoje. Deixa-se de lado a ideia de que assuntos sociais de grande importância, como feminismo, são de exclusividade de grandes estudiosos ou sociólogos, que discutem esse assunto apenas em eventos ou grupos fechados de estudos sobre tal tema.

Um exemplo claro disso é o vídeo “Não é pra sair”, analisado nesta pesquisa, o qual mostra duas jovens *youtubers* falando com clareza sobre esse assunto, expandindo e elevando a outros níveis a discussão, enquanto tratam do tema feminismo em suas diferentes vertentes e divisões. O principal ponto a ser analisado aqui é a forma como esse conteúdo chega às pessoas, de forma clara e objetiva, com características de humor e emoção, no qual a Nátaly, convidada do vídeo, trata com propriedade sobre o assunto.

No vídeo, é possível observar também a forma roteirizada como ele foi estruturado, dividindo o assunto com introdução do tema a partir da desmistificação, exemplificação de ideias a partir de situações reais, definições gramaticais das diversas formas de feminismo, para que o tema seja tratado da forma correta e, então, com o fechamento do assunto visando ao esclarecimento do público que assiste ao vídeo.

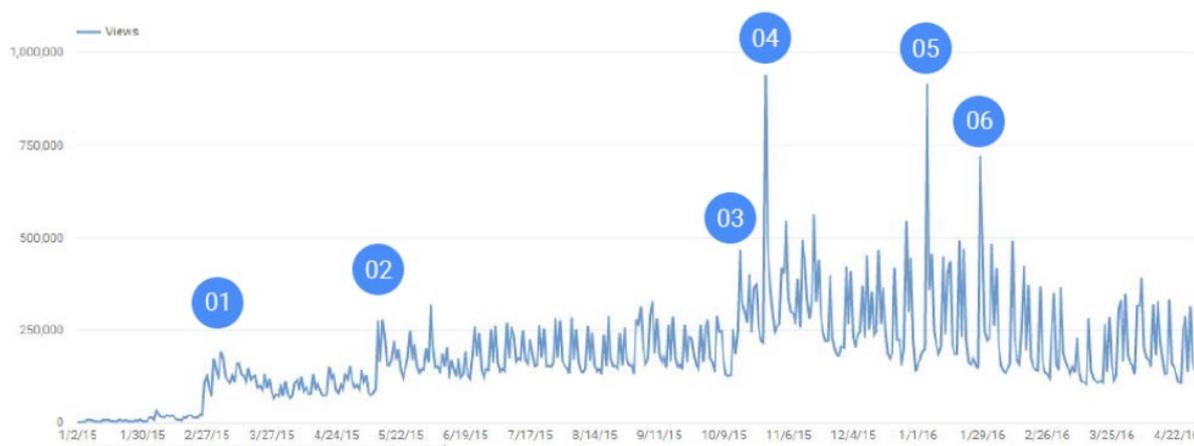
Outra característica que difere a produção de conteúdo para internet de outras mídias é a questão do espectador participativo, que, como foi citado no item de cultura da participação, está presente diretamente no âmbito comunicacional, mostrando o que pensa, o que achou do conteúdo, dando a sua opinião. Isso é exemplificado na análise, na qual é possível observar que, em todos os vídeos, os links para as redes sociais da *youtuber* são apresentados como um canal de conversa com o espectador e, em muitos casos, links para outros sites e canais, garantem a

ampliação do conhecimento, levando sempre a discussão a outros níveis e incentivando a continuidade de interação com o assunto abordado.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS VÍDEOS DO CANAL JOUT JOUT PRAZER

Foram analisados três vídeos como objeto principal de estudo para esta pesquisa, com os seguintes títulos: “Não tira o batom vermelho”²⁴, “Vamos fazer um escândalo”²⁵, “Mulheres também transam”²⁶ e “Não é pra sair”²⁷, em parceria com outra *youtuber* que fala sobre o assunto, Nátaly Neri (Canal Afros e Afins²⁸), todos publicados no canal do *Youtube* Jout Jout Prazer. Nesta pesquisa, define-se que a proprietária do canal, Júlia Tolezano, é uma personagem em suas produções. Os critérios de escolha dos vídeos selecionados foram: abordagem do feminismo no conteúdo e relevância do vídeo na plataforma (grande número de comentários, compartilhamentos e visualizações). Dois dos vídeos escolhidos, segundo o *Google*, são os de maior sucesso no canal. “Seus vídeos de maior sucesso e que mudaram a trajetória do canal são os que mostram justamente sua personalidade única e sua abertura para falar de qualquer tema”:

Gráfico 1 – Número de visualizações crescentes



Fonte: *Think With Google*, 2016.

²⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l-3ocjJTPHg>>. Acesso em: 05/09/2016.

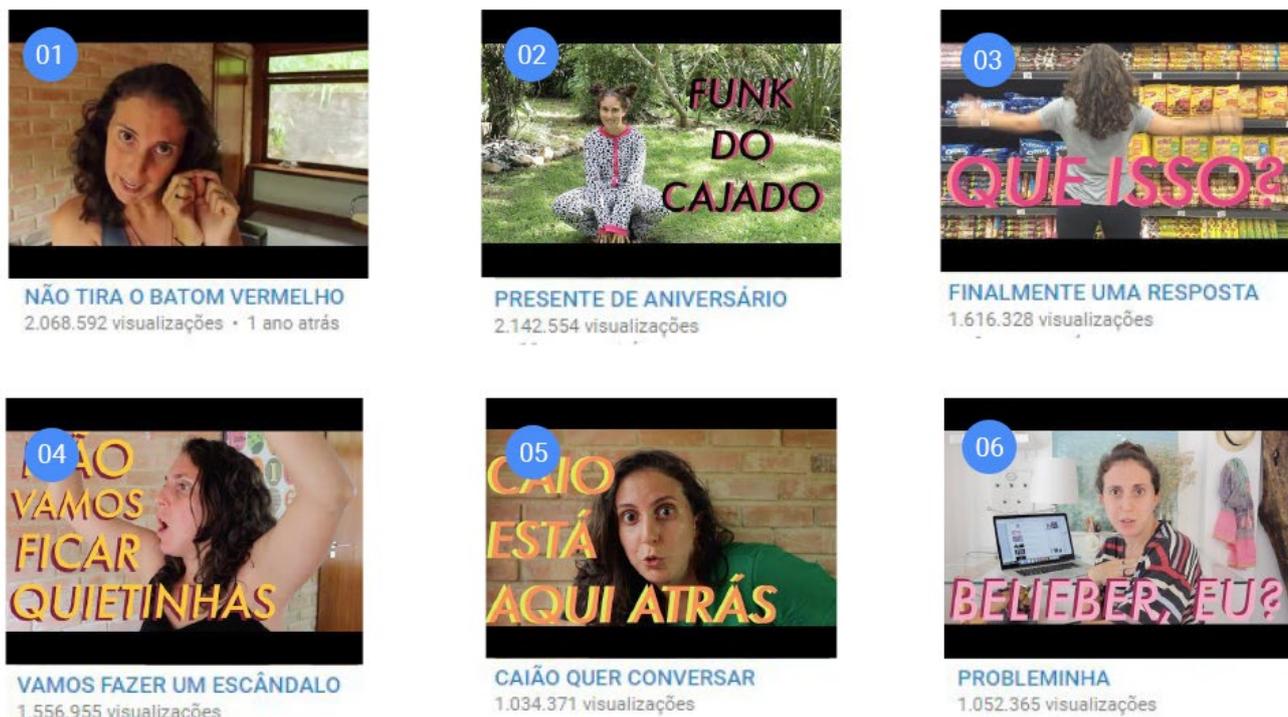
²⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0Maw7ibFhls>>. Acesso em: 05/09/2016.

²⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r9nScgxSntl>>. Acesso em: 05/09/2016.

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uTrLpck3j4>>. Acesso em: 05/09/2016.

²⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMlluoSdkrQg>>. Acesso em 26/11/2016.

Figura 1 - Vídeos com mais visualizações no primeiro dia



Fonte: *Think With Google*, 2016.

Os vídeos tratam principalmente sobre assuntos de empoderamento feminino, assédio e denúncias de situações abusivas que precisam ser discutidas. No vídeo “Não tira o batom vermelho”, publicado em 26 de fevereiro de 2015, Jout Jout trata sobre relacionamentos abusivos, que ela, a partir de experiências e relatos de uma amiga, percebeu a recorrência desse acontecimento. Para aprofundar ainda mais sua pesquisa para a criação do conteúdo, ela ampliou a discussão para um grupo de mulheres na rede social Facebook, na qual perguntou a elas sobre seus relacionamentos. A partir desses relatos, a personagem desenvolveu o vídeo, apontando situações que são consideradas relacionamento abusivos, e que, muitas vezes, não percebem que fazem parte desse contexto.

No vídeo “Vamos fazer um escândalo”, publicado no dia 27 de outubro de 2015, a personagem trata sobre o tema da cultura do estupro. O assunto teve grande repercussão na internet naquela semana devido à situação ocorrida após a exibição do programa da emissora Band, *MasterChef Junior*, no qual vários internautas publicaram em suas redes sociais comentários de conotação sexual sobre a participante Valentina, de 12 anos. De forma crítica, a *youtuber* cita no vídeo algumas das frases publicadas por essas pessoas, mostrando que é mais comum do que é discutido e principalmente preocupante para a sociedade. Em forma de denúncia, o vídeo é também um incentivo a todas as mulheres para que não fiquem caladas diante de situações de assédio, e que todos

devem estar atentos para que essas situações não sejam consideradas naturais.

“Mulheres também transam” foi publicado na plataforma no dia 11 de fevereiro de 2016, e trata sobre machismo em uma situação corriqueira, no qual aponta a personagem como um “cenário problemático”, em que apenas os homens recebem camisinhas nas distribuições realizadas no carnaval (situação vivida por ela e seus amigos).

Gravado no *Youtube Spaces* e com participação da também *youtuber*, Nátaly Neri, do Canal Afros e Afins, o vídeo “Não é pra sair” foi publicado no dia 3 de março de 2016 e é o mais longo dos selecionados, com mais de quinze minutos. Esse vídeo faz parte da série “Mulheres Criadoras”, produzida por Jout Jout, a convite do *Youtube*. Em um formato de bate-papo, elas conversam sobre a desmistificação do feminismo e suas vertentes, analisando principalmente o feminismo negro.

A partir desses vídeos selecionados, a análise de conteúdo da pesquisa tem como objetivo entender como a mensagem é elaborada e como essa comunicação é criada a partir de códigos, estrutura de linguagem e outros elementos que despertam o entendimento do receptor, por meio de efeitos de sentido, com argumentos, ideias e valor da informação. Segundo Bardin (2009, p.30), “A análise de conteúdo [...] é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.”

Além dos temas abordados e a estratégia utilizada em cada caso, é possível identificar traços da subjetividade de cada tema e definir traços pessoais que caracterizam a *youtuber*, tais como linguagem verbal e gestual, assim como as formas de interação utilizadas.

Ela utiliza assuntos crônicos do cotidiano e abre discussões de denúncia social e críticas ideológicas. O humor é sempre presente nos vídeos, além de haver traços narrativos e autobiográficos.

Outras características observadas, a partir da análise do conteúdo, são: simplicidade da produção dos vídeos, unidade de formação, uso de bordões, expressões faciais, figurino e locais de gravação e cenários que mostram a personagem pela qual ela quer ser reconhecida. Ainda na questão do conteúdo, é possível observar um padrão, já reconhecido pelos espectadores que sempre acompanham o canal, com elementos gráficos, efeitos sonoros e cortes de edição que caracterizam o seu canal no *Youtube*. Em todos os vídeos há sempre uma introdução do tema nos primeiros minutos e, então, a vinheta de abertura, padrão em todos os vídeos. Segundo Bardin (2009, p.198):

Enquanto que a frequência de aparição das unidades de significação ou de elementos formais assenta no princípio

de que quanto maior for a frequência dos elementos, tanto maior será a sua importância, a co-ocorrência (ou a não co-ocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor.

Os vídeos são roteirizados, seguindo uma sequência de pensamento sobre o assunto abordado. É possível identificar, também, na edição, uma organização proposital de iniciar o vídeo com o trecho mais impactante e/ou instigador do vídeo, que aparece antes da vinheta para despertar a curiosidade e, novamente depois, no decorrer do vídeo, de acordo com a sequência do roteiro. Na própria plataforma *Youtube*, na sessão da Escola de Criadores de Conteúdo, já citada neste trabalho, são disponibilizados vídeos de lições que explicam a melhor maneira para desenvolver um script, ou seja, um roteiro para o seu vídeo, na qual eles citam itens como: organização das ideias, trechos de diálogos ou frases que vai usar.

Outra questão importante citada, e que é facilmente identificada nos vídeos de Jout Jout e que tem a ver com o roteiro, é a divisão em três atos: apresentação, confrontação e resolução. É possível perceber o uso da base da narrativa para a elaboração dos vídeos, que assim como os contadores de história, utilizam enredo, recursos de expressão, ação e personagens para apresentar um tema e garantir o entendimento e interesse do espectador. É a partir da narrativa que Jout Jout consegue explorar o assunto feminismo de forma tão inteligível, usando técnicas narrativas e organizando o assunto de forma que um leigo passe a se interessar pelo tema. Como afirma Medina (2003, p.47-48):

A arte de narrar acrescentou sentidos mais sutis à arte de tecer o presente. Uma definição simples é aquela que entende a narrativa como uma das respostas humanas diante do caos. Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital.

A narrativa possui um papel importante no desenvolvimento pessoal e é a partir dessas representações do mundo material e social que o cotidiano mais uma vez é abordado de forma a representar temas da sociedade. Com a internet e as redes sociais, essa representação da realidade, fruto da narrativa, ficou ainda mais explícita, como é possível

perceber nos vídeos analisados. Cria-se um novo mundo para se contar histórias, de forma que, ao entrar nesse universo, o telespectador é levado a conhecer ainda mais sobre ele. Como afirma Motta (2012, p.29):

Grande parte dessas representações mentais se estrutura na forma de narrativas, tanto nos relatos interpessoais, conversas do cotidiano, os testemunhos, cartas, relatos de sonhos, piadas, canções, contos, filmes, videoclipes, reportagens, histórias em quadrinho e biografias quanto na história universal ou nas histórias de povos ou nações. E mais recentemente, nos diários eletrônicos postados nos **blogs**, redes sociais, *Orkut*, *Twitter* e *Facebook*, que somaram às narrativas tradicionais divulgadas por suportes cada vez mais diversificados e que nos enlaçam e nos recobrem de mantos de narrativas cada vez mais superpostas.

Além de Jout Jout, Caio é um dos personagens mais icônicos do canal Jout Jout Prazer. Namorado de Júlia e formado em cinema, ele sempre esteve por trás da produção e em muitos vídeos participa apenas interagindo com ela por meio da fala, sem aparecer na imagem.

Outra questão a ser analisada na formatação do material produzido para o canal é o figurino utilizado pela personagem, a qual na maioria dos vídeos tenta passar, a partir do seu estilo essa falta de produção, mostrando, inclusive, uma questão muito discutida nos seus vídeos e no feminismo de forma geral, que é a luta contra os padrões de beleza impostos pela mídia. De forma natural, ela passa confiança própria, sem o uso de maquiagem, e o seu cabelo de forma natural, estrategicamente pensado para manter a personagem e garantir identificação por parte do seu público.

Os locais de gravação dos vídeos são variados, mas, em sua maioria, tentam passar a ideia aconchegante da casa e esse clima de conversa entre amigos, que é uma das principais características do conteúdo gerado para internet, que foge ao máximo do modelo formatado de estúdio.

Atualmente, os vídeos são editados pela própria Jout Jout, o que é bem característico dos *youtubers*, apesar de que vários deles, com o grande volume de trabalho gerado pelo canal, eventos, publicidade, entre outras atividades, contratam terceiros para fazer a edição e gerenciamento do canal.

Outra questão analisada que chama atenção nos vídeos são os títulos, que são apresentados sempre em letras maiúsculas e em combinação com as miniaturas personalizadas autênticas, sem deixar expli-

tamente anunciando qual o assunto do vídeo, instigando os usuários a clicarem para saber mais. Segundo o próprio Google, em seu produto *Think With Google*, define que entre as estratégias utilizadas pela *youtuber* estão: “Criatividade na combinação entre miniaturas e títulos”.

No *Youtube*, é possível que qualquer pessoa que tenha uma conta na plataforma escreva comentários e responda comentários de outras pessoas no canal do vídeo assistido. É possível ordenar os comentários pelos mais recentes ou principais, aqueles que possuem maior interação e respostas. Ainda no canal, o proprietário pode ativar a aba “Discussão”, espaço também para publicações dos espectadores, comentários de forma geral sem ser especificamente sobre um vídeo. Essa interatividade proporcionada influencia também na criação do conteúdo gerado, no qual os comentários são um canal de conversa com o espectador.

Além disso, é possível perceber nos comentários dos vídeos selecionados para esta análise a ampliação de discussão dos temas abordados e relatos de situações descritas pelos usuários, que utilizam o espaço para conversas interpessoais com os demais telespectadores. Essas manifestações geram novas conversas e são ferramentas comunicacionais de extrema importância para garantir que assuntos de interesse social tomem uma amplitude muito maior na internet. Na contemporaneidade, a utilização do compartilhamento de vídeos, dada principalmente pelo *Youtube*, para abordagem dos mais variados assuntos, tornou-se uma das mais importantes e fortes formas de comunicação de massa na cultura da internet e tem crescido cada dia mais, principalmente, com a colaboração dos criadores de conteúdo como a *youtuber* Jout Jout.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a internet, a nova forma de fazer comunicação mudou também a forma como consumimos conteúdo. Os telespectadores buscam no *Youtube* as mais variadas formas de cultura, entre elas as sociais. A ampliação da discussão do tema feminismo proporcionada pelas redes sociais online e mais especificamente pelo *Youtube*, a partir de publicações de vídeos digitais, mostra que assuntos desse cunho estão cada vez mais em pauta nas discussões, principalmente, entre o público jovem.

É possível perceber que, apesar de muito semelhantes, as estratégias utilizadas pelos *youtubers* são definidas a partir da experiência adquirida no entendimento do hábito dos usuários do seu canal. De forma estratégica, os donos de canais buscam saber o que faz mais sucesso, e, no caso do canal Jout Jout Prazer, a personagem busca, inclusive nos comentários dos vídeos, temas para as próximas discussões e publicações.

O mundo digital exige dos criadores de conteúdo a mudança constante e atualização nos temas abordados. O *Youtube* enxergou neles um potencial para fazer crescer o seu negócio e explorar a monetização, aumentando, ainda mais, os números de visualizações e consequentemente o crescimento da plataforma. Dessa forma, investiu-se no aperfeiçoamento desses conteúdos, por meio de instrução e acompanhamento dos donos de canais com grande influência e acessos.

Com base na teoria da cultura participativa, observou-se que a sociedade contemporânea passa a ser um receptor cada vez mais ativo e apto para a produção e disseminação de informações e ideias. As ferramentas disponíveis facilitam também esse redimensionamento e alcance das discussões, modificando, inclusive, os antigos painéis sociais e papéis dos influenciadores. Na cultura da participação, muito presente no mundo digital, percebe-se a necessidade das pessoas compartilharem e explorarem novos conteúdos, com o objetivo de se sentirem parte dele.

Na geração de conteúdo para o *Youtube*, aplicou-se também a teoria da inteligência coletiva, que visa à mobilização das pessoas para garantir o acesso à informação, sempre em prol da coletividade, construindo uma rede de compartilhamento de conhecimento. Além disso, a velocidade da informação faz com que a sociedade se adapte constantemente, influenciando diretamente na vida cotidiana e tratando assuntos sociais com humor e emoção, presentes nos vídeos analisados.

A partir desses vídeos, é possível perceber as técnicas e ferramentas utilizadas pela personagem para garantir conteúdos atrativos para seus espectadores. Com tom crítico, humorístico e baseado em assuntos cotidianos *Jout Jout* aborda o feminismo de forma criativa, com uma característica caseira proposital, que na realidade exige estudo, perspicácia e organização, para garantir que suas narrativas “prendam” os receptores.

Os efeitos de sentido das mensagens são criados a partir das estruturas de linguagens utilizadas, mas não apenas na fala e bordões da personagem, como também na narrativa criada pela sua aparência, figurino, cenário e expressões corporais pessoais. A autobiografia também é percebida nos temas abordados e exemplos utilizados para elucidar as situações.

Todos os elementos estratégicos utilizados pela personagem, desde o conteúdo da mensagem, padrões de elementos, até às técnicas de edição que caracterizam o canal *Jout Jout Prazer*, têm como objetivo despertar o interesse do público que já soma mais de 1.056.080 inscritos. E contando.

7 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BURGEES, J.; GREEN, J. **YouTube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

JOUT, J. **Tá todo mundo mal**: o livro das crises. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEMONS, M. Z. **Ciberfeminismo**: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 2009, 129f, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo 2009.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MOTA, C. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SHIRKY, C. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

THINK WITH GOOGLE. **É tabu? Deixa que ela quebra**. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/articles/tabu-deixa-que-ela-quebra.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

YOUTUBE. **Escola de Criadores de Conteúdo**. Disponível em: <<https://creatoracademy.youtube.com/page/education?hl=pt-BR>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. **Imprensa**: Estatísticas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/yt/press/pt-BR/statistics.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

Características que sustentam as reportagens *longform* na internet

Fábio Rodrigues²⁹

Resumo

A internet é um meio de comunicação rápida, com notícias curtas e que explora alternativas de mídia, como áudio e vídeo. Em contraponto, as reportagens *longform* têm-se intensificado no cenário das empresas de comunicação. Em junho de 2015, o jornal Diário Catarinense publicou o material “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu”, reformulando a linguagem tradicional do jornal e buscando alternativas audiovisuais. Este artigo apresenta características das reportagens *longform* que auxiliam e justificam a importância desses materiais em um ambiente com fluxo de informações rápidas, discutindo a presença do *longform* no webjornalismo, a compreensão independente de cada bloco narrativo, recursos multimídia e a subjetividade, tanto na escrita quanto na leitura da reportagem. As características da reportagem “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu”, apresentadas neste artigo, foram identificadas com base na Análise da Narrativa proposta por Motta, Costa e Lima (2004).

Palavras-chave: Jornalismo. Webjornalismo. Especial multimídia. *Longform*. As Quatro Estações de Iracema e Dirceu.

²⁹ Graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV, Especialista em Jornalismo Literário, pela Faculdade Vicentina – FAVI. E-mail: jor.fabiorodrigues@yahoo.com.br

Characteristics that keep as longform reports on the internet

Fábio Rodrigues

Abstract

The internet is a fast medium of communication with short news and it explores media alternatives such as audio and video. In contrast, longform reporting has intensified in the communications industry. In June of 2015, the newspaper *Diário Catarinense* published the material “The Four Seasons of Iracema and Dirceu”, reformulating the traditional language of the newspaper and searching for audiovisual alternatives. This article presents characteristics of the longform reports that help and justify the importance of these materials in an environment with rapid flow of information, discussing the presence of longform in webjournalism, independent comprehension of each narrative block, multimedia resources and subjectivity, both in writing and in reading the report. The characteristics of the report “The Four Seasons of Iracema and Dirceu”, presented in this article, were identified based on the Narrative Analysis proposed by Motta, Costa e Lima (2004).

Keywords: Journalism. Webjournalism. Special multimedia. Longform. The Four Seasons of Iracema and Dirceu.

1 INTRODUÇÃO

O Jornalismo na internet tem-se reinventado e está em constante mudança, principalmente, devido à urgência de prender a atenção do leitor em um ambiente dinâmico e mutável.

No início, a web era apenas mais um meio em que se publicava o mesmo texto dos jornais impressos: uma transposição do impresso para a internet, com uma ou duas matérias produzidas pelos jornais, publicadas no ambiente online. De fato, um jornal online.

Aos poucos, galerias de fotos, links e e-mails começaram a ser incorporados a essas reportagens. Recursos da internet passaram a ser observados com maior atenção pelas redações, ampliando o aspecto da reportagem. Mielniczuk (2007) considera esta como a fase da metáfora, mas, ainda, jornalismo online.

A terceira fase do jornalismo na internet assume o conceito de web-jornalismo, em que iniciativas específicas para esse ambiente começam a surgir, explorando todas as potencialidades da web, chamados de recursos de hipermídia, como interatividade, multilinearidade e a adição de elementos multimídia (imagens em movimento, sons e infográficos interativos). Pontos fortes podem estar em blocos narrativos de imagem, texto ou som; ou, ainda, na combinação de dois ou mais recursos midiáticos. Isso abriu espaço para as reportagens *longform*, que, segundo Longhi e Winkes (2015), é fruto de uma crescente oferta do jornalismo investigativo na internet, causada pelo aumento da presença de organizações jornalísticas nativas no ambiente digital e como uma alternativa para o texto em profundidade.

A combinação de conteúdo com os recursos de hipermídia possibilita que o leitor escolha seu próprio percurso no texto (CANAVILHAS, 2006). Estabelecer uma rota ideal de leitura é tarefa inadequada para o jornalista que escreve sua reportagem para a internet. Cada leitor tem uma experiência diferente, uma forma nova de consumir a informação. A experiência, então, é subjetiva.

Dessa forma, a proposta deste artigo é discutir as características que sustentam as reportagens *longform* em um ambiente que tinha como referência as notícias curtas e a comunicação imediata. Para isso, tomou-se como objeto de estudo a reportagem "As Quatro Estações de Iracema e Dirceu³⁰", um especial multimídia publicado pelo Diário Catarinense, em 21 de junho de 2015, e narrado pela repórter Ângela Bastos.

³⁰ Reportagem disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_quatro_estacoes_iracema_dirceu/index.html>. Acesso em: 13 fev. 2016.

A reportagem é resultado de dois anos e sete meses de produção, em que a jornalista acompanhou a família Canofre, em Timbó Grande, interior de Santa Catarina. O material tem fotos, vídeos, áudios e infográficos, divididos em cinco partes narrativas: Família, Outono, Inverno, Primavera e Verão.

2 LONGFORM NO WEBJORNALISMO

O *longform* está associado a um tratamento mais aprofundado e, conseqüentemente, mais longo da notícia, conforme explicação de Longhi e Winkes (2015). Tem sido uma ramificação do jornalismo na internet, que há alguns anos começou a receber materiais mais longos, contrapondo o já acostumado modelo de notícias curtas e fragmentadas.

Segundo Longhi (2014, p.911), o *longform* pode ser definido como “matérias com mais de 4.000 palavras ou grandes reportagens com entre 10 e 20 mil palavras”. Esse formato também é chamado de grande reportagem multimídia, uma vez que está relacionado a “1) um nível mais profundo de relato que vai além da produção diária e/ou 2) narrativa apresentada de forma mais atraente, frequentemente com elementos multimídia que aprimoram a experiência.” (FISCHER, 2013)³¹.

O Jornalismo, em todas as suas plataformas, utiliza-se do texto para informar. A atividade é desenvolvida com o auxílio da escrita mesmo no rádio e na TV. Na internet, não é diferente: a linguagem é elemento fundamental.

Com a máxima de que a internet é um ambiente de textos curtos, notícias rápidas e “em tempo real”, há a preocupação de que o código linguístico seja utilizado de forma correta. Gonzaga-Pontes e Ribeiro (2013, p.110) afirmam que “aspectos como a apuração e a revisão do texto (ou o cuidado com o ‘texto final’) tornam-se menos importantes do que critérios como a recência e a instantaneidade da informação”.

Então, para livrar o peso sobre o *longform* no webjornalismo, destaca-se a utilização de blocos informativos, cujas profundidades determinam-se também pelo empenho do jornalista em continuar a narrativa até o máximo grau de esgotamento.

Longhi e Winkes (2015) afirmam que o *longform* é fruto de uma crescente oferta do jornalismo investigativo na internet, causada pelo aumento da presença de organizações jornalísticas nativas no ambien-

³¹ Tradução minha. No original: “1) a level of in-depth reporting that goes beyond the everyday standard of production and/or 2) narrative storytelling that’s presented in an appealing way, often with multimedia elements to enhance the piece”.

te digital e como uma alternativa para o texto em profundidade. No *longform*, o jornalista tem um árduo trabalho de checagem de informação, uma vez que o conteúdo é, geralmente, bem extenso. Aqui, vale a afirmação de escrever apenas o necessário, mas muito do necessário.

Saliente-se que o *longform* abriu espaço para o surgimento de lugares representativos de publicação desses textos, como sites de jornais de referência, sites nativos digitais, agregadores de narrativas *longform*, projetos de *crowdfunding*, sites destinados a escritores e ao mercado de narrativas *longform* e sites de conteúdo pagos (LONGHI; WINQUES, 2015). Os sites *Medium* e *Atavist* são alguns dos locais em que esse formato tem vez. Nessas plataformas, o objetivo é estimular novos autores a publicarem suas obras textuais, permitindo a inserção de formatos audiovisuais.

As reportagens *longform* se ajustam a dois padrões de leitura, conforme explicam Longhi e Winques (2015): a vertical e a horizontal. A narrativa verticalizada é baseada pela barra de rolagem. Já a leitura horizontal se utiliza de capítulos ou seções. Afinal, o *longform* é uma mídia para ser consumida lentamente.

Segundo Canavilhas (2014, p.4), na Web, “o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, num hipertexto.” Assim, a estrutura do webjornalismo não pode ser de uma pirâmide invertida, como adotado pelo jornalismo impresso, mas uma pirâmide deitada. O conceito é baseado na funcionalidade dos hiperlinks. A base informativa é, portanto, sucedida por níveis que permitem, por meio desses hiperlinks, o aprofundamento dos temas.

Como característica principal, Longhi (2009, p.156) aponta que as grandes reportagens multimídia, em grande parte, são “amplas coberturas temáticas”, em que, além do texto, “há possibilidade de ver e ouvir entrevistas em vídeo e áudio, depoimentos, além de slide-shows e infográficos.” Outro ponto principal das grandes reportagens multimídia é que elas não são meras cópias ou reproduções de uma publicação no formato impresso, mas textos pensados para a internet, da melhor maneira possível, em vários tipos de dispositivos.

Na reportagem *longform* analisada, cada bloco narrativo é considerado um nível nessa pirâmide deitada. Os hiperlinks, nesse caso, são os vídeos, áudios e infográficos presentes entre o texto, que quebram o fluxo de leitura e, ainda assim, oferecem oportunidades ao leitor para que conheça mais informações. É importante ressaltar que cada elemento multimídia aprofunda o tema que é narrado em texto, com informações ainda não expostas ou com valorização de questões que propõem a intenção de sentido da autora ao texto.

O procedimento metodológico utilizado para esta análise, estruturado pelo autor deste artigo, classifica os blocos narrativos nos seguintes parâmetros: categoria, tempo, momento narrativo, interdependência, escolhas narrativas e efeitos de sentido, com base na Análise da Narrativa proposta por Motta, Costa e Lima (2004). Os recursos de hipermídia foram numerados e referenciados a partir da frase de abertura, seja textual seja audiovisual, seja com o título.

Quadro 1 – Classificação da narrativa

Classificação	Descrição
Sequências	Número determinado para o bloco narrativo
Abre	Trecho de abertura ou título do elemento de hipermídia
Categoria	Recursos de hipermídia: imagem, vídeo, áudio, audiovisual, texto
Tempo	Min:seg
Momento narrativo	Situação inicial, desequilíbrio, transformação, resolução, situação final, dados, <i>making of</i>
Interdependência	Base, nível de profundidade dependente, nível de profundidade independente
Escolhas narrativas	Expressões, figuras de linguagem, valorização de questões ou depoimentos
Efeitos de sentido	Potenciais sentimentos buscados

Fonte: do autor, 2017.

A narrativa deve ser observada em cada elemento multimídia utilizado. Cada elemento desses, portanto, é uma narrativa com linguagem específica, uma vez que os formatos de vídeo e áudio, por exemplo, não devem ser transcritos integralmente na reportagem. É a complementação do assunto que torna o elemento multimídia relevante e interessante para o leitor.

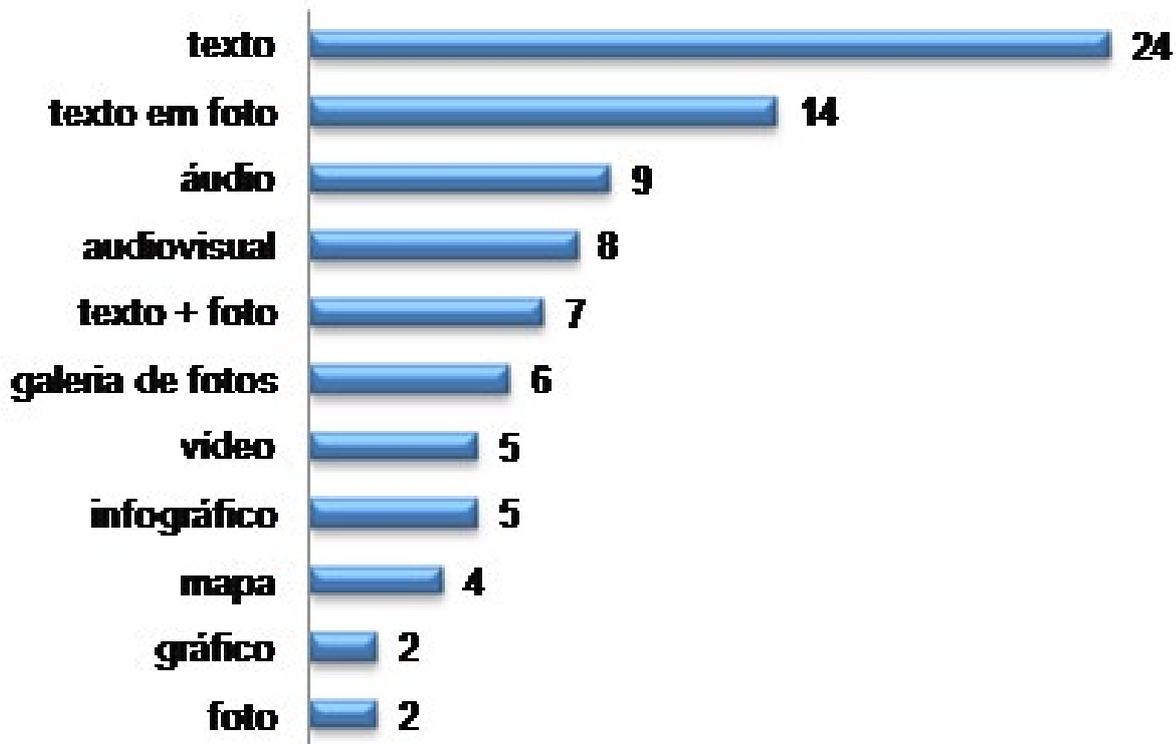
O conjunto de elementos utilizados na reportagem *longform* é o que fomenta a leitura, o que dá fôlego. A internet não estabelece limites criativos e, para o jornalista, esse é um grande desafio: entender os impactos e sentidos que cada recurso hipermidiático e cada bloco narrativo dão à história.

Em geral, as narrativas *longform* podem ser comparadas às diagramações livres de reportagens em revistas, com exploração de todo o espaço disponível para gráficos e fotos. Mais ainda: com a utilização de imagens em movimento e áudio, o *design* visual da reportagem se enriquece.

“As Quatro Estações de Iracema e Dirceu” mantém-se não apenas pelo visual, mas pela narrativa coerente. Conforme o gráfico a seguir, é

possível perceber que o texto se mantém como grande responsável por sustentar a história. No entanto, é relevante o número de áudios, vídeos e infográficos, elementos que tornam a leitura mais fluida.

Gráfico 1 – Recursos de hipermídia



Fonte: do autor, 2017.

O leitor pode escolher entre ter a experiência de todos os recursos de hipermídia e ler a história a partir de um elemento específico. Nesse sentido, a experiência é individual, uma vez que é possível optar por seguir qualquer conjunto de informações: é o leitor quem estabelece o próprio caminho de leitura e a relevância de cada informação. Em “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu”, percebe-se que a jornalista não repete informações e não transcreve áudios ou vídeos.

No webjornalismo, a quantidade (e variedade) de informação disponibilizada é a variável de referência, com a notícia a desenvolver-se de um nível com menos informação para sucessivos níveis de informação mais aprofundados e variados sobre o tema em análise. Embora estejam claramente definidos os níveis de informação, não há uma organização dos textos em função da sua importância informativa, mas uma tentativa de assinalar pistas de leitura (CANAVILHAS, 2006, p.13-14).

A forma como os blocos narrativos estão dispostos em “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu” imprime o sentido de leitura vertical,

ainda que a história esteja dividida em grandes temas (Família, Outono, Inverno, Primavera, Verão). A pirâmide deitada, porém, mantém-se na narrativa, por meio dos recursos de hipermídia utilizados, com níveis de profundidade definidos a partir da base da história.

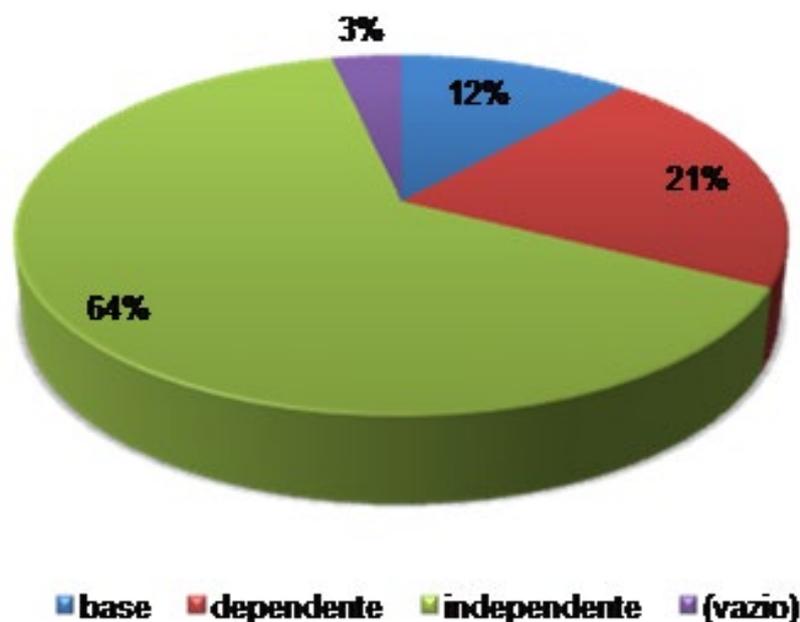
2.1 INTERDEPENDÊNCIA DOS BLOCOS NARRATIVOS

Uma vez que o leitor pode desenhar o próprio caminho entre os blocos narrativos, é importante que o jornalista torne a reportagem *longform* compreensível de forma independente. Se o leitor iniciar pelo 30º bloco narrativo, por exemplo, ele perderá informações anteriores, mas não ficará perdido na história. Pelo contrário: receberá uma parte da narrativa, que se completa com todos os outros blocos. A leitura do *longform* não deve funcionar como um jogo de videogame, em que o leitor precisa passar por determinadas fases para entender o assunto, mas como um quebra-cabeça, com partes que se complementam.

Assim, houve necessidade de verificar a interdependência na narrativa de “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu”, com base nos níveis de profundidade de cada bloco narrativo. Ou seja, a informação pode ser básica para o entendimento do leitor sobre o assunto, dependente de uma informação anterior ou independente para a compreensão do assunto.

A partir da análise, pode-se afirmar que 65 blocos da narrativa (76%) publicada pelo Diário Catarinense têm informações de base ou independentes. Isso denota a preocupação da repórter em manter o sentido de complementação da informação na reportagem, acima proposto.

Gráfico 2 – Interdependência dos blocos narrativos



Fonte: do autor, 2017.

Os blocos narrativos considerados dependentes, precisam de informações anteriores para serem compreendidos. Toma-se como exemplo um áudio de 27 segundos, no capítulo “Outono”, intitulado “Embarço”. Nele, a repórter narra sua visão sobre uma cena narrada no bloco textual anterior: o áudio só faz sentido depois de contextualizado por esse trecho. Da mesma forma, outros 17 blocos narrativos são considerados dependentes. Os blocos sem classificação (3) são mapas e fotos, de caráter apenas ilustrativo, que não interferem na compreensão ou na complementação da reportagem.

2.2 RECURSOS PARA A COMPOSIÇÃO DA NARRATIVA

Grande parte de “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu” é textual. Para quebrar e dar fôlego à leitura, um recurso bem utilizado na reportagem são os vídeos de contexto, no início dos capítulos. Neles, apenas há imagem em movimento e trilha sonora. Não há narração. A função é muito mais visual que informativa, mesmo que bem explorada para dar significado ao que será lido a seguir.

A reportagem não aposta muito em interação com o leitor. Foram encontrados cinco blocos narrativos em formato de infográfico: “Pomar de filhos”, “Olhar de Mateus”, “R\$ 54 por pessoa”, “Correspondência na íntegra” e “Raio X”. Nenhum deles utiliza a técnica da paralaxe, que “permite que vários fundos em uma página da web se movam simultaneamente, em velocidades diferentes, para criar uma percepção 3D, enriquecendo a experiência da navegação”. (FREDERICK, 2013, p.18)³². Essa tecnologia ficou conhecida a partir da reportagem “Snowfall”, publicada em 20 de dezembro de 2012 pelo *The New York Times*.

Ao escrever sobre a reportagem paralaxe, Canavilhas (2014, p.8) aponta que:

A navegação verticalizada e intuitiva, em conjunto com a plena integração de conteúdos multimídia, torna a leitura mais imersiva e envolvente, não requerendo ao utilizador conhecimentos de informática muito profundos. Acresce o facto de ser um formato de simples adaptação a computadores, tablets e smartphones.

Uma vez que a tecnologia “*parallax scrolling*” interage com o leitor e torna a leitura mais fluida, vale considerar esse recurso como caracte-

³² Tradução minha. No original: “allows multiple backgrounds in a webpage to move simultaneously at different speeds to create a 3D perception, thus enriching the browsing experience”.

rística relevante para o *longform* na internet, mesmo não sendo objeto da presente análise, por não ser utilizado em “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu”.

Na reportagem analisada, os vídeos receberam edição simples, mas não simplista. A aposta fica nas declarações e expressões dos personagens entrevistados, bem como o ambiente que serve de cenário.

Durante toda a reportagem, a autora utiliza os áudios como um *making of*, batizado na obra como “Diário da Repórter”. Todas as informações presentes neles são as impressões da jornalista, sua relação com a família retratada na reportagem, os *insights*.

As fotografias transmitem a miséria e o isolamento social da família, representados nos detalhes da casa e nas expressões faciais. Em certo momento, a repórter entrega a uma criança uma câmera fotográfica para que ela registre momentos da família a partir da sua visão. A estratégia funciona. É um adicional na imersão do texto e na proximidade do leitor com a história.

2.3 SUBJETIVIDADE NA ESCRITA E NA LEITURA

A incansável busca pela imparcialidade é bandeira de todo profissional que zela pelo jornalismo ético e responsável. Apesar disso, sabe-se, a cultura, as opiniões e todo o conhecimento adquirido interferem na forma como o jornalista apresenta a reportagem. Mesmo de forma inconsciente, o jornalista imprime na reportagem suas escolhas, sejam elas de fontes, dados ou perspectivas.

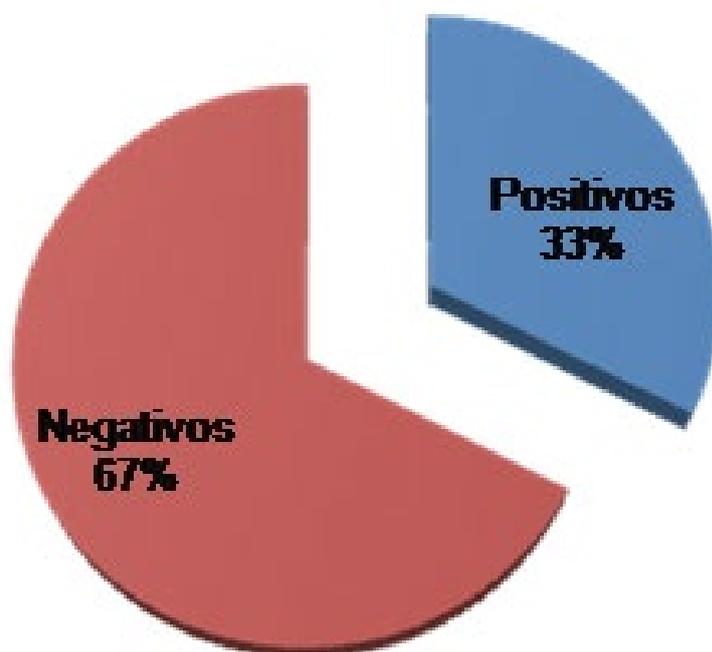
Assim, “o discurso jornalístico se mostra permeado de sentidos que podem ser observados e interpretados tanto pelo que evidencia quanto pelo que insinua, sugere ou oculta.” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p.33). Para chegar à interpretação dos sentidos sugeridos no texto jornalístico, é necessário observar a retórica, os pesos emocionais na narrativa e as escolhas de expressões, depoimentos ou valorização de temas. Os autores afirmam que essa análise permite identificar os efeitos no momento da leitura, ou seja, os sentimentos que o texto passa ao leitor.

Para chegar a essa identificação, no entanto, a análise da narrativa jornalística deve considerar a subjetividade, com “interpretações simbólicas possíveis que busquem identificar padrões imagéticos, questões que sugerem modelos éticos e estéticos, valores míticos, recorrências.” (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p.45).

Os textos dos nove áudios são narrados com certa seriedade pela própria repórter. É provável que a intenção para tal seja impor a gravidade da situação vivida pela família retratada na reportagem. Frases como “Na casa, moravam 14 pessoas”, “Era meio assustador, até” e

“A rica Santa Catarina tinha outro lado” ganham ênfase, com narração pausada e dramática. A mesma linha dramática é seguida pelos textos e fotos.

Gráfico 3 – Efeitos de sentido na reportagem



Fonte: do autor, 2017.

Assim, optou-se por classificar os blocos narrativos em “positivos” e “negativos”. Os sentidos, que foram aplicados às classificações de “positivo” e “negativo”, estão vinculados a expressões e palavras utilizadas pela autora na reportagem. Os blocos considerados “positivos” abrangem as contextualizações acerca do tema, informações sobre saúde, alegrias e a esperança da família em mudar a situação financeira. Ou seja, blocos narrativos nos quais o leitor pode ter percepções de emoções agradáveis, a exemplo da citação a seguir, retirada do trecho “Verão”:

Existem outros motivos para contentamentos. As crianças passaram de ano. Os pais estão orgulhosos pela conquista do filho Moisés, 17 anos, que chegou ao ensino médio. Algo inédito na família em que a mãe nunca foi à escola e o pai só fez o segundo ano primário. O rapaz conseguiu emprego em uma fábrica de laminados (BASTOS, 2015).

Por outro lado, os blocos classificados como “negativos” são aqueles que passam ao leitor sentimentos de indignação, tristeza, cansaço, drama, falta de esperança, desigualdade, incômodo, dor:

A falta de informação empurra a família de Iracema e Dirceu para uma espécie de mundo à parte. As causas variam,

mas o certo é que ele e a mulher não desenvolveram o hábito de acompanhar os noticiários. Com tantas carências ao longo da vida, aparelhos de rádio e de TV sempre foram vistos como artigos de luxo. Também por terem passado grande parte da vida em comunidades onde a comunicação não chega. Outra questão é a rotina de trabalho, que no meio rural funciona diferente do urbano. Cansado das atividades, o agricultor prefere se deitar cedo a ficar vendo televisão (BASTOS, 2015).

Com essa classificação (Gráfico 3), observa-se que a reportagem tem sua maioria com blocos narrativos “negativos”. Nessa análise, a reportagem pode ser considerada de teor dramático.

O engajamento do leitor com o texto se baseia, portanto, nas características textuais (contextualização, aprofundamento, imersão, humanização e escolhas narrativas da autora) associadas aos elementos multimídia, à hipertextualidade e interatividade próprias do ambiente *online*.

3 CONCLUSÃO

Entender o crescimento do jornalismo *longform*, cada vez mais presente, não é difícil quando apontados os elementos das grandes reportagens jornalísticas e as funcionalidades que a internet possibilita. Esse formato carrega características específicas do jornalismo *off-line* (jornais e revistas impressas) para o ambiente online, como:

- a) período longo de apuração e produção da reportagem;
- b) narrativa longa e, conseqüentemente, tempo de leitura estendido;
- c) escolhas narrativas, desde a contextualização do tema, aprofundamento, imersão e humanização.

Além disso, os elementos multimídia, a hipertextualidade, multilinearidade e interatividade na web ajudam a manter a relevância e estimulam a procura por esses conteúdos.

Conforme apontado neste artigo, a tecnologia *parallax scrolling* também pode significar um adicional interessante para a experiência do leitor. Com ela, as informações surgem na tela de acordo com a velocidade de leitura. A interação, portanto, chega a um alto grau, em que o controle das informações que surgem é totalmente do leitor, sem necessidade de conhecimento prévio da tecnologia.

Dessa forma, o *longform* se estabelece como uma renovação da narrativa jornalística no ambiente digital. “As Quatro Estações de Iracema e Dirceu” mostra um caminho a ser explorado cada vez mais pelos

jornalistas brasileiros, provando que, se a pauta não consegue espaço suficiente para ser desenvolvida nos materiais físicos, ou se os sentidos propostos precisam ser expressos além do papel, a internet pode ser o melhor meio.

4 REFERÊNCIAS

BACCIN, A. A narrativa hipermídia longform no jornalismo contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13., 2015, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: SBPJor, 2015. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/download/4763/1105>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BASTOS, Â. **As Quatro Estações de Iracema e Dirceu**. Diário Catarinense, 2015. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_quatro_estacoes_iracema_dirceu>. Acesso em: 13 fev. 2016.

CANAVILHAS, J. A reportagem paralaxe como marca de diferenciação da Web. In REY, P. R.; PISONERO, C. G., **Contenidos innovadores em la Universidad Actual**. Madrid: McGraw-Hill Education, 2014.p. 119-129.

_____. **Do jornalismo online ao webjornalismo**: formação para a mudança. In: BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

_____. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, J. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 3-24.

FISCHER, M. C. **Longform: means more than just a lot of words**. American Journalism Review. Disponível em: <<http://ajr.org/2013/12/17/longform-means-just-lot-words>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

FREDERICK, D. M. **The Effects Of Parallax Scrolling On User Experience And Preference In Web Design**. Department of Computer Graphics Technology Degree Theses, 2013. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/cgthseses/27>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

GONZAGA-PONTES, C.; RIBEIRO, A. E. Ler e recarregar a página: um exercício analítico sobre a reescrita da webnotícia. **Revista Brasileira de**

Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.105-121, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v13n1/aop1912>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

LONGHI, R.R. Os nomes das coisas: em busca do especial multimídia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1081-1.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____. O turning point da grande reportagem multimídia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.21, n.3, p.897-917, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/18660/12569>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LONGHI, R. R.; WINQUES, K. O lugar do longform no jornalismo online: qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 24., 2015, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: COMPÓS, 2015. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444a-c7347b_2852.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

MIELNICZUK, L. **Características e implicações do jornalismo na Web**. Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

MOTTA, L. G.; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.27, n.2, p.31-51, jul./dez. 2004.

A charge como elemento informativo, crítico e satírico no jornal Aconteceu

Thaís Guimarães de Lima³³

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão acerca da charge como elemento relevante em publicações jornalísticas, observando suas características e o seu papel na compreensão dos fatos abordados, especificamente nas pequenas mídias impressas. Com esse intuito, este artigo promove uma análise de charges publicadas no Jornal Aconteceu, veículo impresso que circula principalmente na cidade de São Mateus do Sul, no interior do Paraná, e inclui a charge em seu projeto editorial há cinco anos, preservando as características marcantes desse elemento. A partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema central e assuntos envolvidos, e conhecimento acerca do veículo de comunicação objeto de estudo, cinco charges foram selecionadas para análise, buscando observar suas características e compreender a construção, função e formas de discurso aplicadas. Além de perceber a maneira como a charge é adotada em um pequeno jornal, relacionada às notícias locais, este estudo possibilita perceber o valor da charge como espaço para crítica e uso do humor na abordagem dos fatos. Destacando a semiótica, a análise ainda coloca o objeto de estudo como mais um subsídio para o leitor compreender a notícia e valorizar a sua interpretação em relação ao que é apresentado.

Palavras-chave: Charge. Jornalismo. Humor. Crítica. Jornal impresso. Pequenas mídias.

³³ Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo; Especialista em Gestão e Produção Criativa em Comunicação, pelo Centro Universitário de União da Vitória – UNIUV. E-mail: thaisg.lima@yahoo.com.br

Charge as an informative, critical and satyric element in “Aconteceu” newspaper

Thaís Guimarães de Lima

Abstract

This work proposes a reflection of the cartoon as a relevant element in journalistic publications, noting their characteristics and their role in understanding the facts addressed specifically in small media. To that end, this article promotes analysis of the cartoons published in “Aconteceu” Newspaper, printed vehicle traveling mainly in the city of São Mateus do Sul, Paraná state, and includes the cartoons in its editorial project five years ago, preserving the striking features of this element. From literature on the central theme and issues involved, and knowledge of the vehicle object of study communication five cartoons were selected for analysis, observing its characteristics and understanding the construction, function and forms of discourse applied. In addition to realizing the way the cartoon is adopted in a small newspaper, related to local news, this study makes it possible to realize the value of the cartoon as a space for criticism and use of humor in addressing the facts. Highlighting semiotics, the analysis also places the object of study as an additional allowance for the reader to understand the news value and its interpretation as to what is presented.

Keywords: Cartoon. Journalism. Humor. Criticism. Newspaper. Small media.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com os avanços das tecnologias e mudanças no perfil do público, muitos elementos que se originaram nos meios de comunicação impressos mantêm-se e carregam sua relevância para o veículo e para o público leitor. E a charge é um deles. Utilizando o recurso da imagem (ilustração), aborda, de forma bem-humorada, assuntos que foram noticiados com um toque crítico e satírico, revelando muitas vezes a posição do jornal sobre determinada questão, e trazendo mais subsídios aos leitores quanto à interpretação do assunto. Além, é claro, de fazer rir.

Outro fator que torna interessante a presença da charge é quando existe uma identificação, uma proximidade do leitor com o assunto tratado. E isso intensifica-se quando aplicado a jornais locais e regionais, que predominantemente trazem notícias de uma determinada região, para um determinado público.

Esta pesquisa propõe entender como a charge acrescenta sentidos a uma publicação jornalística, tanto no sentido de trazer mais uma forma de se informar e de exercitar o senso crítico, quanto pelo humor. Voltado para uma análise de um jornal do interior, o estudo ainda indaga a utilização desse elemento nas pequenas mídias, observando o processo de criação, as formas de discursos aplicadas e o tipo de sátira, tendo como base uma realidade específica, local.

O veículo de comunicação utilizado para a análise é o Jornal Aconteceu, semanal que circula há mais de 20 anos, principalmente, em São Mateus do Sul. Sua escolha se justifica pelas características do jornal, que utiliza charges desde 2011, produzidas exclusivamente para suas edições, por um chargista local, oferecendo uma nova visão sobre fatos que notícia.

Esta análise torna-se importante por proporcionar um reconhecimento da função da charge nos meios de comunicação e permitir compreender seus elementos, desde a concepção da ideia até o resultado, processo que muitas vezes é desconhecido pelos leitores. Ainda, vai colaborar para destacar a presença dessa ferramenta em publicações locais e sua utilização além da grande mídia.

2 DESENVOLVIMENTO

A linguagem jornalística adotada nos jornais e revistas sofreu grandes mudanças com o passar dos anos, adaptando-se às épocas para a melhor compreensão do leitor em relação ao que é informado. Além do texto propriamente dito, que nos jornais antigos nos chama atenção

pela densidade dos parágrafos e linguagem rebuscada, as publicações em geral foram sendo modificadas e completadas com a adição de novos recursos informativos, que ganharam seu espaço e relevância nos meios de comunicação impressos.

Nesse contexto, a charge atualmente é um elemento comum nos jornais e revistas e sua contribuição para a compreensão dos fatos é notável. Como recurso visual, atrai a atenção do leitor, e pela sua denotação humorística, comumente cria uma empatia que desperta o interesse do leitor para a questão satirizada e também provoca sua capacidade interpretativa e visão crítica.

Configura-se como um desenho humorístico vinculado a uma publicação, com o objetivo de ilustrar ou apresentar uma opinião a respeito de determinado acontecimento. “[...] A charge satiriza um fato ou indivíduo específicos; revela e defende uma ideia, portanto tem natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração” (MIANI, 2012, p.39).

Barbosa e Rabaça (2001, p.126) consideram que o objetivo de charge é fazer “[...] uma crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral, de natureza política”. De característica opinativa e baseada em fatos reais, está sempre aliada a alguma informação do noticiário jornalístico.

Entre as características gráficas, é expressa geralmente em apenas um quadro e composta por um desenho, acompanhado ou não de diálogo, texto descritivo ou representação de onomatopeia, a critério do autor. Pode ser colorida ou não e apresentar os mais distintos traços, que se aplicam conforme a característica do seu autor e a identidade que ele e o veículo constroem para a publicação. Justamente essa identidade determinada pela predominância de um traço e/ou uma forma de discurso específico é que levam coerência e colaboram pela proximidade do desenho com o público, que passa a reconhecê-lo e a se identificar com ele, uma vez que sua presença normalmente é contínua nas edições da publicação.

Flores (2002, p.11) aponta que a charge contribui para moldar o imaginário coletivo, a partir de seus discursos estratégicos:

Sua temática, em geral, versa sobre o cotidiano – questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem. Essas questões focalizam os universos de referência do público, expondo testemunhos, registrando perplexidades, apontando falhas, satirizando pontos de vista, desvelando motivações ocultas, introduzindo questionamentos. Por natureza, é polêmica.

Miani (2012, p. 40) também destaca, como qualidade da charge, “[...] se constituir como instrumento de persuasão, intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor”.

2.1 HUMOR: INSTINTO HUMANO

A tentativa de compreender o riso e o humor já passou pelo pensamento de diversos filósofos, sociólogos, psicólogos e pesquisadores, algo tão complexo que também já virou piada. Foi Aristóteles quem afirmou que “o homem é o único animal que ri”. “E é rindo que ele mostra o animal que realmente é”, completou o bem-humorado Millôr Fernandes.

Minois (2003, p. 19) destaca o interesse tão grande dos estudiosos pelo riso, devido aos seus mistérios e significações, e, em seu livro, busca na história diferentes interpretações em relação ao riso, variáveis conforme a cultura e os costumes de cada época e lugar. Como quando era atribuído como algo divino, dádiva dos deuses, ou quando foi considerado o outro extremo, no cristianismo do século XIX, diabólico, associado ao pecado e à fraqueza humana. Até revelar-se, na modernidade, oriundo de diversas motivações e só mais um elemento da complexidade humana.

Alternadamente agressivo, sarcástico, escarnecedor, amigável, sardônico, angélico, tomando as formas de ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. Pode expressar tanto a alegria pura quanto o triunfo maldoso, o orgulho ou a simpatia. É isso que faz sua riqueza e fascinação ou, às vezes, seu caráter inquietante (MINOIS, 2003 p. 15-6).

Henri Bergson é um dos autores que atribui a comicidade exclusivamente ao homem, com significação e alcance social. Ora, é inconsciente e se expressa de forma mecânica na vida em sociedade. Ele enquadra o cômico em três observações: a especificidade humana (que ri e causa o riso), a insensibilidade que acompanha o riso (a indiferença é o seu ambiente natural), e a vida social (não desfrutaríamos do cômico se nos sentíssemos isolados). “Ao que parece, o cômico surgirá quando homens reunidos em grupo dirijam sua atenção a um deles, calando a sensibilidade e exercendo tão só a inteligência” (BERGSON, 1983, p. 9).

Sigmund Freud, o criador da psicanálise, buscou relações do humor com o inconsciente e atribui sua essência ao triunfo do ego e ao princípio do prazer, e como um dos métodos da mente humana para fugir dos sofrimentos reais.

Como os chistes e o cômico, o humor tem algo de liberador a seu respeito, mas possui também qualquer coisa de grandeza e elevação, que faltam às outras duas maneiras de obter prazer da atividade intelectual. Essa grandeza reside claramente no triunfo do narcisismo, na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego. O ego se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que esses traumas para ele não passam de ocasiões para obter prazer (FREUD, 2006, p. 99).

A reunião de estudos e observações propiciou a fundamentação do humor em três teorias. A teoria da superioridade, na qual o indivíduo que se considera superior utiliza-se do humor para reafirmar sua autoridade perante outro indivíduo, divertindo-se dos pontos fracos ou desgraças alheias, como sugeriu Aristóteles, e ainda se alinhando à ideia de pertencimento a um grupo. Desse contexto se originam as tantas piadas contra minorias. A teoria do alívio se embasa nos conceitos de Freud já descritos anteriormente, nos quais a piada funcionaria como uma espécie de válvula de escape para as tensões. A teoria da incongruência, por sua vez, sugere o humor como resultado de uma dissonância cognitiva, ou seja, baseada na surpresa, na quebra de expectativa e nas estranhezas que podem instigar o riso. Normalmente, para-se por aqui, mas ainda existe uma quarta consideração, que não é uma unanimidade entre os pesquisadores – a teoria *conceitual* que afirma que o humor pode ser mais bem compreendido a partir da análise do paradoxo que se estabelece, exigindo uma leitura semiótica (FIGUEIREDO, 2012).

Unanimidade é que o humor ainda é um grande mistério e que tem diversas motivações. Assim como concorda-se que é difícil descrevê-lo, é impossível questionar que sua presença seja natural e onipresente em nosso cotidiano. Seja de maneira provocada, em uma boa piada, em uma paródia ou em uma charge bem costurada, seja de maneira espontânea, por causa de uma situação inesperada e pelos nossos instintos de reação. É difícil compreender porque é simples, e talvez aí é que esteja a graça.

2.2 O USO DA CHARGE

Historicamente, considera-se que a utilização de ilustrações irônicas está presente desde que os homens das cavernas começaram a rabis-car as paredes com desenhos que reproduziam seu dia a dia. Sátiras ilustrativas também estão presentes em vestígios arqueológicos de diversos

povos em diferentes épocas, como no Egito Antigo, entre os gregos e no Império Romano. Mas Fonseca (1999, citado por PARNAIBA; GOBBI, 2014) considera que a caricatura surgiu no Renascimento, pelo interesse dos irmãos Agostinho e Aniballe Carraci, pela observação do cotidiano e reprodução em desenhos na noção de caricatura. O autor também aponta o francês Jacques Callot como aquele que inaugurou o gênero sátira social, satirizando os elegantes, os mendigos e todas as outras classes que se posicionaram entre esses extremos. “Muito mais do que caricaturar os indivíduos, Callot voltava-se para os grupos formados por eles” (FONSECA, 1999, citado por (PARNAIBA; GOBBI, 2014, p.11).

Com a invenção da tipografia, a disseminação tornou-se mais fácil, conforme lembra Sousa (2005, p.386), e o humor gráfico ultrapassa “[...] a dimensão de simples caricaturas de pessoas para atingir a do *cartoon* de situação de atualidade”, ganhando essa forma a princípio no Reino Unido e fazendo nomes na América. Com a litografia ocorre uma verdadeira invasão da imprensa pelos cartuns e o surgimento de publicações exclusivamente humorísticas, consagrando espaço ao humor gráfico e delineando o seu formato. “De alguma forma, podemos dizer que o século XX trouxe consigo a sátira e a crítica sob a forma de humor gráfico para a imprensa” (SOUSA, 2005, p. 391).

Esses dados destacam como a história desse tipo de ilustração está intimamente ligada à imprensa escrita, desenvolvendo-se com ela.

Documenta-se que a charge começou a ser utilizada no Brasil no século XIX, ainda integrando o conceito ‘caricatura’, uma vez que a origem das palavras é semelhante: charge vem do francês *charger*, que significa carga, no sentido de carregar, exagerar; e caricatura vem do latim *caricare*, também remetendo a carregar, aumentar a proporção.

Miani (2012, p. 38) explica:

Antes mesmo do aparecimento do Diabo Coxo, em 1865, o primeiro jornal de caricaturas de São Paulo, produzido por Ângelo Agostini, a história da caricatura no Brasil já estava associada ao combate e à crítica dos costumes e da política. Era um termo genérico aplicado a todos os desenhos humorísticos, desde que desencadeasse o riso, a crítica escarnejadora e a sátira contundente.

Segundo Sanchotene (2011, p. 21), o registro da primeira charge assinada no Brasil data de 1837, do jornalista Manuel Araújo Porto Alegre, no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro:

‘A Campainha e o Cujo’ é considerada a primeira charge nacional e apresentava o jornalista Justiniano José da Ro-

cha, diretor do jornal Correio Oficial do Rio de Janeiro, ligado ao governo, recebendo um saco de dinheiro. Logo, a propina foi o primeiro tema abordado na história da charge brasileira.

A charge teve seus momentos na imprensa brasileira, mas talvez o mais significativo como lembrança de seu valor crítico e da repercussão para o público tenha sido o período da ditadura instaurada pelo golpe militar de 1964. Com a drástica violação à liberdade de expressão e censura calando veículos de comunicação, em especial e com mais peso aos declaradamente contrários ao regime, houve a busca por alternativas para manter o diálogo com o público sem perder a identidade. E as charges mostraram-se um recurso inteligente e criativo para driblar a censura rígida sobre as matérias jornalísticas, com igual ou até maior acidez.

2.2.1 O Pasquim

O Pasquim, semanário que circulou entre 1969 e 1991, foi certamente um dos ícones da chamada “imprensa nanica”, que ousou ao explorar as charges de forma diferenciada, tanto nas temáticas quanto na forma como elas eram expostas e distribuídas pela publicação, evidenciando a relevância que apresentavam para os editores e, logo, pelo público leitor.

A publicação imprimiu sua particularidade na forma e no discurso. Para Braga (1991, p. 213), o trabalho de formalização do jornal – a construção renovadora da página, as integrações desenho/texto, a importância do traço, o desenvolvimento do estilo, o uso inventivo da língua portuguesa e a renovação da linguagem jornalística – vão além de uma ‘saída artística’, mas “foi a condição da construção de um espaço de fala, gerando os recursos de implicação e estimulando a convivência entre autores e leitores”, nas então circunstâncias rigorosas existentes na época.

O autor ressalta o propósito de análise crítica da vida social, sem se afastar do tom popular:

[...] Embora carregada muitas vezes de indignação ou de agressão satírica, a análise pasquiniana é rigorosa, bem informada e objetiva, o que afasta a ideia de simples panfletagem. No exercício dessa análise, as posições e os enfoques variam conforme o autor. E como os problemas sociais e políticos são abordados por diversos colaboradores (em tons variados entre o sério e o riso), a integração das múl-

tiplas perspectivas determina a produção de exames bastante complexos de um ponto de vista jornalístico (BRAGA, 1991, p. 213 e 214).

Entre os elementos gráficos e visuais, os desenhos de humor de *O Pasquim*, nas formas de caricatura, charge, tiras e ilustração, vão além de um complemento visual, mas tornam-se preponderantes. Ainda conforme Braga (1991), *O Pasquim* não varia do comum dos jornais no que se refere às características de seus cartuns, mas no fato de que eles ultrapassam a função de complemento visual e são dispostos com liberdade, ora isolados, ora em conjuntos, como uma única ideia ou em uma seção. “Em qualquer uma de suas formas, o desenho aparece através de todo o jornal, ocupando um espaço importante e relativamente disseminado, não confinado a determinadas páginas” (BRAGA, 1991, p. 164).

O grupo básico de *O Pasquim* foi formado por Tarso, Claudius, Jaguar, Zivaldo, Sérgio Cabral, Prósperi, Luiz Carlos Maciel, Millôr, Fortuna, Henfil, Francis e Ivan Lessa, mas teve vários outros colaboradores.

2.2.2 Charlie Hebdo

Mundialmente, ao se falar de charge, é impossível não remeter ao Charlie Hebdo, no contexto atual. Logo na página principal de seu site, o jornal francês já diz a que veio: “Charlie Hebdo é um soco na boca... Contra aqueles que nos impedem de pensar. Contra aqueles que temem a imaginação. Contra aqueles que não querem se divertir”.

Semanário de humor irreverente, o Charlie Hebdo publica conteúdo amplamente ilustrado, que satiriza temáticas da atualidade, brincando com política, com economia e frequentemente com religião. Teve início em 1970, substituindo a publicação *Hara-Kiri*, criada por François Carvanna e Georges Bernier, de linha editorial semelhante, que fora proibida pelo governo, após uma manchete abordar a morte de Charles de Gaulle, e uma tragédia em uma boate que fez 146 vítimas. O novo jornal homenageou em seu nome o personagem das tirinhas Charlie Brown, e trouxe alguns remanescentes do primeiro projeto e novos colaboradores.

Ao longo dos anos, o tom das publicações gerou algumas polêmicas e processos judiciais e o jornal chegou a passar dez anos fechado (1982-1992). Em 2006, o Charlie irritou a comunidade islâmica com charges sobre Maomé e o clima de instabilidade foi além dos tribunais, com ameaças de extremistas. Um ataque com bombas destruiu os escritórios do jornal em 2011, e em 2015 um atentado matou 12 pessoas na redação, entre elas os chargistas Cabu, Charb, Honoré, Tignous e Wolinski, e feriu mais 11. O Charlie não parou, e na edição seguinte, colocou nova-

mente o profeta na capa, chorando e exclamando a frase-símbolo do atentado, *Je suis Charlie* (Eu sou Charlie), e, acima, a frase 'Tudo está perdoado'.

Depois desse episódio, mais do que nunca as polêmicas do Charlie Hebdo dividiram opiniões, refletindo entre as questões de liberdade de expressão e desrespeito. Kirschbaum (2015 p. 2) aponta que o contexto do humor é levado em consideração ao julgar o semanário:

O humor não tem como função apenas o entretenimento ou a expressão artística em si. O humor pode ser uma forma importante de dizer algo que de outra forma ficaria reprimido. Assim, é importante observar de que forma a mensagem é enquadrada dentro do humor, se a intenção original é levar ao ódio (hate speech) ou se há outras mensagens inseridas em várias camadas de significado, e se existe uma exposição geral ou restrita à mensagem. No caso de Charlie Hebdo, podemos identificar todas essas ressalvas.

2.3 CRIANDO E FAZENDO SENTIDO

Nos jornais, é comum a charge estar inserida junto aos editoriais, como material opinativo, o que a coloca em página nobre da publicação. Para Maringoni (1996), o chargista deve estar em sintonia com o veículo para o qual está trabalhando e sua orientação editorial, mas sem perder suas características artísticas e de opinião. "Sempre é melhor quando o desenhista pode-se pautar – isto é, escolher o assunto que deseja tratar – e tem um bom entrosamento com o editor sobre qual a maneira de abordar este ou aquele assunto" (p. 87).

No processo de criação, é importante estar informado sobre o assunto tratado e ter uma opinião sobre ele. É muito comum, também, a associação de acontecimentos, que muitas vezes não possuem ligação nenhuma à primeira vista, mas que podem ser relacionados e compreendidos quando ainda frescos na lembrança das pessoas. Maringoni (1996, p.88 e 89) também destaca a importância do bom senso:

Para se fazer humor é preciso haver cumplicidade com o público. Ninguém ri da piada que você conta se não existe um código prévio entre você e seus ouvintes [...]. Uma piada de português só tem efeito no Brasil. Se você a contar na França, não será compreendido e em Portugal, linchado. No entanto, a mesma piada pode ser contada na Catalunha, por exemplo, se o personagem for um habitante de cidade de Fete. A fama do pão-duro no Brasil é debitada ao judeu; na Inglaterra, ao escocês.

O fazer sentido na charge circunda uma espécie de código em comum entre o autor e o público, permitindo relacionar a sátira com outros fatores não necessariamente escancarados no desenho, mas que lhe dão sustentação, como acontecimentos passados, questões culturais – pistas que, no processo de leitura, o leitor vai seguindo até chegar à sua conclusão. No que diz respeito a essa interpretação, a busca pelo significado, faz-se necessário ressaltar a importância de compreender a semiótica.

2.3.1 Um olhar semiótico

A semiótica é definida, em termos gerais, como o estudo dos signos, ligados a um mundo de linguagens. A linguagem e a signagem são representações simbólicas do mundo real em nossa mente, e não se resumem apenas à linguagem verbal, mas a uma rede plural de formas de se comunicar, como sons, imagens, expressões corporais, símbolos, cheiros e outros.

Santaella (1991) explica que o signo representa o objeto para o intérprete, substituindo-o em nossa mente para permitir interpretá-lo. Como olhar a fotografia de uma casa, que representa uma casa, mas não é efetivamente a casa. E a partir disso, nos orientamos e fazemos referências a partir de imagens, sons, expressões e diversas formas de linguagem para encontrar significado. O processo consiste naquilo de vemos (a fotografia de uma casa); o objeto propriamente dito (a casa); e aquilo que se cria na mente de quem vê o signo (a interpretação quanto ao significado daquilo).

A autora dedicou quase a totalidade do trabalho citado ao estudo do teórico Charles Sanders Peirce, que vai além da consideração de significante e significado, mas considera o objeto, o signo e também a interpretação (semiose), que pode ser diferente para cada um que realizar a leitura, conforme o seu repertório.

Peirce classificou categorias do pensamento e da natureza, pelas quais se dá a apreensão dos fenômenos na consciência. A primeiridade, que é a experiência inicial, daquilo que se vê; a secundidade, quando eclode a ação e reação da mente; e a terceiridade, que corresponde à interpretação dos signos (SANTAELLA, 2001).

De forma sucinta, sugerem-se divisões triádicas. Ocorrem diversas relações entre signos, como o signo consigo mesmo; o signo com o objeto e o signo com seu interpretante. Referem-se à classificação dos signos em *ícone*, ou seja, o signo que representa o objeto pela semelhança morfológica; *índice*, que se refere ao objeto por ser materialmente derivado dele (ex: uma pegada); e *símbolo*, que se refere ao objeto por

meio de uma convenção, regra ou lei (ex: placas de trânsito).

Santaella (2001, p.70) conclui:

[...] as tríades peirceanas funcionam como uma espécie de grande mapa, rigorosamente lógico, que pode nos prestar enorme auxílio para o reconhecimento do território dos signos, para discriminar as principais diferenças entre signos, para aumentar nossa capacidade de apreensão da natureza de cada tipo de signo. Como teoria científica, a semiótica de Peirce criou conceitos e dispositivos de indagação que nos permitem descrever, analisar e interpretar linguagens.

O diferencial da charge perante os outros gêneros textuais publicados nos jornais e revistas é o uso da ilustração e da escrita conjugadamente, ora, linguagem verbal e não-verbal. Uma ilustração com personagens, situações, ambientes ou objetos, e com comentários relativos à situação apresentada por escrito, elementos que se integram e se complementam para emitir a mensagem e permitir a compreensão (FLORES, 2002).

Levando em conta as considerações até então destacadas, cabe ressaltar que, justamente devido a esta pluralidade de elementos, a produção de sentido na charge está grandemente relacionada ao repertório do interpretante, fator que deve ser cuidadosamente considerado pelo emissor da mensagem para obter resultado esperado, assim como a coerência nessa mescla de linguagens.

2.3.2 O discurso

Foi considerando o fato de que existem muitas formas de significar que se começou a analisar o discurso, esmiuçando-o para compreender como a língua produz sentidos, não apenas na transmissão da mensagem, mas no efeito de sentidos entre locutores. A análise de discurso coloca a interpretação em questão:

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma "chave" de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo

teórico. Não uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 1999 p. 26)

Nesse contexto, a autora atribui condições de produção de sentido, como o contexto sócio-histórico, ideológico, que situa o discurso em questão, e a própria memória, aquilo que já foi falado antes, que já é de conhecimento e que tem algum efeito nesse discurso para propiciar a interpretação. Ainda, relaciona as condições de produção, que constituem os discursos, a certos fatores. A relação de *sentidos*, segundo a noção de que não há discurso que não se relacione com outros é um fator facilmente associado ao discurso da charge, uma vez que está sempre relacionado a outros discursos que o sustentam. O mecanismo da *antecipação*, por sua vez, considera que o sujeito consegue se colocar no lugar do seu interlocutor, expressando-se de um modo que regule a argumentação. Por fim, há a noção de *relação de forças*, baseada em nossa sociedade hierarquizada, que impõe mais valor (significado) à fala do sujeito a partir de sua posição, como as palavras de um professor perante os alunos ou um padre perante os fiéis (ORLANDI, 1999).

Estas breves considerações atentam para maior compreensão acerca dos discursos e o que eles nos revelam, além da simples transmissão de uma mensagem de um emissor para um receptor. Que, por meio da linguagem, revelam-se as ideologias e interpretações distintas relacionadas a toda uma bagagem que influencia na construção do sentido, em que até o não dito precisa ser considerado.

2.4 A PROXIMIDADE DOS JORNAIS DO INTERIOR

Assim como os grandes acontecimentos e polêmicas do cenário nacional ou mundial que cobrem as páginas dos principais periódicos contribuem para aflorar a criatividade dos chargistas, fato semelhante pode ser aplicado à mídia local e regional, à sua proporção. Baseada nos fatos de sua região, vale ressaltar que a charge nas publicações do interior também figura como elemento interessante na composição das edições, enquanto conteúdo produzido para um determinado público.

Muitas vezes subestimadas e ofuscadas pelas grandes mídias, essas publicações regionais carregam, no entanto, um fator inegavelmente favorável. Entre as principais características dos jornais locais e regionais está a proximidade com seu público, tanto geográfica quanto em relação aos vínculos sociais e/ou culturais.

Peruzzo (2005, p. 43) argumenta:

O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. [...] Está num contexto vantajoso para o leitor ou telespectador, ou seja, a proximidade da informação. As pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural.

Nesse contexto, é notório o potencial dessas publicações no sentido de explorar os recursos jornalísticos para melhor atender os leitores, que buscam em suas páginas se informar sobre os acontecimentos de sua região e encontrar nelas aspectos que reforcem esses laços. Portanto, na aplicação de ferramentas editoriais como a charge, cabe ao veículo determinar não só as características visuais e textuais do produto, como também sua orientação em relação à sátira, adotando um contexto mais geral, ou aproveitando seu nicho para apresentar um conteúdo original e propício ao seu público.

2.5 ANÁLISE

As charges do Jornal Aconteceu predominantemente denotam conteúdo local e estão sempre em sintonia com algum conteúdo ou associação de conteúdos de relevância no momento, e são o objeto desta pesquisa.

Para analisá-las, foi necessário conhecer as fontes desta pesquisa. Basicamente, o chargista, autor do trabalho, e o veículo de comunicação no qual este conteúdo é inserido. Essa relação vai permitir compreender a função e objetivo da charge, bem como o processo de criação e características do discurso.

Fundamentada na pesquisa bibliográfica, as fontes da pesquisa foram entrevistadas, primeiro, o diretor do jornal, a fim de buscar compreender a visão do veículo de comunicação sobre a charge, suas intenções ao publicá-las, preocupações e relação com o chargista. Também, o chargista foi entrevistado pelas mesmas questões, além de poder apresentar o processo criativo da produção do conteúdo e recursos de linguagem utilizados.

A partir das informações já colhidas, o processo também consistiu num levantamento das charges já publicadas pelo jornal, para seleção de exemplos a serem utilizados. Para isso, foi necessário elencar, fundamentada nos passos anteriores, as temáticas a serem colhidas para aná-

lise. Esta seleção partiu de considerações como as questões abordadas, o teor (social, político, cultural etc), as características visuais e textuais, a relação com a reportagem jornalística e a forma de abordagem.

2.5.1 Questionários

Com o intuito de conhecer o processo de produção das charges na visão do chargista e do veículo no qual elas são inseridas, gerando mais subsídio para a análise das imagens, dois breves questionários foram criados e enviados ao diretor do Jornal Aconteceu, Adriano Padilha Pageski, e ao chargista, Welington Lima, como pode ser observado no quando abaixo:

Quadro 1 – Respostas dos questionários

WELINGTON LIMA - CHARGISTA	
1- Como você vê a função da charge?	Vejo como a representação sintetizada e caricata de uma situação especial, que está na mente de um público durante um período. Nesse caso, o humor pode ser usado para oferecer a visão de um fato sob uma perspectiva mais crítica e descontraída.
2 - Como você descreve o processo criativo de produção das suas charges?	Procuro separar os elementos que compõem a notícia, como as pessoas, os lugares e acontecimentos; para então gerar ideias rápidas, experimentando exageros, analogias etc, até decidir qual a melhor opção. Simplifico o que será representado aos mínimos elementos, para melhor entendimento.
3 - Você procura padronizar uma técnica/estilo?	Sim. O estilo acaba sendo uma mistura do traço que gosto de fazer com o que realmente dá para fazer dentro de um prazo e uma verba, mantendo certa qualidade e consistência. Mas com o tempo desenvolvi diferentes estilos, que uso conforme a situação. Torna-se quase um processo industrial, porque já prevejo o tempo, custo e o resultado.
4 - Seu discurso na charge é mais direto, explícito, ou você procura trabalhar elementos que exijam certo repertório para compreender?	Tento trabalhar dentro repertório do público, imaginando, por exemplo, o que ele diria de engraçado sobre um fato. Mas meu trabalho é mais gráfico que textual, então acho que certas coisas podem não ser compreendidas perfeitamente por quem não tem uma certa bagagem visual.

ADRIANO PADILHA PAGESKI – DIRETOR DO JORNAL ACONTECEU	
1- Como você vê a função da charge?	Eu vejo como uma função que agrega à reportagem. Nela é possível passar, de uma forma descontraída, a ideia de algo que se está reportando.
2 - O que o levou a fazer uso das charges no seu jornal?	Em jornais de interior as charges são pouco usadas. No nosso caso, o objetivo da charge é incrementar e atrair a atenção dos leitores aos temas abordados.
3 - De que forma o Jornal Aconteceu procura trabalhar a charge?	Depende de cada edição. As charges são críticas, por exemplo, quando o objetivo da matéria é abordar uma questão polêmica. Mas, na maioria das vezes, o humor impera. Assim como nas propagandas, o humor é uma das melhores formas de se passar uma ideia/informação.
4 - Que impacto você acredita que as charges têm para os leitores, e teve para o jornal?	Elas têm um impacto muito grande. Leitores chegam a folhear o jornal em busca delas. O uso das charges nos ajudou em nosso plano de amadurecimento e crescimento.

Fonte: do autor (2016).

2.5.2 Seleção das charges

O estudo acerca das charges do Jornal Aconteceu se baseia em uma amostra de cinco charges publicadas entre 2011 e 2016. A escolha levou em conta exemplos que abrangessem todo o período de parceria entre o jornal e o chargista, evidenciando as mudanças no estilo do desenho, sofridas com o passar do tempo e conforme a ocasião, como comentado pelo autor no questionário. Nessa seleção, também houve a preocupação de trazer exemplos de charges com teores distintos, variando entre política, cultura, segurança, economia e crítica social, propiciando a análise de diferentes discursos e forma de abordagem aos problemas expostos.

2.5.3 Estrutura da análise

Tendo como base toda a fundamentação teórica abordada neste projeto, construiu-se uma linha de raciocínio para análise a partir de três fases: contexto histórico-social, semiose e conclusão do discurso.

A partir do contexto histórico-social, apresenta-se o momento em que a charge foi criada e em que foi pauta. Uma vez que o conteúdo das charges do Jornal Aconteceu é predominantemente local, faz-se

necessário conduzir a leitura a partir das referências que estavam à disposição do leitor do jornal. Tudo isso vai contribuir como repertório para a interpretação.

Partindo do termo introduzido por Charles Sanders Peirce para designar o processo de significação, a semiose vai percorrer a percepção inicial daquilo que se vê (primeiridade); a reação diante desses elementos (secundidade) e posterior interpretação (terceiridade), levando à síntese intelectual, citada por Santaella (1983), ora, o pensamento em signos.

A análise se completa com as conclusões da interpretação e considerações sobre o discurso, a partir das observações levantadas. Nesse ponto, vale salientar que essa geração de significado não exprime um caminho único, mecânico, a se seguir, ou que imponha estas como as únicas significações possíveis. Afinal, como propõe Peirce, existe a relação com o interpretante e, como lembra Orlandi (1999), os gestos de interpretação intervêm no sentido, não havendo, portanto, uma chave de interpretação.

2.5.4 Analisando as charges

Charge 1 - Publicada na edição nº 652, de 1º a 7 de setembro de 2011

A CIDADE É ALVO DE LADRÕES...

Carro é envolvido em duas ocorrências, durante a semana
Na quinta, veículo foi furtado e recuperado. Três dias depois, flagrado em "altíssima velocidade"

Empresa é furtada na madrugada de sábado
Dois e três de setembro (2º e 3º dias da semana), a empresa foi alvo de furtos. Os ladrões foram flagrados na madrugada de sábado (3º dia da semana).

O SONHO DA CASA PRÓPRIA
A Prefeitura de Curitiba anunciou que vai construir 10 mil casas populares em 2012.

CHARGE DA SEMANA

Trabalho
Vários são os fatores que afetam o mercado de trabalho, como a crise econômica, a redução de investimentos e a falta de oportunidades.

Gol Geração V
Financiamos 100% do seu. Vem pegar.

Fonte: Jornal Aconteceu (2011).

À época da publicação dessa charge, uma onda de crimes assustavam os moradores e comerciantes de São Mateus do Sul. Em um mesmo dia, quatro assaltos foram registrados na cidade, três deles em comércios, invadidos em horário de funcionamento e com uso de armas de fogo, apavorando funcionários e clientes. Nos dias seguintes, crimes do gênero continuaram acontecendo, como o furto de um carro e a invasão a uma empresa durante a madrugada, acarretando a perda de equipamentos eletrônicos. As ações criminosas intrigaram a polícia, que ainda não havia conseguido identificar os responsáveis e nem concluir se tratava-se de uma mesma quadrilha ou se eram ações paralelas.

Naquela edição, o jornal publicou uma das várias charges de sua trajetória, que explorou elementos característicos de São Mateus do Sul, apostando na proximidade e identificação do seu público com o que era retratado.

A ilustração mostra dois personagens caracterizados como bandidos carregando um grande objeto. Ao fundo, nota-se um pedestal no alto de um morro e uma escada apoiada nele. Esta charge não tem diálogo, mas conta com um elemento textual na parte superior, onde é descrito “A cidade é alvo de ladrões...”.

São-mateuenses de imediato reconhecem que o objeto carregado é a um dos símbolos da cidade, a caixa-d'água em forma de cuia de chimarrão, que está localizada no pátio da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), na área mais alta do centro da cidade. O pedestal ao fundo da ilustração (os “pés” da Cuia) ajuda a identificar do que se trata, com riscos traçados à sua volta, recurso muito utilizado nas histórias em quadrinhos, para chamar a atenção para um elemento e, nesse caso, denotar que há algo diferente ali.

Cabe aqui uma breve digressão: é curioso refletir quanto ao ciclo de signos dispostos nessa ilustração. Observando os conceitos da semiótica, o próprio monumento da Cuia configura um ícone, uma vez que é identificado como uma cuia, mas não a é efetivamente, mas uma caixa d'água que representa uma cuia. E agora a charge representa a Cuia (caixa-d'água) que representa uma cuia (de chimarrão).

Voltando à análise, mas ainda com base nas teorias de Peirce, pode-se identificar a escada (ou reprodução de uma escada) como um índice, um indício de algo, neste caso, que alguém subiu ali em algum momento. E, assim como os traços ao redor do pedestal, ao fundo, os símbolos desenhados junto aos pés dos personagens (representando poeira) configuram recursos gráficos adicionais para colaborar com o entendimento, no caso, remetendo ao fato de que os personagens estão em movimento, caminhando.

Além da Cuia, há outros elementos visuais que ajudam a compor a cena e auxiliar no entendimento. A exemplo, a vestimenta dos bandidos. Entendemos tratar-se de ladrões, não só porque estão carregando algo suspeito, mas porque utilizam capuz e máscara no rosto, culturalmente associados como itens utilizados por criminosos, para não serem reconhecidos e protegerem sua identidade.

A conclusão desta charge, na etapa de terceiridade da análise, quando todos os elementos já são reconhecidos, pode ser resumida como o fato de que ladrões já estão roubando de tudo, tão logo roubam até a Cuia.

O autor utilizou ousadamente uma situação um tanto delicada para fazer graça, humor que prevaleceu, neste exemplo, perante outras formas de discurso da charge jornalística. Não há crítica a algo/alguém, mas uma sátira a uma situação.

Um possível risco de o propósito dar errado ao brincar com uma notícia negativa ficou para trás, quando a charge abordou a situação sem ataque, mas com um pouco de leveza e descontração, ajudando as pessoas a superarem o problema. Mostra-se, aí, mais uma das funções possíveis da charge.

Charge 2 - Publicada na edição nº 681, de 19 a 25 de abril de 2012

19 a 25 de abril de 2012 www.jornalaconteceu.com.br PÁG. 12

Vapor Pery passará por reforma

A reforma coincide com o ano em que o monumento completa 50 anos

Três semanas antes da instalação da Prefeitura Municipal para reformar o histórico Vapor Pery. Apesar de ser ainda um mistério, a obra tem características de reforma profunda e prevê apenas pequenas partes substituídas de aço, com o valor total de R\$ 25.783,72.

A reforma coincide com o ano em que o monumento completa 50 anos. A empresa contratada...

Indicadas: Engenharia e Serviços Ltda. - tem prazo de quatro meses para concluir o projeto.

Para conhecer como Prefeitura e Prefeitura em dois principais pontos turísticos da cidade, o Pery não mudou sua estrutura há 50 anos. Como momento, mas sua primeira reforma de grande proporção em 1962, o valor de R\$ 25 milhões desde então, não houve mais mudança. O Vapor se encontra atualmente em boas condições de conservação, com o caso controlado e com parâmetros na parte interna.

A restauração dos trilhos ocorrerá em estradas com o pó sempre pelo subsídio.

CEZAREL

conexions informática

CELULAR LG A290 TRI CHIP 3 Chips (Desbloqueado todos operadores) Garantia de 10 dias R\$ 299,70 à vista ou 3 x R\$ 99,00

Saúde em Movimento Livre-se dos pelos indesejáveis

Fonte: Jornal Aconteceu (2012).

Um dos pontos turísticos de São Mateus do Sul é o Vapor Pery, embarcação utilizada nos tempos áureos da navegação no rio Iguaçu, que foi recuperada e inaugurada como monumento, na década de 1990, na Praça do Iguaçu, onde existiu o antigo porto do município.

Apesar da beleza, imponência e valor histórico como símbolo de um dos ciclos econômicos da cidade, o Vapor Pery permaneceu por anos sem cuidados de manutenção. Além do desgaste pela própria ação do tempo, o monumento sofreu vandalismo. Em abril de 2012, ano em que o Pery completava cem anos, o Jornal Aconteceu noticiou a conclusão de uma licitação promovida pelo município para a reforma do vapor. No entanto a obra era pequena, atendendo às questões mais emergenciais no casco e na pintura, amenizando os danos, mas não devolvendo totalmente a aparência de quando o monumento foi inaugurado e tombado como Patrimônio Histórico pelo município.

O Vapor Pery seria, então, o objeto central da charge daquela edição. Nela, já se nota mudança no estilo do desenho em relação à charge analisada anteriormente, publicada alguns meses antes, com diferenças no traço, nas cores e até na assinatura do autor. A embarcação foi reproduzida seguindo suas características físicas principais, ainda tendo seu nome grafado para facilitar a identificação. Mas nessa reprodução, o chargista optou por transformá-la em um personagem, humanizando-a, dando-lhe rosto, membros e feições que ajudam a compreender o discurso. O personagem aparece sentado, à beira do rio, com expressão triste, estendendo a mão. No balão, ele diz: “Uma esmolinha para reforma?”.

Um humor bastante crítico está presente nessa charge, marcada por algumas associações visuais. O Vapor Pery é colocado como um pedinte de rua, que senta no meio-fio e estende a mão, na esperança de que alguém se comova e faça uma contribuição, para que possa sobreviver. Seu meio-fio é a margem do rio, onde navegou imponente um dia. Quem conhece a Praça do Iguaçu, também pode reconhecê-la na ilustração, observando os desenhos de lambrequins existentes na calçada. E seu pedido também é para poder sobreviver, no seu caso, com uma reforma que o garanta continuar existindo. O discurso provoca quanto ao descaso sofrido pelo símbolo histórico, abandonado à margem do rio como um morador de rua abandonado à margem da sociedade. Em ambos os casos, a última e desesperada alternativa é pedir ajuda.

Charge 3 - Publicada na edição nº 845, de 20 a 26 de agosto de 2015.



Fonte: Jornal Aconteceu (2015).

Em 2015, os protestos contra o governo Dilma Rousseff começaram a ganhar força pelo Brasil, com concentrações organizadas principalmente pela internet, que levaram milhares de pessoas às ruas, simultaneamente em várias cidades brasileiras. Os escândalos de corrupção envolvendo políticos, o desequilíbrio econômico do País e medidas impopulares da presidente reeleita colaboraram para a adesão crescente às manifestações, que naquele ano aconteceram em 15 de março e se repetiram em 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro, ainda antes de a situação inflamar ainda mais com a abertura do processo de impeachment, já em 2016.

Além das grandes capitais, várias cidades pequenas também registraram alguma mobilização nessas datas, à sua proporção. Em São Mateus do Sul não foi diferente, porém, na maioria dos episódios, a adesão foi significativamente menor do que vinha sendo anunciado pelas redes sociais.

A charge em questão, publicada na edição que noticiou o protesto de 16 de agosto, já apresenta um traço bem diferente em relação às anteriores, num estilo mais recente adotado pelo artista, que apresenta

a sátira de forma mais minimalista, fazendo uso de poucas cores e detalhes.

A cena apresenta dois personagens segurando placas usadas em manifestações, com os dizeres 'Impeachment' e 'Fora Dilma'. O cenário é uma praça, e os personagens interagem entre si. 'Cadê os outros manifestantes?', um pergunta. 'Manifestados no Facebook', o outro responde, com um celular na mão.

A ilustração, dessa vez, não traz tantos elementos subjetivos, além do que está explícito para fazer compreender quem são os personagens, onde estão e a que fim – manifestantes contra Dilma protestando em um ambiente público. Nessa charge, o discurso se revela mais pela linguagem verbal, constituída de uma problematização, que diretamente entrega o que por acaso não tenha sido identificado no desenho, uma vez que o leitor tende a prestar mais atenção inicialmente no diálogo. Nesse caso, vislumbra-se que os personagens estão decepcionados, após compreender o motivo exposto no texto. Apesar de o celular na mão de um dos personagens não ser tão detalhado, podendo representar muitas outras coisas, sabe-se, a partir do diálogo, que está consultando a internet a partir de um aparelho.

A charge mistura humor e crítica, trabalhando o fato de a adesão à manifestação ter sido baixa e pela contradição com o que se via pela internet – muita gente manifestando-se contra a presidente e confirmando participação no protesto de rua em São Mateus do Sul. Nesse ponto o discurso critica o fato de que muita gente tem iniciativa para manifestar uma crítica, ataque ou descontentamento pela internet, velada pelo anonimato ou protegida pela própria distância física, além da facilidade em fazê-lo, mas no momento em que precisa sair da sua zona de conforto e expor-se nas ruas, não tem a mesma atitude. Na sátira do jornal, portanto, os manifestantes não compareceram nas ruas por estarem ocupados ,manifestando-se no Facebook (principal site de rede social utilizada na cidade).

Outra questão muito presente em cidades pequenas como São Mateus do Sul, que também colabora por essa discrepância entre a participação presencial e pelas redes sociais, é o fato de "todo mundo conhecer todo mundo", portanto ser visto apoiando declaradamente uma situação tão divergente pode gerar atritos e julgamentos que muita gente prefere evitar.

Tal charge, então, pode ser compreendida principalmente por quem vive em São Mateus do Sul ou cidades com situação semelhante, mas também pode ser identificada por praticamente qualquer pessoa que utilize as redes sociais e perceba tal comportamento.

Charge 4 - Publicada na edição nº 863, de 21 a 27 de janeiro de 2016

MEIO AMBIENTE
Árvores da cidade passam por inventário
Levantamento é etapa importante do Plano de Arborização Urbana

CHARGE DA SEMANA

Gerência da SIX recusa reunião

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Sicredi
A melhor opção em investimentos, crédito e produtos para realizar seus sonhos.

O futuro já chegou
CEMMEFE
Ginecologia
Obstetrícia
Medicina Fetal
Ultrassonografia

OU VOCÊ FAZ INGLÊS NA FISK, OU FICA PRA TRÁS.
FISK
FISK SÃO MATEUS DO SUL
Tel: 3532-1021
Rua Antônio Carlos, 1129

Fonte: Jornal Aconteceu (2016).

O ano de 2016 começava com uma notícia preocupante para a comunidade de São Mateus do Sul: a maior indústria em atividade no município – a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) da Petrobras – corria o risco de ser desativada. A situação foi encarada com desconfiança por muita gente, uma vez que a usina já tinha passado por outras ameaças de fechamento no passado, que nunca se efetivaram. Do outro lado, a crise vivida pela companhia e a redução do fluxo de trabalho na unidade são-mateuense nos últimos tempos pendiam para uma possível instabilidade, apesar de a empresa pouco se manifestar. A hipótese suscitou o debate quanto à dependência do município pela SIX, que responde sozinha por cerca de 40% da arrecadação de impostos e ainda gera reflexos indiretos na economia, motivando articulações principalmente políticas para contornar uma possível perda da unidade.

A charge não apresenta linguagem verbal a partir de diálogos. O único recurso textual utilizado foi a grafia “São Mateus do Sul”, sobre a mancha na parte inferior do desenho, e as letras BR nas cartas, que têm as cores verde, amarelo e branco. As cartas empilhadas formam um castelo que, no topo, revela uma chama e fumaça.

As primeiras reações ao desenho já permitem criar algumas associações mesmo para quem não esteja familiarizado com a notícia relacionada ou com a cidade de São Mateus do Sul. Neste caso, identificar o símbolo da Petrobras estampado nas cartas e compreender que, abaixo delas, insinua-se o traçado de um mapa, no caso, delimitando o município citado.

Associar o símbolo da Petrobras e a chama já remetem, agora, a algo familiar para os são-mateuenses: a SIX. A estrutura da unidade conta com uma torre alta que pode ser vista de muitos lugares da cidade, e em sua extremidade está a constante chama oriunda dos trabalhos na usina. Logo, compreende-se que o desenho objetiva representar a unidade do xisto. Os pontilhados no mapa e sua cor ainda podem sugerir uma referência ao mineral extraído pela usina na cidade – afinal, a terra do xisto.

A acidez da charge entra ao representar a SIX como um castelo de cartas, comumente associado à fragilidade. Nota-se, também, que as cartas superiores aparecem já queimadas, ou seja, já estão sendo destruídas.

Ao considerar as várias características da charge jornalística, a crítica prevalece sobre o humor, na publicação analisada. O discurso se faz em torno da instabilidade da SIX, que, como um castelo de cartas, está sujeita a cair sem grande esforço, sobre a cidade que depende dela. A chama ainda consumindo as cartas remete ao desgaste da própria unidade, que não é ameaçada apenas por fatores externos, mas sofre pela própria dificuldade de se manter sustentável, e assim atrativa aos olhos dos acionistas.

Charge 5 - Publicada na edição nº 864, de 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 2016



A charge em questão foi publicada na edição em que a matéria principal abordava uma estratégia adotada pelo governo municipal que dividiu opiniões. Enfrentando dificuldades financeiras, a Prefeitura de São Mateus do Sul terminou o ano de 2015 com quase R\$ 6 milhões em dívidas ainda não empenhadas, por falta de saldo orçamentário, e para resolver o problema, precisou utilizar recursos do orçamento de 2016 – o que não era previsto e nem uma prática muito apreciada – para quitar as despesas pendentes. As divergências em torno do assunto se revelaram no momento em que a medida tomada pelo prefeito, Clovis Ledur (PT), chegou ao Legislativo, que precisava aprovar a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2016. A Câmara Municipal entrou em conflitos de opiniões, tanto sobre a permissibilidade da atitude, quanto pelo fato de o município não ter conseguido administrar as despesas do ano de forma compatível com os recursos, comprometendo assim o orçamento do exercício seguinte. Ainda com grande pressão, principalmente por parte dos fornecedores, que aguardavam o pagamento de seus serviços e com parecer favorável do setor jurídico, os projetos de lei referentes foram aprovados pela maioria dos vereadores.

A sátira dessa vez faz uso de um recurso muito característico das charges – a caricatura. Revela dois personagens, um reconhecido muito facilmente e outro mais familiar à realidade local, porém, ilustrado de forma que facilita tranquilamente a identificação por quem o conhece. Ainda na etapa analítica da primeiridade, a situação exposta é um personagem ensinando o outro a andar de bicicleta. No diálogo presente, diz-se “Vai Ledur, uma pedalada depois da outra”.

Logo, a interpretação vai avançando com a percepção de novos elementos. Primeiro, está a presidente da República, Dilma Rousseff, com sua aparência e roupa bastante características, e depois o prefeito de São Mateus do Sul, Clovis Ledur, também reproduzido de forma semelhante à maneira como se veste e aparência física. Ledur mostra expressão de preocupação, como de quem realmente está aprendendo uma coisa nova, e elementos gráficos adicionais colaboram pela identificação disso – no caso, as gotas de suor. A bicicleta, com rodinhas, cesto e fitas, também remete imediatamente a ser uma versão infantil, portanto, utilizada por quem realmente ainda está aprendendo.

A cena retratada e o discurso evidenciado no balão levam à conclusão sobre a intenção da mensagem, permitindo reconhecer uma analogia. Nesta sátira, a “pedalada” refere-se ao sentido de “pedalada fiscal”, ou seja, operação orçamentária que atrasa o repasse de verbas para aliviar a situação fiscal ou aparentar um saldo positivo em determinado período.

Revela-se, então, a utilização de outro recurso comum na produção das charges jornalísticas, conforme descrito por Maringoni (1996), que é a associação de acontecimentos. Além da notícia da estratégia adotada pelo prefeito, que assemelha-se a uma pedalada fiscal, a presença de Dilma na charge desperta a lembrança de outra notícia parecida, na qual a presidente é relacionada a pedaladas fiscais. A ligação ainda é mais bem selada pelo fato de que Dilma e Ledur são do mesmo partido político.

Essa charge pode ser considerada uma das mais completas já publicadas pelo jornal, ao considerar a quantidade de elementos presentes e a forma como foram utilizados. Além da caricatura e maior detalhismo na composição gráfica (uma verdadeira “festa” de signos), há presença de linguagem verbal com frase de impacto no diálogo, associação de fatos, crítica e humor. Em contrapartida, também percebe-se mais necessidade de repertório do leitor para poder compreender.

3 CONCLUSÃO

As charges analisadas neste projeto são apenas uma fração das tantas que já foram criadas por Wellington Lima e publicadas no Jornal Aconteceu. Entretanto, já nos permitem dar uma noção das características da publicação, da forma como o veículo utiliza esse recurso e como a mensagem é transmitida por meio dele.

Os princípios utilizados para essas análises buscaram captar tanto as características gráficas como de discurso, possibilitando, a partir da identificação, tradução e interpretação de elementos, chegar à compreensão que se obteve com a conclusão do projeto.

Os desenhos do Aconteceu seguem características gerais identificadas no formato charge jornalística, tanto na parte gráfica quanto no discurso que aplica. Utiliza-se de um único quadro e varia entre a presença ou ausência de linguagem verbal, utilizando humor, sátira e crítica para expressar uma posição sobre um determinado fato.

Em contrapartida, apresenta características muito próprias, como a variação no estilo do desenho e a disposição da charge no jornal, inserida na mesma página da matéria a que se refere e não na página de editoriais, como é comumente encontrada nas demais publicações. Ainda se percebe a relevância que a publicação ganhou com o passar do tempo dentro do jornal, sendo publicada nas primeiras edições em página preto e branco e posteriormente transferida para página colorida, mais valorizada.

Mas possivelmente a característica mais marcante das charges de Wellington Lima no Jornal Aconteceu é a proximidade dos temas com o

seu público. Mesmo em jornais de interior, que têm um público leitor característico ao espaço geográfico da cidade ou região, é mais comum encontrar charges associadas a temas gerais, de repercussão nacional. No *Aconteceu*, a linha editorial da charge focou prioritariamente nos conteúdos locais.

Tal posicionamento limita o alcance e o entendimento do discurso pretendido, uma vez que se restringe, em geral, ao público leitor das notícias daquela região, mas também atende de forma mais completa esse público, que poderia encontrar charges de temas nacionais em diversos veículos de comunicação, mas dificilmente teria ao seu alcance igual variedade de publicações do gênero relacionadas ao dia a dia da sua cidade.

Portanto observa-se que a charge do *Jornal Aconteceu* tem como função agregar mais conteúdo à publicação, oferecendo mais uma forma de compreender e interpretar a notícia, e também reafirmar sua postura como veículo de comunicação voltado às demandas da cidade e região em que está inserido.

4 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BERGSON, H. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BRAGA, J. L. **O Pasquim e os anos 70**: mais pra epa que pra oba... Brasília: UnB, 1991.
- CHARLIE HEBDO. **História**. Disponível em <https://charliehebdo.fr/>. Acesso em: 7 abr. 2016.
- FIGUEIREDO, C. **Porque rimos**: um estudo do funcionamento do humor na publicidade. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo, jan. a jun. 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/viewArticle/2833>>. Acesso em: 14 abr 2016.
- FLORES, O. **A leitura da charge**. Canoas: Ulbra, 2002.
- FREUD, S. **Futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KIRCHBAUM, C. **Liberalismo político e liberdade de expressão**: o Charlie Hebdo **Affair**. Revista Fevereiro, São Paulo, jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pdf/8/3.pdf>. Acesso em 7 abr 2016.

MARINGONI, G. **Humor na charge política no jornal**. Revista Comunicação e Educação, São Paulo, set. a dez. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4316/4046>. Acesso em: 19 fev 2016.

MIANI, R. A. **Charge**: uma prática discursiva e ideológica. 9ª Arte, São Paulo, jan. a jun. 2012. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nonaarte/ojs/index.php/nonaarte/article/view/3/7>. Acesso em: 20 fev 2016.

MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.

PARNAIBA, C. & GOBBY, M. C. **Charge Jornalística**: Definição, histórico e funções. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAI) da Pontificia Universidade Católica do Peru (PUCP), 12., 2014, Lima. Anais eletrônicos. Lima: PUPC, 2014. Disponível em: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT17-Cristiane-Parnaiba-Maria-Cristina-Gobbi.pdf>. Acesso em: 19 fev 2016.

ORLANDI, O. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PASSOS, L. K. **Produção de sentido em fotografia**. União da Vitória, PR: UNIUV, 2012.

PERUZZO, C. M. K. **Mídia regional e local**: aspectos conceituais e tendências. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo, jan. a jun. 2005. Disponível em: http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/view/196/154. Acesso em: 23 fev 2016.

SANCHOTENE, C, R, S. **Mídia, humor e política**: A charge na televisão. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUSA, J. P. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.
